



Programa De Pós-Graduação Em Políticas Públicas Em Saúde
Mestrado Profissional Em Políticas Públicas Em Saúde

LORENA PADILHA PEREIRA

Gênero, violência e a (des)construção da masculinidade: uma análise do trabalho grupal com os homens autores de violência contra a mulher no contexto brasileiro

Brasília

2022

LORENA PADILHA PEREIRA

Gênero, violência e a (des)construção da masculinidade: uma análise do trabalho grupal com os homens autores de violência contra a mulher no contexto brasileiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas em Saúde.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Francini Lube Guizardi e
Coorientadora: Prof^ª Dr^ª. Valeska Maria Zanello de Loyola.

Brasília

2022

Ficha catalográfica

P436g

Pereira, Lorena Padilha.

Gênero, violência e a (des)construção da masculinidade: uma análise do trabalho grupal com os homens autores de violência contra a mulher no contexto brasileiro / Lorena Padilha Pereira; Orientador(a): Francini Lube Guizardi ; Coorientador(a): Valeska Maria Zanello de Loyola – Brasília, 2022.

170 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado)—Fundação Oswaldo Cruz, Escola Fiocruz de Governo, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde, 2022.

1. Violência contra a Mulher. 2. Violência de Gênero. 3. Androcentrismo. I. Guizardi, Francini Lube. II. Loyola, Valeska Maria Zanello. III. Título.

CDU: 301.162.2-055.2(81)

Lorena Padilha Pereira

Gênero, violência e a (des)construção da masculinidade: uma análise do trabalho grupal com os homens autores de violência contra a mulher no contexto brasileiro

Dissertação apresentada à Escola de Governo Fiocruz como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas em Saúde, na linha de pesquisa Saúde e Justiça Social.

Aprovado em 31/03/2022.

BANCA EXAMINADORA



Dra. Francini Lube Guizardi - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília

Dra. Valeska Maria Zanello de Loyola - Universidade de Brasília – UnB

p/



Dra. Tatiana Oliveira Novais - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília p/



Dra. Mirian Béccheri Cortez - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo- TJSP

p/



Dra. Fernanda Maria Duarte Severo - Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília

AGRADECIMENTOS

Mãe, irmão, pai e vô,

Minhas raízes. Saudade que fincou coragem em mim. Quis mais para poder contar para vocês. Meu desbravar é também pela nossa história.

Amigas e amigos,

Acheguem-se na minha gratidão quando nomeio Kita, Lari, Jhon, Carol, Leo, Juli, Hugo, Lady, Fran, Helô e Júnior. Vocês fizeram dança circular durante esta pesquisa e instauraram alívio e crença.

Ao grupo de pesquisadoras “Girassóis”,

Conhecedoras de cada vírgula deste trabalho. Há cura e potência porque “nós somos”.

À minha orientadora Prof^ª Francini,

Esta voz oracular que fez da nossa caminhada um exercício da própria fé: enxergava onde eu poderia chegar. Tornava-me inquieta como ela, fez da minha agenda a sua e descortinou a produção acadêmica como um lugar possível para mim.

À minha coorientadora Prof^ª. Valeska,

Que fez a solidariedade dos seus estudos transbordar para o nosso encontro. Uma atenção feroz que denuncia: ela se move criando caminhos favoráveis para todas nós irmos.

À equipe CRAMSV,

Com uma prática transformadora que estabeleceu diálogo comigo sobre a minha própria identidade. Vocês me deslocaram para que eu enfim me encontrasse.

Ao meu companheiro Ronan,

Maior entusiasta da minha própria revolução. Meu encanto, colo, liberdade, dengo e este sorriso “*que me alumia a alma e me acalma quando é preciso*”. A nossa parceria me confere ambição e acolhe novos desafios.

À divina Ruah,

Esta ventania que me coloca numa prática de fé e de pura liberdade.

RESUMO

A Lei Maria da Penha prevê o atendimento aos homens autores de violência (HAV) em “centros de reabilitação” traduzidos, na prática, em atividades grupais. A partir dessa lei nota-se uma proliferação da atividade em todo o país. Por este contexto, esta pesquisa se debruçou no estudo de como o trabalho grupal com os HAV incide na violência de gênero. Foi realizado um diagnóstico das ações grupais em todo o país, com a identificação final de 309 experiências, procedimento que subsidiou a aplicação de um questionário, por meio eletrônico, que contou com a participação de 271 serviços. Foram 35 perguntas que buscaram compreender o funcionamento, a metodologia e avaliação do projeto grupal. Em um segundo momento, realizou-se a análise documental dos relatórios do grupo reflexivo de gênero: “Espaço Fala Homem” (EFH), uma experiência do sudeste brasileiro. Com a lupa de análise dos estudos de gênero e masculinidades, tivemos acesso aos registros da equipe facilitadora e falas dos participantes, organizadas nas categorias: o homem e o ato violento; a vivência da rede de responsabilização; processo de subjetivação de homens e mulheres; lealdade entre os homens e considerações sobre a atividade. O encontro com as iniciativas confirmou hiatos como a ausência de política pública nacional que acolha e impulse as organizações locais; a falta de formação continuada da equipe de facilitação; necessidade de ampliação dos espaços de interlocução entre o acadêmico e a prática; pouco ou nenhum aporte financeiro destinado ao trabalho e, principalmente; a fragilidade na avaliação e monitoramento das atividades. Por mais que os grupos se coloquem como estratégia de mobilização das estruturas societárias para a construção de relações de gênero mais justas e equitativas, ainda nos deparamos com intervenções restritas à extinção do comportamento violento daquele participante, uma perspectiva individualista que nos parece ser fruto das dificuldades e obstáculos encontrados pelos projetos brasileiros para sua consolidação. Ainda assim, os grupos se configuram como mecanismos indispensáveis para prevenção e enfrentamento do cenário de violência contra a mulher, a partir da oferta de um espaço de reflexão junto aos HAV.

Palavras-chave: Masculinidades, Gênero, Violência contra a mulher e Grupo com autor de violência.

ABSTRACT

The Maria da Penha Law provides for attendance to male violence perpetrators (MVP) in “rehabilitation centers” into group activities. The adherence of this practice across the country is noted from this law onwards. In this context, this research focused on the study of how group work with MVP focus gender violence. A mapping of group actions across the country had carried out and resulted a final identification of 309 experiences. From these identifications, the procedure had the participation of 271. The 35 questions were applied to the group for understand the operation, methodology and evaluation. Second, a documentary analysis of the reports of the reflective “Espaço Fala Homem” gender group (EFH) was carried out. This experience is from southeast of Brazil. Based on gender and masculinity studies, the access to the records of the facilitating work team and speeches of the participants had obtained. Categories like man and the violence act, the experience of the accountability network, process of subjectivation of men and women, loyalty among men and considerations about the activity were organized. Consequently, gaps such as the absence of national public policy that accept and encourages local organizations. The lack of ongoing training of the facilitation work team, expansion of spaces for dialogue between academics and practice, little or no financial support for work and the weakness in the evaluation and monitoring of activities had confirmed in these initiatives. As much as the groups place themselves as a strategy for mobilizing societal structures to build more equitable and fair enough gender relations, we are still faced with interventions restricted to the extinction of that participant’s violent behavior. That seems to us to be, the result of the difficulties and obstacles encountered by the Brazilian projects for their consolidation. Even so, the groups has characterized as indispensable mechanisms of preventing and coping with violence against women scenario, from the proffer of a space for reflection with the MVP.

Key Words: Masculinities. Gender. Violence against women. Violence perpetrators group.

Lista de siglas

CRAMSV - Centro de Referência no Atendimento à Mulher em Situação de Violência

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada

HAV - Homens autores de violência

DEAM - Delegacia de Atendimento à Mulher

JECRIMs - Juizados Especiais Criminais

LMP - Lei Maria da Penha

RHEG - Rede de Homens pela Equidade de Gênero

CEOM - Centro Especial de Orientação à Mulher

OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNUD - Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo e Assexuais

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEVID/SC - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência de Santa Catarina

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

COCEVID - Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário

FECCOMPAR - Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

UF - Unidades Federativas

TJRS - Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

TJPR - Tribunal de Justiça do Paraná

NAFAVD - Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica

ISER - Instituto de Estudos da Religião

EFH - Grupo Reflexivo De Gênero: “Espaço Fala Homem”

Lista de Gráficos

- Gráfico 01:** Tipo de instituições atuantes _____ pg. 95
- Gráfico 02:** Inserção dos homens no grupo _____ pg. 95
- Gráfico 03:** Frequência de realização das reuniões grupais _____ pg. 97
- Gráfico 04:** Inserção de novos participantes _____ pg. 97
- Gráfico 05:** Quantidade de reuniões por turma _____ pg. 98
- Gráfico 06:** Objetivos dos projetos grupais _____ pg. 103
- Gráfico 07:** Temas trabalhados com os homens nas reuniões grupais _____ pg. 108
- Gráfico 08:** Destinação de recurso específico para o grupo _____ pg. 110
- Gráfico 09:** Principais dificuldades _____ pg. 112
- Gráfico 10:** Sobre a continuidade do projeto grupal _____ pg. 114
- Gráfico 11:** Principais resultados das iniciativas grupais _____ pg. 117
- Gráfico 12:** Resultado da apuração do ato violento _____ pg. 118

Lista de Figuras

- Figura 1-** Distribuição das ações no mapa do Brasil- Fase “Pré- Campo” _____ pg. 76

Lista de quadros

- Quadro 1:** Descritores identificados para busca _____ pg. 52
- Quadro 2:** Quantitativo de publicações localizadas nas bases de dados _____ pg. 53
- Quadro 3:** Publicações encontradas nas bases de dados _____ pg. 54
- Quadro 4:** Publicações localizadas na BDTD _____ pg. 56
- Quadro 5:** Publicações localizadas na CAPES _____ pg. 63
- Quadro 6:** grupos localizados na pesquisa web _____ pg. 67
- Quadro 7:** Somatória dos dados Fase 1 e Fase 2 _____ pg. 83
- Quadro 8:** Identificação das ações participantes _____ pg. 85
- Quadro 9:** Distribuição do material analisado _____ pg. 127

Lista de Anexo

- Anexo -** Questionário aplicado _____ pg. 166

SUMÁRIO

PARTE I- APRESENTAÇÕES

- 1.1. Apresentação da Pesquisadora _____ pg. 13
1.2 Apresentação do Material _____ pg. 15

PARTE II- REFERENCIAL TEÓRICO

- 2.1. Violência de Gênero _____ pg. 17
2.2. Homens autores de violência contra a mulher:
legislações e políticas públicas _____ pg. 20
2.3. Dispositivos de subjetivação e seus atravessamentos de Gênero _____ pg. 26
2.4. Masculinidades _____ pg. 39

PARTE III- DIAGNOSTICO NACIONAL DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO GRUPAL PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.

- 3.1. Método _____ pg. 50
3.1.1. Descritores _____ pg. 51
3.1.2 Bases de dados _____ pg. 52
3.1.3 Utilização do Mapeamento de Serviços de Atenção Grupal a Homens Autores de Violência Doméstica realizado pelo Instituto Noos _____ pg. 64
3.1.4 Pesquisa na Internet/ Pesquisa Web _____ pg. 65
3.1.5 Utilização da Listagem Nacional das Iniciativas, Programas ou Grupos para Homens Autores de Violência Contra Mulheres. _____ pg.74
3.1.6. Quantitativo das ações apuradas na fase de levantamento (pré campo) x possibilidade real de contato com as ações grupais. _____ pg.75
3.1.7. Comunicações realizadas para aproximação e participação na pesquisa. _____ pg. 77
3.1.8. Fase teste e estruturação do questionário _____ pg.79

3.1.9. Envio e resposta aos questionários _____	pg.80
3.1.10. Um pouco mais sobre as ações localizadas em nossa pesquisa ____	pg. 81
3.2. Resultados e Discussão _____	pg.91
3.2.1. Perfil institucional _____	pg. 93
3.2.1.1. Tipo de instituições atuantes e inserção dos homens na atividade _____	pg.93
3.2.1.2. Tipo(s) de atendimento(s) ofertado(s) e possíveis grupos populacionais atendidos. _____	pg. 95
3.2.1.3. Trabalho em rede e contato com movimentos sociais _____	pg. 95
3.2.2. Estruturação do grupo _____	pg. 96
3.2.2.1. Organização das Turmas: frequência de realização das Turmas e a inserção de novos participantes _____	pg. 96
3.2.3. Organização das Reuniões Grupais _____	pg. 98
3.2.3.1. Organização das Reuniões Grupais: quantidade de Reuniões por Turma, frequência e média de participantes por Reunião _____	pg. 98
3.2.3.2. Planejamento, possíveis mudanças e condução das Reuniões Grupais _____	pg. 99
3.2.4. Equipe de facilitação: composição, capacitação e remuneração do/a(s) facilitador/a(s) _____	pg. 100
3.2.5. Objetivos dos projetos grupais _____	pg. 102
3.2.6. Referências: bases teóricas e temas trabalhados _____	pg. 106
3.2.7. Principais dificuldades apuradas _____	pg. 110
3.2.8. Avaliação dos projetos e principais resultados _____	pg. 116

PARTE IV

ANÁLISE CRÍTICA DO GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO "ESPAÇO FALA HOMEM".

4.1 Cenário de estudo _____	pg.123
4.2. Metodologia _____	pg.126
4.2.1. Fonte de dados _____	pg.126
4.3. Organização dos dados _____ - _____	pg.129

4.3.1. Sobre a qualidade do preenchimento dos relatórios _____	pg.129
4.3.2. Temas abordados _____	pg. 131
4.3.3. Reunião realizada com as mulheres _____	pg. 132
4.3.4. Avaliação da atividade _____	pg. 133
4.3.5. Análise dos dados _____	pg.134
4.4. Resultados e Discussão _____	pg. 135
4.4.1. Categoria 1: O homem e o ato violento _____	pg. 135
4.4.2 Categoria 2: Como o homem vivencia a rede de responsabilização __	pg. 141
4.4.3. Categoria 3: Processo de subjetivação de homens e mulheres. _____	pg.144
4.4.4. Categoria 4: A Lealdade entre os Homens _____	pg.149
4.4.5. Categoria 5: Considerações sobre a atividade grupal _____	pg.152

PARTE V

5. Conclusão _____	pg. 156
6. Referências Bibliográficas _____	pg. 162
7. Anexo _____	pg. 166

PARTE I- APRESENTAÇÕES

1.1. APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA

Se trazemos conosco as lutas de Kollontai, Luxemburgo, Balabánova e Zerkín, que elas sejam amplificadas pelos registros e experiências de Elza Soares, Maria Carolina de Jesus, Maria da Penha e Débora Maria Silva.

Ana Nemi

É interessante demorarmos naquilo que nos atravessa, então seria oportuno expor um fragmento de diálogo com um colega da turma de mestrado, logo no início do nosso percurso acadêmico. Este, em dado momento, sem nenhum contexto prévio que justificasse, lança a pergunta: “*Você se sente uma pesquisadora?*” Eu, prontamente e com toda convicção possível de uma ligeira “auto análise” respondi: “*Não*”. Ele comigo concordou. Rimos e voltamos a ler algum artigo muitíssimo bem elaborado por algum/a pesquisador/a de referência. O que eu ainda não sabia é que esta pergunta ainda ecoaria e buscaria sentido em mim.

Como, quando e o que se faz para “sentir-se pesquisadora?”. Qual o protocolo a cumprir e quem me legitima como tal? Talvez pensar na minha trajetória até aqui justifique este diálogo insistentemente querer buscar outro sentido em mim.

Falo a partir de um espaço protegido pela noção de que a prática importa - é o cerne de um mestrado profissional. Ou se aproxima a *práxis* da produção científica ou ambas se findam na incompletude de sentidos. Então, inegavelmente esta pesquisa nasce do cotidiano, da minha trajetória profissional. De uma trajetória profissional como mulher. Das violações sofridas no ambiente de trabalho por ser mulher. Da repetição do ciclo de violência que escancaradamente nos entregava a sensação de impotência em nosso cotidiano de profissionais atuantes na rede de enfrentamento à violência contra a mulher do município de Vitória, no Estado do Espírito Santo. Algo precisava ser feito, e foi. E agora colocamos sob análise nesta pesquisa porque já entendemos a importância da união de saberes - *práxis* e acadêmico. Colocamos, no plural, porque trataremos de um saber que não foi construído a partir de um universo particular. É uma equipe que se incomoda. Uma equipe que fórmula. Uma equipe que executa. Uma equipe que agora entrega para análise e que espera uma devolutiva porque “algo continua tendo que ser feito”.

É por isso que apresentamos o Grupo Reflexivo de Gênero: “Espaço Fala Homem”, que permanece em funcionamento enquanto o saber científico toma ciência dele neste momento. A equipe do Centro de Referência no Atendimento à Mulher em Situação de

Violência (CRAMSV) perdura, com a postura de quando desbravou o território para apresentar à sociedade capixaba uma ação inédita, executando um projeto que nasce do incômodo de se perceber o atendimento realizado a diferentes mulheres violentadas pelo mesmo agressor.

Sobre isso, é possível se garantir (com extrema dificuldade) o rompimento de um relacionamento violento, mas como impedir que este homem, a partir de seu lugar privilegiado em nossa sociedade estruturalmente machista, não venha repetir as atitudes violentas naturalizadas em outro relacionamento? Era essa a realidade que se apresentava em nossos atendimentos.

O ano era 2013, o meu primeiro ano enquanto coordenadora do Centro (cargo por mim ocupado até o ano de 2018). O mesmo ano que tivemos que nos debruçar diante do desafio de elaborar alguma metodologia de atuação, em nosso setor, para que nos colocássemos frente ao agressor. Tal movimento não seria desacompanhado da necessidade de se posicionar para uma sociedade conservadora e punitivista que teimava em nos enquadrar na lógica que à vítima todo o cuidado – beirando à tutela- ao agressor, prisão. Não caberia, portanto, um olhar voltado para o homem autor de violência num setor que “deveria cuidar da mulher”. Era necessário mostrar nosso compromisso profissional a partir do entendimento que o *ato* violento é passível de responsabilização, mas o *processo* que desencadeou e abriga insistentemente tal ato é suscetível à reflexão e alteração.

É (des)construir uma equipe de referência. É desconstruir a lógica institucional e societária que cristaliza papéis de gênero e que legitima e perpetua a naturalização de violências. Falaremos sobre isso mais adiante, bem como sobre o contexto capixaba que abrigou o projeto e o trabalho grupal em si, com homens autores de violência contra a mulher.

Esta foi a minha base para me apresentar enquanto mestrande e, colocando-me vulnerável às transformações do processo, hoje me desafio na exposição de um contato com todas as ações grupais do país que foi possível localizar. O que move esse salto? A partilha. Somos muitos e muitas que travam, cotidianamente, a revolução da entrega de uma prática que não sucumba às pressões de permanecer como se é. Olhar para as intersecções da nossa experiência local com o cenário nacional me creditou à consideração de que a compreensão do retrato que estamos construindo somente avançará com o compartilhamento das nossas potências e lutas.

De tantas (des)construções apontadas, há ainda uma última a destacar. A de uma psicóloga que se encontra desafiada a entregar uma reflexão à pergunta de seu colega que não

fosse esta naturalização pessoal, quase que imediata, de concluir que “o acadêmico” não é para ela enquanto produtora deste, mas sim, e apenas, como “admiradora”.

É um processo. Ainda me encontro respondendo a este diálogo. Mas já entendi que a chancela de pesquisadora se faz no olhar sensível à prática. No dia a dia. Quando você se depara com o dado alarmante de violência e se mobiliza. É não se acomodar com o que incomoda. É o gerar constante. E enquanto mulher, gerar algo que escape do olhar obrigatório para o meu útero - é revolucionário. E agora sigo, para essa consciência outra da prática através da escrita. Fico com Conceição Evaristo, ela me acolhe, quando me chama para a “escrevivência”. Então, numa certa dimensão, vou *escre-viver* aqui.

Para as práticas que se sentirem mobilizadas por esta pesquisa, fica a chancela de Riobaldo¹ que, ora parece ser projetivo, ora parece reconhecer o que já traduzimos em nossas rotinas nos entrega que - *“o correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”*.

1.2. APRESENTAÇÃO DO MATERIAL

Este material é fruto da pesquisa de mestrado e objetivou tanto construir um diagnóstico das ações grupais com os homens autores de violência contra a mulher no território brasileiro, quanto lançar uma lupa para a análise de uma experiência focal do Estado do Espírito Santo, o grupo reflexivo de gênero “Espaço Fala Homem”.

O que nos impulsiona é a compreensão estratégica que o trabalho grupal ocupa no enfrentamento da violência contra a mulher. O conhecimento sobre a sua metodologia parece nos lançar para a crítica de nossa própria experiência de gênero e a estruturação da sociedade.

Como se não bastasse, a pesquisa vem rememorar um mecanismo potente quando possibilitamos que as práticas vazem no meio acadêmico, numa dinâmica de troca capaz de alterar o que está posto. Apesar da nomeação de pessoas envolvidas no processo de escrita, orientação e avaliação, este material é consequência da união de esforços de 271 grupos com homens autores de violência no país, de instâncias governamentais ou não, que não se limitam na exposição das suas trajetórias para a garantia da solidificação e aperfeiçoamento da prática.

¹ Riobaldo é um dos personagens do romance: “Grande Sertões Veredas”, obra de um dos nossos maiores escritores brasileiros, João Guimarães Rosa.

Para melhor organização, o material está dividido em cinco partes. A primeira na qual nos situamos e localizamos a pesquisa. A segunda parte que nos trará apontamentos teóricos basilares que se fizeram presentes em todo processo analítico, com o intuito de conferir destaque a estudos e pesquisas que podem servir como norteadores teóricos das próprias práticas grupais. Tivemos o cuidado de nos utilizarmos de aportes conceituais que circulassem a grande área de estudo de gênero e das masculinidades, entendendo que esta compilação funcionaria como um disparador para o aprimoramento das referências utilizadas pelos próprios grupos.

Na Parte III consta o diagnóstico das atividades grupais em todo o país, um material exaustivo, construído a partir do envio das respostas a questionários disparados aos grupos. Além da apresentação dos resultados e de sua discussão, preocupamo-nos com o detalhamento da nossa metodologia. Isso se faz necessário não só para a transparência do nosso percurso, mas como um sinalizador de como, hoje, se faz possível acessar os grupos em nível nacional, não se restringindo a um único caminho de levantamento institucional.

Na penúltima parte, seguiremos com a exposição do material analisado disponibilizado pelo Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CRASMV), da Prefeitura Municipal de Vitória. Trata-se da ação pioneira de um grupo reflexivo com os homens autores de violência contra a mulher: “Espaço Fala Homem”, no Estado do Espírito Santo. Aqui nos debruçamos no reconhecimento da cotidianidade da prática grupal a partir dos registros realizados, o que, invariavelmente aproxima a pesquisa da realidade vivenciada pelos projetos grupais no país. Para assim entregarmos a quinta e última parte, com as nossas conclusões que tangenciam os atravessamentos que o percurso e os encontros provocaram.

Tudo isso para manifestar um percurso que foi impulsionado pelo objetivo de verificar se os grupos se comportam como uma eficaz ferramenta de desconstrução de atitudes machistas e violentas ou se traduzem mais enquanto espaços favoráveis para a atuação performática de homens não disponíveis para o reconhecimento do lugar de privilégio que ocupam em nossa sociedade.

Por isso mesmo que partimos para a exposição circulando nossas perguntas basilares: O projeto se restringe à mudança, extinção do comportamento violento (numa perspectiva mais individualista) ou atua favoravelmente na construção de uma sociedade e de relações de gênero mais justas e equitativas? Há alguma tentativa em abordar a situação privilegiada e o lucro que este homem tem em performar numa sociedade machista e patriarcal? E por último, em se

tratando de uma atividade grupal, leva-se em conta o funcionamento da cumplicidade entre os próprios homens para a perpetuação deste lugar de privilégio?

Assim seguimos com o nosso objetivo de analisar como o trabalho com os homens autores de violência contra a mulher incide na violência de gênero.

PARTE II- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Violência de Gênero

— Uma mulher é educada para ser sensível como a boneca de porcelana, que se desfaz em cacos na simples queda. Preparada para a fineza e delicadeza, mas os homens dão-nos carícias com mãos rijas como ferro e nos quebram ao simples toque. Querem-nos suaves e meigas como cabelos. Mas os homens cortam-nos com a frieza das tesouras de aço.

(Paulina Chiziane em Niketche- uma história de poligamia)

Tomamos a violência como uma questão de saúde pública, configurando-se, historicamente, como um dos mais sérios problemas da estrutura societária. A Organização Mundial de Saúde (OMS)⁽¹⁾ caracteriza a violência como “o uso intencional da força física e do poder que resultará em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação, seja contra si próprio, outra pessoa ou contra um coletivo”. A violência aqui é identificada como um constructo do cotidiano de caráter individual e coletivo.

Quando falamos de violência de gênero lançamos a consideração do atingimento tanto de homens quanto mulheres, o que nos aproxima da necessidade de aprofundarmos a reflexão sobre o processo de construção do feminino e do masculino em nossa sociedade, feito que também faremos mais adiante.

Todavia, as definições se localizam numa sociedade essencialmente patriarcal, onde o homem recebe a chancela para determinar a conduta e domínio dos corpos. Entender esta dinâmica passa pela compreensão da naturalização dos processos socioculturais que legitimam a superioridade masculina. Uma vez instaurada a desigualdade, inscreve-se a violência.⁽²⁾

Importa aqui ressaltar algumas características da violência de gênero. A primeira seria a consideração de que se trata de uma violência que se apoia no estigma de virilidade masculina

e submissão feminina, o que nos coloca diante da segunda importante característica que seria essa violência ser reforçada pela lógica patriarcal de hierarquização do poder.

Também podemos considerar que a violência de gênero pode ser mais facilmente identificada no âmbito pessoal do relacionamento entre homem e mulher, todavia, ela é estruturante de instituições, práticas cotidianas, ou melhor, de tudo que constitui relações sociais. Negar tal característica fragiliza qualquer tentativa de enfrentamento ao quadro. E por último, é necessário considerar a maior vulnerabilidade da mulher numa relação afetivo-conjugal (relação doméstica, familiar ou íntima de afeto) pela proximidade entre a “vítima e agressor”.

A partir de tais características já se faz possível a identificação da relação de coisificação do outro na violência de gênero. E se focarmos na sua ocorrência no âmbito doméstico ainda é possível a observância de uma mistura de sentimentos contraditórios como o amor e ódio⁽³⁻⁵⁾. Justamente por isso que se faz necessária a diferenciação de dois tipos de violência componentes da violência de gênero: a familiar e a doméstica. Até porque, a partir desta breve diferenciação temos a estratégica aproximação dos atores e contextos que por nós serão explorados.

Consideremos então a violência familiar como aquela que envolve membros de uma mesma família, seja ela nuclear ou extensa, com sua ocorrência observada tanto dentro quanto fora do ambiente domiciliar. Com pontos de sobreposição com esta, temos a violência doméstica atingindo também pessoas que, pertencentes ou não à família, residem, integral ou parcialmente, no mesmo domicílio que a figura do/a agressor/a (como é o caso de empregados/as domésticos/as).

É no final da década de 1960 que a violência doméstica passa a ser considerada como um problema social e de saúde, muito por conta dos estudos sobre relações familiares, o papel tradicional e lugar da mulher em nossa sociedade⁽⁶⁾. Com este cenário, este tipo de violência passa a ser tratada como uma categoria política de reivindicação dos movimentos feministas. Estes, por sua vez, tornam-se a mola propulsora da luta pela conquista e garantia de direitos para as mulheres e visibilidade para os diferentes tipos de violência, cometidos e naturalizados em nossa sociedade, contra as mulheres.

Também podemos somar a esse cenário a importância da adoção do termo gênero para a compreensão da violência na esfera familiar. Afinal, é a partir desta categoria que se passa a identificar e problematizar a hierarquização de poder em nossa sociedade, com o entendimento dos papéis pré definidos para homens e mulheres.

Esta sinalização nos parece ser o maior ponto de interseção de nossa literatura, por isso mesmo que nos estenderemos nele nos próximos tópicos. Inegavelmente, o modelo de família perpetuado em nossa sociedade confere permanentemente o espaço público aos homens e o privado para as mulheres, o que em muito se aproxima então da lógica de dominação masculina e inferioridade da mulher.

Inclusive, Bourdieu⁽⁷⁾ (p.8) nos alerta sobre os discursos satisfatoriamente transformados em “naturais”, para *“lembrar que aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas, tais como a Família, Igreja e a Escola”*. Verdade é que se trata de um processo de socialização masculina que se traduz no preparo de *“homens prontos a transformar a agressividade em agressão”* Saffioti⁽⁵⁾(p.36)

Assim nos aproximamos da consideração trazida pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher⁽⁸⁾ tratando que a *“(…) literatura vem demonstrando que determinados comportamentos, tanto dos homens quanto das mulheres, baseados nos padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade, são produtores de sofrimento, adoecimento e morte”* (p.16).

Em 2019 o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA)⁽⁹⁾, disponibilizou dados alarmantes que mostram que 43,1% da violência perpetrada contra as mulheres ocorre justamente no âmbito doméstico, sendo que 25,9% são realizadas pelo cônjuge ou ex cônjuge.

A visibilidade da violência doméstica enquanto um fenômeno multifacetado exige respostas políticas para a problemática, o que nos aproxima dos avanços significativos no que se refere à atenção à mulher em situação de violência. Trataremos desta realidade ao trabalharmos o próximo tópico que trará, cronologicamente, as políticas públicas e aparatos legais até chegarmos ao foco desta pesquisa que é o trabalho grupal com homens autores de violência dentro desta lógica de proteção à mulher.

Por essa via, esta pesquisa pretende compreender como o trabalho com o homem autor de violência contra a mulher incide na violência de gênero. E, por isso mesmo, essa primeira parte foi uma brevíssima introdução do tema que abriga nosso estudo – a violência de gênero. Certamente a temática violência se presentificará nos demais tópicos conceituais que se seguem.

Partiremos para uma ambientação do cenário do trabalho com os homens autores de violência (HAV) contra a mulher. Possivelmente, em posse deste panorama, será mais fácil

localizarmos a necessidade de trabalhos deste porte quando nos adentrarmos nos estudos de gênero e masculinidades.

2.2. Homens autores de violência contra a mulher: legislações e políticas públicas

As leis não bastam, os lírios não nascem da lei. (Carlos Drummond de Andrade, “Nosso tempo”)

A partir de agora lançaremos mão de como se traduz, nas políticas públicas e dispositivos legais, o enfrentamento da violência contra a mulher. Indiscutivelmente é na década de 1990 que se consagra uma forte agenda pública internacional nessa direção. Podemos destacar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (1979), Conferência Nacional de Direitos Humanos (1993) – aqui em destaque por considerar em seu texto a violência contra a mulher como uma forma de violação dos direitos humanos - e o marco da Convenção Interamericana realizada no Pará (1994) para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, um ano antes da Conferência Mundial na China (1995).

Mas anteriormente a isso, em nosso país, observamos a forte atuação dos movimentos feministas com a abertura democrática. Sua bandeira reivindicatória claramente assumia o compromisso da busca por mudanças na estrutura de manutenção da naturalização da violência de gênero, atingindo o governo e a sociedade civil, também com a busca pela solidificação em marcos legais. Foi esta mobilização em nível nacional que abrigou a criação de espaços de participação social por meio de conselhos e coordenadorias nas três esferas governamentais.

O desdobramento deste processo culmina na criação da primeira Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), feito este que conferiu ao Brasil um lugar de destaque na inovação do enfrentamento à violência contra mulher. Esse equipamento institucional confere à mulher o reconhecimento como vítima ao construir a sua atuação institucional a partir da experiência da mulher. Indubitavelmente, é a partir da criação das DEAMs que o debate sobre a violência contra a mulher ganha maior notoriedade no país.

Dez anos após a criação da primeira DEAM no Estado de São Paulo, há a regulamentação dos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs)⁽¹⁰⁾, no ano de 1995, que passam

a receber os casos de contravenção e de “menor potencial ofensivo”, abrangendo um significativo montante de casos de violência contra a mulher no âmbito conjugal.

É nesta realidade que o movimento feminista, baseando-se principalmente em estudos da “criminologia feminista”, passa a concentrar seu potencial reivindicatório no entendimento que a atuação dos JECRIMs acabava por despenalizar os crimes proferidos contra as mulheres, com a concentração das críticas para a conversão da pena no pagamento de cestas básicas.^(4, 5, 11, 12)

Tal cenário abrigará a construção e consolidação da Lei 11.340/06⁽¹³⁾- Lei Maria da Penha, não sem antes o país observar a submissão do Projeto de Lei 4559/04⁽¹⁴⁾ que criou mecanismos para coibir a violência contra a mulher nos moldes tanto da nossa Constituição Federal, quanto dos tratados internacionais assinados pelo Brasil anteriormente citados. Em sua redação já se encontravam elementos norteadores do que viria ser a Lei Maria da Penha, como a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de estabelecer medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência, ao passo que dirigiu ao Estado Brasileiro a responsabilidade de promover, criar, entre outros, centros de reabilitação para os acusados de violência doméstica e familiar.

O arcabouço legal que impulsionou o advento da Lei Maria da Penha (LMP) foi o seguinte: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994); o cumprimento ao disposto no art. 226, § 8º da Constituição de 1988 e a pressão de organismos internacionais para que o Brasil respondesse ao alarmante quadro de violência contra a mulher. Está posto o contexto que acolhe a Lei 11.340/06.

Neste aparato histórico é possível destacar que a abordagem aos homens, quando realizada, permeia a via da ampla defesa, sendo que o máximo que a LMP consegue alterar se insere na indicação artigos 35 e 45, quando é sinalizada a possibilidade de criação e promoção de “centros de educação e reabilitação para agressores” e o comparecimento do HAV a “programas de recuperação e reeducação”⁽¹³⁾. Notem, não há nenhuma especificação de como se daria a organização de tais centros de atendimentos aos agressores, muito menos qualquer indicativo de oferta de um olhar integral à abordagem com os homens autores de violência.

A temática começa a ganhar atenção na esfera não governamental ainda na segunda metade da década de 1990, com a atuação pelo Instituto Noos- RJ, Instituto Papai e Instituto Promundo que atualmente formam a Rede de Homens pela Equidade de Gênero – RHEG.

Já na esfera governamental, a partir do levantamento em publicações científicas, conferimos o pioneirismo do trabalho com os HAV ao Centro Especial de Orientação à Mulher (CEOM), na cidade de São Gonçalo- RJ, em 1999. Ainda vale o registro da realização de iniciativa de abordagem com os homens autores de violência nas DEAMs, antes mesmo do início dos trabalhos no CEOM, todavia foi percebida a impossibilidade de continuidade por se tratar de um espaço de acolhimento, segurança e respeito às mulheres que lá frequentavam. Este era um trabalho de cunho reflexivo sobre violência e masculinidades. ^(12, 15, 16)

Em termos metodológicos, o que já podemos sinalizar é o predomínio do caráter reflexivo nas atividades com os HAV, seguindo uma tendência da América Latina, entretanto, há aqueles que adotam caráter psicoeducativo, além da predominância de uma perspectiva sistêmica e do construcionismo social. ^(12, 17)

Exceto no Brasil, em toda a América Latina é possível observar uma sólida tradição em trabalhos deste porte, muito pelo investimento de capital estrangeiro em organizações não governamentais que alimentavam a importância social de tais iniciativas.

Toneli⁽⁴⁾ nos lembra que as intervenções iniciaram na década de 1990 no México galgando proliferação a partir de metodologias, de certa forma, similares se nos atermos à mobilização a partir de oficinas. Em todo caso, há uma diversidade nas perspectivas utilizadas: terapia sistêmica, de gênero, feminista, cognitivo-comportamental, o que já nos revela não haver uma linha única para abordar o problema, até mesmo, por considerá-lo multifacetado.

No Brasil, ratifica-se o entendimento que foi sim, a partir da Lei 11340/06 que se vislumbrou a possibilidade de tal modalidade de atendimento, mesmo estando num patamar ainda fragilizado de ocorrência após 13 anos de promulgação da lei. ⁽⁴⁾

Trabalhos como os de Toneli et al. ⁽⁴⁾ tornam-se referências para esta pesquisa pelo seu caráter investigativo, com utilização de mapeamentos de programas de atendimento aos HAV, observação de rotinas e acesso ao material produzido por tais serviços em países da América Latina. Ainda acrescentamos que tal estudo tomou como base o mapeamento realizado no ano de 2013 pelo instituto Noos, também utilizado nesta pesquisa.

É neste percurso exploratório, realizado em 2013 e 2104, que podemos perceber o crescimento de ações governamentais por todo o país, mesmo que de forma incipiente e aquém da demanda de um país que se destaca internacionalmente no número de casos de violência contra a mulher.

É também por este estudo que conseguimos verificar a fragilidade da continuidade de tais iniciativas frente ao contexto latino americano, o que denuncia a necessidade de uma

política nacional para garantir a sustentabilidade dos trabalhos. Ademais, à ausência de políticas regulamentadoras somam-se os desafios práticos e a falta de treinamento dos profissionais que lidam com os HAV. ^(4, 12, 17)

No estudo realizado pela OMS ⁽¹⁾ a atenção ao HAV já é encarada como estratégica para o devido enfrentamento da violência contra a mulher. Tal fato muito dialoga com Saffioti ⁽⁵⁾, quando a autora expõe ser a violência um fenômeno relacional, e por isso mesmo se faz necessária a intervenção com ambos os lados para que ocorra uma transformação efetiva da relação violenta.

Em seu artigo sobre políticas e leis sobre violência de gênero, Beiras et al. ⁽¹⁶⁾ discutem como estas têm contribuído para a construção que permeia o estereótipo homem-maltratador versus vítima-mulher. Na linha de pensamento do referido estudo, há questões delicadas, como por exemplo, a afirmação de que as proteções judiciais que circulam a mulher em situação de violência atuam como mecanismos de fixação desta mulher numa “posição de fragilidade”.

Sobre isso, Barral e Zanello ⁽¹⁸⁾ lembrarão a divergência que os estudos das masculinidades traziam ainda na década de 1970. Uma vertente se estruturou dentro do feminismo, considerando as relações de poder desiguais e, por isso mesmo, condicionando o exame dos homens às experiências femininas; a outra aderiu à ideia de masculinidade tão somente como um fenômeno biológico ou psicológico, circulando fora da perspectiva relacional de gênero.

Enquadramos nosso percurso na primeira linha, justamente pela ideia de que o "ser homem" é construído no processo de socialização que assim o torna. É exatamente a aprendizagem colocada por Welzer -Lang ⁽¹⁹⁾, pela imitação de comportamentos masculinos, que se dará através do "mimetismo de violências"- tanta as voltadas para si ("homem não chora"); as trocadas entre os pares, tão naturalizadas que chegam a atuarem enquanto reforçadores de relacionamentos (brincadeiras agressivas, por exemplo); como as direcionadas para o gênero oposto, dessa vez, como forma de dominação. Mas sigamos no diálogo atento a como isso se traduz no aparato legal e em políticas públicas.

Ora, os dispositivos legais não são pensados senão por meio de respaldo técnico e social que garanta respostas a situação alarmante da vulnerabilidade na qual as mulheres se encontram num país que, vergonhosamente, insiste em ranquear como 5º país em mortes violentas de mulheres no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde ⁽²⁰⁾. Enquanto estar num corpo feminino significar ameaça de existência, mecanismos legais executados de forma séria fragilizarão a naturalização da cultura de domínio sobre a mulher e não a própria mulher.

É por isso mesmo que identificamos a urgência de uma lei voltada especificamente para a proteção do público feminino - não sem excluir o homem autor de violência do atendimento e processo reflexivo sobre o ato cometido - como estratégia de alteração do quadro ferozmente alarmante de violência contra a mulher no país. E é por essa via que discordamos dos questionamentos levantados por Beiras⁽¹⁶⁾ de que: “... *a especificidade das leis seria a melhor solução? Em nosso caso, não se está dando demasiada evidência ao homem como culpado exclusivo? Não estimula tal atitude mais agressão e violência?*”

Então, sentimos a necessidade de somar essa observação ao extrato seguinte, como disparador para uma discussão que se segue nos próximos parágrafos.

Exemplo da limitação e discriminação, acima apontadas, tanto a lei brasileira como a espanhola mantém a lógica binária e heteronormativa da vítima e do agressor, não contemplando em seu texto medidas protetoras de casos de violência entre casais homoafetivos, de ambos os sexos ou em casos de agressão das mulheres para homens, por exemplo. ⁽¹⁶⁾(p.3)

É necessário enfatizar que a Lei Maria da Penha não inventou a criminalização, nem tampouco retirou qualquer direito de defesa concedido ao homem. Caso esteja o homem em situação de violência em razão do gênero (grifo nosso que remete ao extrato textual da Lei Maria da Penha que tipifica a ocorrência do crime por esta razão), ou seja, este homem sofrer agressão de uma mulher pelo simples fato de ser homem e estar inserido numa lógica cultural de subjugação de seu corpo, o mesmo poderá recorrer ao Código Penal. E, nos deparando com um quantitativo de violência ao homem em razão de gênero que justifique a criação de uma lei específica, seguindo nosso rito processual de criação de leis, este coletivo poderá se valer do pleito em casas legislativas, como foi o caso para criação da Lei 11340/06 em questionamento.

O ano de publicação do estudo de Beiras foi o de 2012, logo, anterior à publicação legal que passaremos a tratar agora. Todavia, aproveitamos este momento para sinalizar que, muito provavelmente este mesmo argumento utilizado pelo autor poderia ser empregado para questionar a Lei do Femicídio (Lei 13104/15)⁽²¹⁾, uma vez que esta cria um procedimento criminal próprio.

Ora, quando o pesquisador lança tal questionamento, tínhamos já como realidade o assassinato de 13 mulheres/dia no país⁽²⁰⁾. Justamente dados como esses que impulsionaram a concepção de uma legislação específica que tipificasse “o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição do sexo feminino” (Lei do Femicídio). ⁽¹⁹⁾

Como o trecho extraído traz as observações para além do Brasil, podemos nos utilizar dos dados da Organização Mundial da Saúde ⁽²⁰⁾ para entendermos que a gravidade do quadro não é privilégio somente da federação brasileira. Um terço dos homicídios de mulheres no mundo (35%) é cometido por seus companheiros, enquanto os assassinatos de homens cometidos por suas parcerias permeiam 5%. Por não se tratar do nosso objetivo no presente momento, não entraremos na discussão da possibilidade de haver neste quadro mulheres que cometeram o crime em legítima defesa.

Ao aprofundar o conceito de feminicídio nos aproximamos de Saffioti ⁽⁵⁾ ao entender que a língua é um fenômeno social, e como tal, fica evidente a estratégia de criar e utilizar vocábulos que expurguem o sexismo. Assim a importância do surgimento do termo feminicídio na década de 1970, cunhado pela antropóloga mexicana Marcela Lagarde, dar visibilidade à discriminação, opressão e desigualdade permeada por uma violência sistemática contra as mulheres que culmina em sua forma mais aguda, a morte.

O feminicídio é um crime de ódio, sendo que o ato não é um fato isolado, simbolizando um processo contínuo de violência que tem raízes misóginas. Aqui sim temos um caráter discriminatório, pois o crime é cometido contra a mulher pelo fato dela ser mulher.

Mesmo se considerarmos o processo de socialização masculina, que vulnerabiliza não só o gênero oposto como o próprio homem, no Brasil, 67% dos casos de violência física são registrados contra as mulheres, segundo o Mapa da Violência de Gênero do ano de 2019⁽²²⁾. Juntamente tais índices, outros acompanham de forma exímia a justificativa de haver (ainda) uma legislação específica de proteção às mulheres - “em razão de gênero”, logo, pelo simples fato de ser mulher neste país.

Ademais, ainda podemos aproximar o quadro de constante posicionamento dos homens, quando, quase de forma unânime realizam uma reivindicação síntese, que em breve será utilizada na análise do material produzido nesta pesquisa: “Precisamos de uma Lei João”.

A ideia de que a criação de um mecanismo de proteção às mulheres é um instrumento para que elas prejudiquem os homens não é um entendimento exclusivo dos HAV. Como aponta o estudo⁽²³⁾ realizado com profissionais da saúde, mitos sociais como esse influenciam a prática profissional evidenciando uma grave forma de invisibilização da violência de gênero e, permeando, por consequência o cometimento de violência institucional ao atenderem mulheres nessa situação. Com a seriedade que o estudo sobre a violência de gênero exige, não podemos pactuar com tal lógica.

2.3. Dispositivos de subjetivação e seus atravessamentos de Gênero

Trataremos gênero como um script cultural adquirido e transmitido, evidenciando um código de conduta regente das relações entre homens e mulheres, bem como dos papéis a serem performados. Traduz-se como uma categoria social condicionada a um corpo sexuado⁽²⁴⁾ sendo a este imposta a construção histórica do que é ser homem e mulher numa sociedade binária. Neste contexto, as análises feministas foram as responsáveis por desenvolver o termo gênero, a partir de meados da década de 1970.

Gênero seria então um produto cultural transmitido pelas estruturas sociais, diferentemente do sexo biológico, determinado antes do nascimento por processos biológicos naturais. Ao apontar o estudo de Yannoulas sobre o enfoque de gênero na educação profissional, Rabelo⁽²⁴⁾ ainda trará gênero como um código de conduta pelo qual as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres.

Vale ressaltar a discordância de Butler⁽²⁵⁾ no que tange a distinção de sexo/gênero. Ela critica o par fundamental da política feminista: sexo é natural e gênero construído. A intenção de Butler é retirar a noção de gênero como decorrente, variante unicamente do sexo, ao se discutir a arbitrariedade desta distinção. “*Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino*” (p.26). A filósofa considera que a natureza também é uma construção, logo, o sexo não é natural, mas discursivo e cultural como o próprio gênero.

Concordamos e ainda estabelecemos diálogo com Joan Scott⁽²⁶⁾ sobre a necessidade de se distinguir os conceitos num processo investigativo a fim de se evitar qualquer confusão. Gênero é uma categoria social, uma construção de performances destinadas a um corpo sexuado. Há uma atuação clara a partir dos corpos, mas não se reduz a eles, pois a existência do gênero se configura a partir do não determinismo biológico sobre o social. É aqui que evidenciamos a definição de gênero scottiana como sendo este “*um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos*”, como também, “*o primeiro modo de dar significado às relações de poder*” (p. 7-8)

Wassmansdorf⁽²⁷⁾ ainda nos convida para a reflexão de pensar gênero como uma categoria em rasura, em diálogo com o trabalho de Hall⁽²⁸⁾. Essa destotalização- desconstrução do gênero – coloca-o como extremamente útil, enquanto categoria de análise, por sua implicação em múltiplos debates.

É pelas relações entre homens e mulheres que se é viabilizado o estudo das relações de gênero, mas mais que isso, é extrapolar a dicotomia homem/mulher ao considerar sua ampla estrutura que envolve as diferentes instituições. As tensões entre homens e mulheres se dão numa “arena generificada” ponderadas por meio de significados⁽²⁹⁾. Assim sendo, gênero é um conceito relacional, sempre pautado pelas relações de poder, referidas a espaços sociais de maior ou menor privilégio.

Mas nos propomos agora a um breve diálogo da percepção do patriarcalismo numa perspectiva feminista De e Pós colonial, como uma abordagem que analisa o gênero numa estrutura de poder colonial e, justamente por isso, apresenta um afastamento de um feminismo hegemônico não representativo de distintas realidades. Observar as relações entre colonialidade e gênero é abrigar uma estratégia de compreensão das relações de gênero dentro de uma lógica colonial moderna.

Neste intuito, para desenvolver o que chama de “barbárie de gênero moderno” ou “genocídio de gênero”, Segato⁽³⁰⁾ descreverá casos de nosso continente (Guatemala, El Salvador e México) para demonstrar a apropriação devastadora dos corpos femininos ou feminizados, como requintes declaradamente de guerra dentro da violência de gênero. Assim, a antropóloga feminista ambientará o feminicídio como um sintoma da “barbárie do gênero moderno”.

Insera-se aqui, na lógica decolonial, a contraditoriedade de um Estado permanentemente colonizador, pois sua estrutura não visa em nada a restauração da vida comunitária a autônoma. E é deste Estado que se espera a criação de leis e execução de um projeto político que parta em defesa das pessoas em vulnerabilidade social, entregando-lhes a autonomia.⁽³¹⁾

Nesta esfera que Segato⁽³⁰⁾ constrói sua crítica de um Estado moderno que “*tenta desenvolver e introduzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula*”. Isso porque, os estudos da antropóloga em torno da organização das comunidades indígenas frente ao Estado e os direitos facilitaram o seu entendimento do Estado como responsável pela criação de um aparato de proteção às mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que também o identificava enquanto destruidor das instituições e da rede comunitária que as protegia.

Neste mesmo trabalho, a autora traça seu afastamento da filósofa feminista Lugones, por esta afirmar a inexistência do gênero e da lógica patriarcal no mundo pré colonial - ou seja, foram introduzidos com a invasão colonial - enquanto para Segato a observância concluiu a existência de um patriarcado de baixa intensidade nas comunidades indígenas.⁽³⁰⁾

Para se garantir o olhar crítico deste projeto, que se poussa e dialoga intencionalmente com a realidade da América Latina e os ecos das invasões sofridas, torna-se de suma importância evidenciar os achados da Rita Segato e Lugones com a feminista indígena Paredes, que afirmará o caráter ancestral do patriarcado.

Tais diferenças são introdutórias no estudo de Wassmansdorf⁽²⁷⁾ que ainda mostrará a unanimidade entre as autoras no que tange às violações e à lógica de subordinação agravadas com o advento da colonialidade sobre os corpos de mulheres negras e indígenas, quando penetra um patriarcado branco, ocidental, heterossexual, burguês e de padrão binário.

Há uma declarada perda do poder de participação política das mulheres. Mesmo se considerarmos o apontamento de Segato⁽³⁰⁾, que demonstra a ausência da participação das indígenas no espaço público de discussão, mesmo com a evidência de que nenhuma decisão era tomada sem a consulta das mulheres no âmbito privado, logo, uma participação fora da arena pública. Ou seja, a lógica ocidental proporcionou um sequestro da política da vida doméstica.

Corpos femininos indígenas e negros foram transformados em “mulheres” e toda sua ausência da construção ativa da comunidade em obediência fiel à lógica ocidental. Esta, não vem desatrelada à categorização do “homem” no ideal branco, burguês e heterossexual, enquanto a categoria “mulher” seleciona as brancas burguesas heterossexuais. Gênero, raça e sexualidade se separam. Inegavelmente, o escambo não entregou espelhos sem imagens (ainda hoje se faz).

Exatamente por isso que Kilomba⁽³¹⁾ nos chama atenção para a consideração do “patriarcado racial” como sinalização da importância da raça nas relações de gênero, questionando a forma absoluta de se identificar o patriarcado. O racismo assegurará condições hierarquicamente distintas entre negros e a visão clássica patriarcal não dá conta de explicar o porquê homens negros não usufruem dos mesmos benefícios do patriarcado branco.

Em todo caso, como veremos nos estudos das masculinidades, homens negros, brancos, hetero e homossexuais, mesmo com a construção hierárquica no exercício de sua masculinidade demonstram união em torno da misoginia. Bem como Kilomba⁽³¹⁾ considera ao citar a feminista Barbara Smith no seguinte trecho: “*nós (mulheres negras) lutamos juntas com homens negros contra o racismo, enquanto lutamos contra homens negros a respeito do sexismo.*” É uma irresponsabilidade considerar o estudo de gênero sem o critério racial, afinal de contas, formas de opressão se entrecruzam, funcionando o racismo em plena interação com estruturas de dominação como o sexismo.

A nossa incumbência é naturalizar o entendimento deste “terceiro lugar” ocupado pela mulher negra na lógica de uma sociedade patriarcal de supremacia branca, justamente por mulheres negras não serem nem homens e nem mulheres brancas. Aplica-se a ideia de uma outridade dupla, por representarem a antítese da branquitude e da masculinidade. E Kilomba⁽³¹⁾ ainda vai além ao sinalizar a mulher como a Outra da Outridade:

As mulheres brancas têm um status oscilante, como o eu e como a “Outra” dos homens brancos porque elas são brancas, mas não homens. Os homens negros servem como oponentes para os homens brancos, bem como competidores em potencial por mulheres brancas, porque são homens, mas não brancos. As mulheres negras, no entanto, não são brancas nem homens e servem, assim, como a “outra” da alteridade (p. 191)

O (não) lugar da mulher

A mulher (é a metade da humanidade) foi colocada fora da Igreja, fora da lei, fora da sociedade. Para ela, nada de funções na Igreja, nada de representação diante da lei, nada de funções no Estado
(Flora tristan, *União Operária*, 1844)

Observamos que o empenho da sociedade parece estar marcado pela real expectativa do cumprimento de papéis a serem operados distintamente por homens e mulheres em sua construção da identidade social. Nessa dinâmica, a identidade basilar das mulheres circula na ordem doméstica e na criação da/o(s) filha/o(s). O seu domínio no âmbito privado é oportunizado pela sua *capacidade natural* de ser mãe. Neste processo de naturalização que estrutura toda a sociedade, torna-se “natural” se pensar que a mulher se dedique aos afazeres domésticos tanto quanto é natural sua capacidade de gerar.

Não há confusão deste domínio com o do poder, pois a lógica deste não é pensada para o exercício feminino. O poder sempre será do macho. Até os dias atuais o que se percebe é que a dinâmica doméstica é pensada a partir da dinâmica social do homem, condicionada aos horários de presença e ausência deste.

Historicamente, Machado⁽³²⁾ e Zanello⁽³³⁾ resgataram a invenção do sentimento de maternidade nos séculos XVIII e XIX ao evidenciar o estudo do historiador Áries mostrando que a mesma lógica não foi dispensada à paternidade. É de se concluir que a ideia de cuidado dirigida a também criada figura da “criança” no mesmo período, nem sequer flertou com o sentimento de paternidade, continuando o homem vinculado à figura de provedor.

Há aqui uma clara reestruturação do exercício da maternidade e da paternidade, sendo a mãe responsável pela demanda afetiva e o pai pela material. Essa realidade já dialoga com a valorização da construção social de um menino que se distancia de suas demandas afetivas ao se aproximar de comportamentos agressivos, de pouca habilidade emotiva, socialmente valorizados e atrelados como natural aos homens, invariavelmente também não será exigido desse homem o comportamento “do cuidar”.

Cuidar é uma habilidade humana, não é uma habilidade estritamente feminina, podendo ser interpelada em todos os seres humanos, mas foi naturalizada como das mulheres por elas terem útero. Uma clara estratégia do patriarcado em direcioná-las para um trabalho invisível e não valorizado, uma forma de adestramento e domesticação.

Isso porque é a partir do séc. XVIII que a maternidade passa a ser exaltada ao passo que se reforça a lógica da domesticidade da mulher. Num primeiro momento a ênfase é o convencimento das mulheres em relação a amamentação - é preciso que esta ocorra no lar. Uma vez nele, a mulher passa a ser a cuidadora do lar, em âmbito privado. Posteriormente é a ideia de que elas devem se responsabilizar com a educação das crianças - é por isso inclusive, por serem mães que ensinam, que passam a ser educadas. Num terceiro momento percebe-se a grande atuação das Psicologias, Psicanálise e Medicina no convencimento das mulheres de que são responsáveis pelo caráter das crianças. É uma somatória de responsabilidades outorgada às mulheres. ⁽³³⁾

Mas, é interessante trazer à memória a dimensão sociocultural que interfere na construção de tal dinâmica, quando Saffioti⁽³⁾ lembra a aclamada frase de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, porque este fenômeno *natural em ser mulher* revela-se de distintas formas em observância a sua construção social e cultural. Decerto, independente da forma de execução, todas as sociedades realizam a elaboração social dos fenômenos *naturais*.

A capacidade humana não se restringe à transformação do reino natural, há também este procedimento inverso de naturalização dos processos socioculturais por meio da elaboração. Observe-se bem, mediante apontamento da Saffioti⁽³⁾, houve uma desvalorização social do espaço doméstico, que passa então a ser destinado de forma *natural* à mulher - executa-se com excelência a noção de que este papel *sempre* foi representado pelas mulheres. Temos então a elaboração de um constructo social em algo *natural*.

Esta noção de desvalorização de espaços tidos como femininos, ou que as mulheres passam a ocupar – gerando assim um descrédito, vaza para discursos e posicionamentos que

são diferentemente considerados se assumidos por uma mulher ou por um homem. Podemos pensar na atualidade, que não se trataria de um salto cronológico ao apontamento de Saffioti (33 anos depois), mas sim, uma ratificação de que tal metodologia ainda hoje vigora.

Como necessária exemplificação, temos acompanhado uma desvalorização (e perseguição) do saber acadêmico, das pesquisas, referências técnicas, não sem perceber um discurso discriminatório, de quem se utiliza de tais preceitos elaborados na academia. Pois bem, sem cometer o erro de fazer uma associação integralmente direta, mas sem deixar de provocar a reflexão que nos propomos, em 2018 o observatório da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI)⁽³⁴⁾ - em seu documento sobre a situação da produção científica iberoamericana - divulga a informação de que as pesquisadoras mulheres são responsáveis por 72% da produção científica em nosso país. Ora, não estaria minimamente funcionando a dinâmica de desvalorização de um espaço que passou a ser ocupado pelas mulheres?

Ainda sobre o olhar depreciador dos espaços majoritariamente ocupados pelas mulheres, poderíamos ir além do apontamento feito por Bourdieu⁽⁷⁾ quando atrela a desvalorização do trabalho doméstico ao fato deste não ser remunerado. Ora, aqui poderíamos lançar o questionamento de que caso fossem os homens responsáveis pelo trabalho doméstico, seria ele desvalorizado e não remunerado? Estamos sim tratando das consequências da feminização dos espaços.

Mas antes de nos atermos um pouco mais à dinâmica salarial pautada no gênero, fazemos menção ao estudo lançado em 2020 pela Oxfam⁽³⁵⁾, que ficou conhecido por revelar que a fortuna dos 1% mais ricos corresponde a mais do que o dobro da riqueza acumulada por 92% da população mundial, porém, esse mesmo relatório expõe que quase metade das mulheres do mundo são incapacitadas de ocuparem postos de trabalho remunerado devida a carga exorbitante dos cuidados domésticos e/ou familiar. Estamos falando que atualmente, 42% das mulheres e meninas são empurradas para a invisibilidade do reconhecimento e remuneração, enquanto o mesmo tipo de atividade só abarca 6% dos homens. Numa clara vinculação de que são as mulheres as que menos tiram vantagem do atual sistema econômico, que garante que os 22 homens mais ricos do mundo tenham uma riqueza maior do que todas as mulheres da África.

Além do âmbito doméstico, o que dizer sobre as profissões ditas femininas, que carregam consigo, além da baixa remuneração, o estigma de representarem um manejo natural, um dom do feminino em exercê-las? Profissões que “cuidam” (enfermagem, por exemplo), que “educam com carinho” (magistério), que “ajudam” (serviço social), são exemplos dessa

violência na utilização do jogo de palavras, estando todas devidamente protegidas pela lógica violenta do “cuidado”. Afinal, como se remunera um “dom”?

Muito por isso as mulheres ao longo da história sempre foram remuneradas em caráter inferior aos homens. Mais do que isso, ainda hoje, as mulheres possuem salário inferior aos homens em todas as ocupações. Estudo divulgado no ano de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que o rendimento médio das mulheres no mercado de trabalho com idade entre 25 e 49 anos de idade é em média R\$2.050, o que equivale a 79,5% do valor recebido pelos homens, que é de R\$ 2.579.⁽³⁶⁾

A partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC)⁽³⁷⁾ e das estatísticas de gênero do IBGE⁽³⁸⁾, podemos constatar que 72% dos cargos do setor saúde são ocupados por mulheres, todavia, quando elas alcançam cargos de chefia fica evidente a discrepância salarial em relação aos homens, pois passam a ganhar cerca de 37% do que os homens ganham em cargos equivalentes. Eles ganham, em média, R\$25.073, elas, R\$9.215.

Ao analisar os mesmos dados, as pesquisadoras Cristiane Soares e Hildete Pereira de Melo⁽³⁹⁾, denunciam que esta é a realidade de mulheres em cargos de direção no mercado de trabalho como um todo, onde permanecem ganhando 66% da média salarial dos homens. Mais ainda, na educação, espaço reconhecidamente feminino, esse percentual chega ao patamar de 85%.

Também pudera, estamos destacando realidades sob o prisma de uma concepção societária que se revela nos 90% da população em todo o mundo que tem algum tipo de preconceito contra as mulheres. É o que aponta o “Índice de Normas Sociais de Gênero”, resultado da análise realizada em 75 países, com publicação em 2020 pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD)⁽⁴⁰⁾. 50% dos/as entrevistados/as acreditam que homens são melhores líderes políticos e 40% ainda os colocam como mais qualificados para assumir cargo de direção em empresas e, por isso mesmo, devem ter mais acesso a empregos em face às situações de crise econômica.⁽⁴⁰⁾

O IBGE⁽⁴¹⁾ aponta que na crise instaurada pela pandemia do coronavírus, tem-se a realidade de que mais da metade da população feminina ficou fora do mercado de trabalho. Evidentemente que as 8,5 milhões de mulheres atingidas também sofrem com as consequências dos papéis que são convocadas a assumirem como únicas responsáveis na sociedade. Estamos falando do fechamento de creches e escolas que redirecionaram essas mulheres para o ambiente doméstico e para a invisibilidade do serviço não remunerado e não valorizado, além de serem

as primeiras a serem expulsas do mercado de trabalho- principalmente as mulheres negras e com filho/a(s)- quando a má gestão de políticas públicas fragiliza as relações trabalhistas.

Se a feminização de espaços do mercado de trabalho perpetua a discriminação, a ocupação de mulheres em alguns espaços, reconhecidamente de poder, evoca a violência para além do sistema remuneratório. Basta lançarmos o raciocínio de que mulheres ocupam sim espaços, mas a que(m) precisam se submeter pelo simples fato de ser mulher? As mulheres são colocadas em xeque se assumem uma postura enérgica, percebido como um atributo masculino. E, se porventura utilizarem de sua feminilidade, são ridicularizadas, desacreditadas, consideradas inaptas. Estão no “não lugar”, como resgata Bourdieu⁽⁷⁾ (p.98):

De maneira geral, o acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de *double bind*: se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da “feminilidade” e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inaptas à situação.

Lembremos, os homens não representam a personificação da autoridade dita natural. Eles são tacitamente treinados para isso enquanto homens. Mas o que também percebemos, em diálogo com a bibliografia, é a verificação que os papéis destinados às mulheres como “cidadãs”, “trabalhadoras”, “empreendedoras” (numa lógica extremamente capitalista), não altera a sua relação integral com a responsabilização pelo bem comum, permanecendo seu vínculo aos papéis de esposas, mães e cuidadoras. Seu protagonismo na sociedade moderna foi inteiramente construído a partir da valorização dos seus papéis tradicionais, difundidos no senso comum. Obviamente, os homens permanecem como privilegiados por não precisarem se sentir-se responsáveis pelo equilíbrio emocional do sistema familiar e reforçam o julgamento social quando há a ruptura da mulher deste modelo, quando então passa a ser reconhecida como desequilibrada, nervosa e estressada.

É essa responsabilização extrema da figura feminina - naturalizada no “dom divino” de serem mulheres, portadoras da responsabilidade pela solidariedade do lar - que se percebe como a frequente orientação simbólica para a observação da retirada de queixa de violência junto à rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Aqui, os valores das mulheres em situação de violência seguem ainda, em sua grande maioria, na busca pela restituição da harmonia familiar. Nesse momento, até mesmo o registro policial é sim uma tentativa de alteração do quadro, mas é também uma ação que pode pacificar a situação como uma espécie de aliada externa, “um aviso”, um último passo que não anda desatrelado desta tentativa de se

fazer vingar a responsabilidade da mulher - naturalizada na sociedade - como única responsável por “fazer dar certo” o relacionamento².

Podemos inclusive observar essa consideração na realização da queixa policial e, até mesmo, do deferimento de Medidas Protetivas de Urgência, posto que as mulheres têm a tendência de priorizarem o zelo pelo bem-estar da ordem familiar e retirarem tais solicitações. Ademais, a essas mulheres recai as acusações de terem se utilizado de medidas desnecessárias, bastando “uma conversa”, bem como na acusação de que a ativação dos equipamentos de segurança pela mulher são frutos de sua insatisfação com os parceiros, uma tentativa de vingança.

O IPEA⁽⁹⁾ observa, em sua recente pesquisa, que muitas mulheres não efetuam a denúncia por medo de retaliação ou impunidade, chegando ao quantitativo de 20,8%; enquanto somente 22,1% recorrem de fato à polícia. Mas essa discussão também terá espaço logo mais. É pela lógica do estudo de gênero que vamos perceber a cíclica dinâmica da violência a ser interrompida.

Aproveitamos esses dois últimos pontos de discussão para expormos o inédito viés proposto nesta mesma pesquisa do IPEA, ao analisar os efeitos da participação da mulher no mercado de trabalho sobre a violência doméstica. Os dados revelam que o registro de violência cometida contra as mulheres que integram a população economicamente ativa (52,2%) é praticamente o dobro se comparado ao registrado pelas que não compõem (24,9%).⁽³⁶⁾

Inegavelmente esse apontamento nos coloca em diálogo com o que temos observado nos estudos sobre a rigidez dos papéis de gênero previamente estipulados e mantidos em excelência na estrutura patriarcal. Parece-nos que para um número considerável de casais, ainda hoje, a presença feminina no mercado de trabalho - contrariando os valores patriarcais - é motivo para aumento dos conflitos, abrigando episódios de agressão.

É propício considerarmos Saffioti⁽²⁾ quando a autora lembra que a participação feminina nas atividades extraluar tende a ser reduzida à mera “ajuda”, complementaridade no máximo, ao salário do marido. E esse raciocínio tão naturalizado, ainda vaza como entendimento também das próprias mulheres. Seria muito similar à lógica de “ajuda” proporcionada pelo homem quando incluídos nos afazeres domésticos. Ora, sempre que se vigora a noção de “ajuda” se confirma que a responsabilidade principal é de um outro.

² Tal metodologia não vem desacompanhada do estímulo social para a manutenção desta lógica. Aqui podemos resgatar alguns rápidos lembretes exemplificativos. Revistas, sites, páginas femininas, que incansavelmente conquistam os “likes” das seguidoras com instruções práticas de “como resgatar seu relacionamento?”, “como não perder seu homem”. E o que dizer das “campanhas pela família”, ou “oração pela família”, protagonizadas pelas Igrejas que não disfarçam seu alvo e participação de um público quase que exclusivamente feminino.

Porém, se a garantia de remuneração das mulheres, a partir da entrada no mercado de trabalho, pode configurar certa independência financeira, tal fato não vem se mostrando suficiente para a superação das desigualdades de gênero cotidianamente ratificadas pela estrutura patriarcal de nossa sociedade.

Diferentes processos de subjetivação de homens e mulheres

Neste momento, apresentaremos conceitos de extrema relevância para nossa pesquisa, fruto do trabalho da professora e pesquisadora Valeska Zanello⁽³³⁾. Tais conceitos refinaram nossa análise de sobremaneira e estabeleceram diálogo com todo arcabouço teórico por nós utilizados.

Segundo a autora, há caminhos privilegiados de subjetivação para homens e mulheres em nossa cultura e, para decifrá-los, ela lança mão de explicar a lógica de funcionamento dos dispositivos amoroso, materno e da eficácia. Como tais conceitos se presentificam em outros momentos da pesquisa, o que se seguirá é apenas uma introdução aos mesmos.

Dispositivo Amoroso

O mundo acha que as mulheres são interesseiras. E os homens não são? Todo o homem exige da mulher um atributo fundamental: beleza. (Paulina Chiziane em Niketche- uma história de poligamia)

As mulheres se subjetivam em nossa cultura na relação consigo mesmas, mediadas pelo olhar de um homem que as escolha para então serem validadas como mulheres. Nesta dinâmica, o mais importante a destacar é que o dispositivo amoroso é o principal fator de desempoderamento das mulheres e de empoderamento dos homens. Necessitar de um outro para que sua auto estima se estruture é desempoderador.

Ampliando a análise da lógica de funcionamento do dispositivo, a autora cunhará a metáfora da “prateleira do amor”⁽³³⁾. A ideia é exatamente essa, imagina-se uma prateleira onde as mulheres estão localizadas à espera de serem escolhidas. O que vai determinar sua localização nesta exposição é exatamente o quanto respondem ao ideal estético marcado em nossa cultura, a saber, mulher loira, jovem, magra e branca. O fato é que a mulher vai se posicionar nesta prateleira à espera do reconhecimento e avaliação do outro - o homem e “ser escolhida” é o apogeu, sua vitória. Estamos diante do homem como avaliador supremo.

Nossas performances como mulheres são produto de uma satisfatória atuação das tecnologias de gênero em nossa sociedade. Muito além de mera representação dos valores do

gênero, as tecnologias se apresentam como possibilidade de criação e reafirmação do próprio gênero.

Tal qual aponta a estudiosa Lauretis⁽⁴²⁾, é a partir das diferentes tecnologias sociais - como o cinema, mídia, brinquedos, brincadeiras, xingamentos, músicas, dentre outros - que se marca a produção do sistema de diferenciação dos papéis de gênero. A concepção do sujeito se dá a partir do gênero, mas não apenas pela diferenciação sexual, e sim por todo este arcabouço linguístico e cultural. É assim que a autora abrigará o entendimento do gênero como o “conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais”⁽⁴²⁾(p.208)

Pensar na lógica da “prateleira do amor” também nos torna próximos da possibilidade de questionar se não seriam as nossas vestimentas um instrumento de manutenção e facilitação do funcionamento da prateleira, logo, uma tecnologia de gênero.

Rapidamente poderíamos considerar a observação do Bourdieu⁽⁷⁾ quando anuncia os trajes masculinos como sinalizadores de signos sociais de posição social (traje de executivos, uniformes específicos e etc.), enquanto nas mulheres, podemos acompanhar a intenção declarada de exaltação do corpo, a fim de vesti-lo com a linguagem da sedução, tornando-o atrativo para sua disposição na prateleira. Quanto a isso, Zanello⁽³³⁾ ainda faz uma possível associação: vestimenta masculina - conforto e praticidade x vestimenta feminina - exposição para validação a partir do olhar do outro.

Toda essa lógica explicará a grande dispensa de investimento (de tempo e dinheiro) neste trabalho de apresentação feminino, invariavelmente sendo levadas a tratar a si mesmas como objeto estético. Conforme Bourdieu⁽⁷⁾ (p. 138) quando a responsabilidade da mulher em

dedicar uma atenção constante a tudo que se refere à beleza, à elegância do corpo, das vestes, da postura, elas têm naturalmente a seu cargo, na divisão do trabalho doméstico, tudo que se refere à estética e, mais amplamente, à gestão da imagem pública e das aparências sociais dos membros da unidade doméstica, dos filhos, obviamente, mas também do esposo, que lhes delega muitas vezes a escolha de sua indumentária.

O conceito emprestado por Lauretis⁽⁴²⁾ permeará toda nossa compreensão do processo de subjetivação de homens e mulheres, que situa a produção midiática como a maior tecnologia atuante na contemporaneidade.

Talvez agora possamos nos debruçar sobre a diferenciação do amor para os homens e mulheres, entendendo que o dispositivo amoroso traz a noção de “*certa forma de amar que a elas é interpelada. Em nossa cultura, os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres*

aprendem a amar, sobretudo, e principalmente, os homens.”⁽³³⁾(p.84) Temos, portanto, o amor como uma questão identitária para as mulheres.

Naturaliza-se que o ápice de importância na vida de uma mulher é o amor e ter um homem que a escolheu. O mesmo movimento que concederá a noção de “falha” à mulher quando ao término do relacionamento amoroso, e não ao homem, mesmo sendo algum comportamento dele o motivo da separação.⁽³³⁾

Dispositivo materno

As mulheres como um todo seguem sendo interpeladas ao papel de cuidadoras natas⁽³³⁾. E toda essa entrega requerida pelo ato de cuidar é considerada como- tipicamente feminina e, justamente por assim ser, foi desvalorizada ao longo da história. Nossos esforços são entrelaçados ao amor, aniquilando qualquer entendimento do quanto nos é custoso estarmos emocional e integralmente voltadas para o outro. Movemo-nos por amor. Somos convocadas a cuidar em todo tempo, disponíveis ao abandono de projetos pessoais em prol do outro. Nas relações interpessoais, em casa, no trabalho, temos que responder adequadamente à feminização do cuidado.

É até pertinente evidenciar a interseccionalidade deste cuidado, pois mesmo quando a mulher se ausenta do âmbito doméstico - não sendo possível pagar a terceirização do cuidado, certamente por uma figura feminina - filhas são convocadas a cuidarem de seus irmãos. E se esta ausência se justifica por sua inserção numa atividade laborativa, a mulher é logicamente convocada a transportar o cuidado.^(7, 33)

Atividades que requerem socialmente o olhar cuidadoso como a organização de “festinhas” da empresa, recrutamento de RH, dentre outras que apresentam a invisibilização da energia laboral contida, são “naturalmente” direcionadas às mulheres. Contribuindo para “*a manutenção e o aumento do capital social de relações e do capital simbólico das empresas*”.⁽⁷⁾(p. 139)

Coria⁽⁴³⁾ traz um apontamento importante que tangencia a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua relação com o recurso financeiro. A lida da mulher com o dinheiro se apresenta como uma problemática, já que este manejo não é considerado como característica tipicamente feminina. Isso porque, o dinheiro solicita a obtenção de benefício em troca do trabalho. A quantificação coloca em xeque a feminilidade e a conseqüente aprovação social, a

valorização por parte dos homens, o amor. Também, o próprio funcionamento do dispositivo materno daria conta de questionar essa quantificação da “doação, altruísmo, bondade, sobretudo amor incondicional e abnegado”⁽³³⁾(p.170).

Dispositivo da eficácia

— Cada tempo a sua história—diz ela.—A prosperidade mede-se pelo número de propriedades. A virilidade pelo número de mulheres e filhos.

(Paulina Chiziane em *Niketche- uma história de poligamia*)

Os homens são subjetivados a partir da noção de virilidade sexual e laborativa que o determina por aquilo que produz, num território marcado pelo status e dinheiro. Aliás, a produtividade pauta o universo masculino sempre pela necessidade exibicionista- quanto mais, mais macho se é.^(33, 43)

O jovem, entre vinte e trinta anos, tem o questionamento direcionado a sua inserção no mercado de trabalho, afinal, necessita ter meios de provimento, como símbolo de mínima independência. Para uma jovem, na mesma faixa etária, a preocupação social gira em torno de estar ou não solteira. Inegavelmente, homens e mulheres são interpelados de maneira diferente.

É neste ponto que Cória⁽⁴³⁾ desenvolverá seu lúcido estudo sobre o caráter sexuado do dinheiro. Como vimos acima, para as mulheres, o fator monetário é um ataque direto a sua feminilidade, enquanto para os homens o sucesso econômico traz a noção de ser bem sucedido, estando intimamente ligado à virilidade.

Por essa mesma distinção é possível abrigar o entendimento de Saffioti⁽³⁾ de que o verdadeiro macho é aquele que consegue prover sua família, estando a participação feminina nesta dinâmica - quando esta ocorre - reduzida à ideia de complementaridade. “*Quer seja o único provedor das necessidades familiares, quer seja o principal deles, não lhe é permitido fracassar*”. (p.24)

Por estarmos tratando do universo laboral, seria interessante resgatar o que já citamos sobre o lucro que os homens adquirem diante o fiel serviço do dispositivo amoroso da esposa ou companheira, que em todo momento se apresenta com uma dedicação exímia para o desenvolvimento da carreira dos homens. Tal liberdade dos homens em solidificar suas carreiras se contrapõe à exigência às mulheres em terem que escolher entre a profissão e a vida

peçoal. Comumente lançam mão do trabalho de regime parcial, dificultando sua ascensão e destaque na carreira. ⁽³³⁾

Assim sendo, “*a coroação da virilidade laborativa, no dispositivo da eficácia seria o status (reconhecimento) e a possibilidade de acúmulo financeiro (com diferentes acessos ao consumo)*”⁽³³⁾ (p. 235) Neste ponto, conforme a autora também aponta, observa-se que a virilidade sexual acaba por importar as metáforas da virilidade laborativa e a principal delas é a da “grande performance”, sendo comum a ideia do desempenho. Não basta ser um “comedor” como tem que mostrar que é um “bom comedor”. Porque não se trata tão somente de desempenhar a virilidade padronizada, mas também de fazer transparecer e provar tal situação. Como afirma o sociólogo Bourdieu⁽⁷⁾ - o poder “de fazer gozar” constitui o próprio gozo masculino.

O fato é que no *setting* do ato sexual, todos os discursos que atravessam, tendem a enaltecer o penetrador - macho ativo - e desqualificam a(o) penetrada(o). E como faremos a seguir, num diálogo com o estudo da masculinidade hegemônica, ser penetrado é tornar-se vulnerável, é destronar-se do poder do macho, de modo que a masculinidade se firma na heterossexualidade.

Nesse mesmo *setting*, os homens entram com seu pênis. Em sua genitália se concentra toda sua capacidade de atuação. A linguagem genital que se responsabiliza pelas carícias e afeto, evidenciando a inabilidade masculina em se entregar à cumplicidade e às demandas emocionais. Isso muito falará do processo de socialização masculina, que sempre se apresentou ao outro pela lógica de sua objetificação.

Também nesse processo que os homens desenvolvem ferramentas de policiamento uns dos outros para que não centralizem em suas vidas o amor e a família, na mesma intensidade que se naturaliza o discurso que “tornar-se pai” significa a transformação de “bom consumidor para bom fornecedor”. Vamos então ao mundo dos machos.

2.4. Masculinidades

Enquanto os homens exercem seus podres poderes. Morrer e matar de fome, de raiva e de sede. São tantas vezes gestos naturais.

(Caetano Veloso, “Podres poderes”)

O comportamento violento é algo desejável na construção das masculinidades³, aliás configura-se como o melhor manejo para dar conta das manifestações pessoais e emoções que vazam na experiência do sujeito como forma de agressão e violência física. É perceptível na literatura que, para se compreender a dinâmica da violência de gênero torna-se mister o entendimento da transversalidade de significados e socializações a partir das masculinidades, bem como o reconhecimento que a utilização da violência no processo de socialização também torna vulnerável o próprio homem.

Trata-se de uma apresentação masculina que desafia e enfrenta a ordem, com a utilização muito importante do critério exibicionista, algo fundamental para validar seu comportamento perante os pares, a “gangue dos machos”. O exibicionismo também constitui o funcionamento da “Casa dos Homens”, metáfora cunhada pelo filósofo Welzer Lang⁽¹⁹⁾.

Falaremos mais sobre a metáfora no nosso processo de análise da atividade grupal, mas, por ora, resta saber que se trata de uma casa com diferentes cômodos onde os homens vão ascendendo de local quando assumem performances satisfatórias do que se entende sobre “ser homem” na sociedade. Esta movimentação é garantida a partir da avaliação de outros homens e é regida pelo silêncio da cumplicidade entre os pares, numa espécie de “broderagem” que objetiva a defesa do outro de forma irrevogável. Note a diferença. Não se trata de algo conquistado, é algo que tem que ser provado^(19, 33).

Em todo caso, o primeiro passo para entender a dinâmica da metáfora parte do reconhecimento do pleno funcionamento do discurso, socialmente difundido e reproduzido, que envolve a obrigatoriedade do homem em negar absolutamente tudo que advém do feminino. Por esta via, há uma lógica historicamente em funcionamento, baseada na negação do feminino para deter o poder. Quando se adjetiva uma mulher num espaço de poder de “muito feminina”, automaticamente se faz valer de uma sutil estratégia de negar-lhe qualquer direito ao poderio, que é masculino. Não se pode correr o risco de não encarnar adequadamente o papel de macho. “*A educação de um verdadeiro macho inclui necessariamente a famosa ordem: Homem (com H maiúsculo) não chora*”. ⁽³⁾(p. 25) ⁴

³ Aqui expomos o acordo com a utilização do termo “masculinidades”. Há diferenças entre os próprios homens a serem sempre consideradas, não se restringindo assim a uma única forma de exercício da masculinidade.

⁴ Saffioti ainda citará pesquisas que demonstram a ocorrência do secamento das glândulas lacrimais de determinados homens, causando a atrofia por conta do desuso. Com isso, a socióloga aponta que a castração do homem não é apenas no âmbito psicológico, mas também, orgânico.

Quando em sucesso, o “deixar o mundo das mulheres” colocará as crianças do sexo masculino em reagrupamentos com demais meninos de sua idade, onde atravessam a fase de homosociabilidade. É nessa forma de relacionar-se que observamos o direcionamento da violência contra si mesmo e num segundo momento contra os demais homens, com a possibilidade do entendimento de serem os homens os definidores do comportamento das curvas de violência, sejam eles promotores ou vítimas das mesmas. É como Bourdieu⁽⁷⁾ frisa: *“os dominantes não podem deixar de aplicar a si mesmos, isto é, a seu corpo e a tudo aquilo que são e fazem, os esquemas do inconsciente; esquemas que, em seu caso, engendram exigências terríveis”*(p.100).

Há aqui o embrião da naturalização do discurso e da prática violenta. É daqui também que se concebe o código de que para encarar uma competição entre homens, naturalmente perigosa, faz-se necessário saber esconder-se, debater e ter o ataque como a melhor defesa. É preciso a mostra da superioridade física para imposição de seus desejos. Há um cardápio de abusos, de apropriação do território pessoal, de estigmatização de tudo que se afaste do ideal masculino. *“Exorcizar o medo agredindo o outro e gozar dos benefícios do poder sobre o outro é a máxima”*⁽¹⁹⁾. Não esqueçamos de encarar tal exposição com o processo de naturalização de atitudes violentas para posterior projeção deste repertório a tudo que se dissocia do “homem de verdade” e do próprio universo masculino, a mulher.

Para o construcionismo social, a linguagem produz a realidade na medida em que assegura as performances que dão forma às relações sociais. Justamente por isso ela é legitimada na constância em que se revela, a partir do compartilhamento por e dentro de um grupo.

É neste jogo socialização que se pinça a manutenção ou não das diferentes versões da realidade e é aqui que instauramos o questionamento do que é excluído e a consequente concessão de lucro a alguém.⁽⁴⁴⁾

A função performática da linguagem presentifica e forma o grupo, e é na interação deste que se pode lançar uma lupa sobre como alguns discursos são legitimados e outros não. A movimentação da “Casa” cria um ambiente de manifestação para essa negociação pautada em relações de poder e, pela amplitude da compreensão do uso da linguagem, podemos caminhar com as pesquisadoras Gomes e Zanello⁽⁴⁵⁾ no acesso aos valores culturais por meio dos xingamentos.

O que movimenta a utilização de um xingamento é a escolha pela desqualificação do outro, são termos sociais que simbolizam o limite do outro, o seu não acesso e, compondo o mesmo cenário, as pesquisadoras apontam que há palavras que *“possuem o poder, quando*

proferidas pelo falante, de ferir gravemente a dignidade, a integridade e a honra do ouvinte." (p.265).

Os xingamentos dinamizam o controle social ao traduzir valores. Isso quer dizer que a calúnia pode revelar valores da própria relação de gênero. Não há aleatoriedade, escolhe-se o xingamento específico, como forma de ser mais ou menos ofensivo, a depender do sexo de quem é xingado.

Veja bem, agora, localizamos este importante signo na ordem de funcionamento da “casa dos homens”. Se em todo o processo de construção do masculino nega-se, a todo custo, tudo o que advém do universo feminino, não há estranhamento da pesquisa⁽⁴⁵⁾ revelar ser “veado” o pior xingamento destinado aos homens, afinal, os colocam atrelados ao universo da homossexualidade, que, em nossa cultura, quer dizer se estar mais próximo da feminilidade^(7, 19).

A negativa e dissociação do feminino não se apresentam como uma determinada etapa do universo masculino. Elas se revelam em todo o desenvolvimento, cabendo ao homem a sempre atenção à rejeição central de tudo que é associado à mulher, sob risco de ser tratado como tal, sendo alvo de tudo que se direciona à mulher na sociedade, destacando aqui a violência. Não se pode ser fraco, “mulherzinha”, “veado”. Aqueles que não sustentarem a centralidade de sua aversão ao universo dito feminino são ameaçados a serem dominados e reconhecidos por serem como elas. Afinal, *“o que é a virilidade senão uma não feminilidade?”*⁽⁷⁾(p.92)

Conhecemos bem: “o homem não fraqueja”. Tal expressão se encarrega de trazer o determinismo direcionado ao comportamento sexual do homem. É exatamente aqui, na concepção da sexualidade que se coloca o masculino como sujeito de um querer que urge, e é naturalmente insaciável, que nos deparamos com um controle repetitivo do feminino, trabalhando incansavelmente para a supressão do seu saber sobre a relação social, tornado-os corpos puramente disponíveis.

A sexualidade masculina é pensada numa noção heterossexual como a que se apodera do corpo do outro porque é ele que penetra, fazendo o que “todos os homens fazem” diante de corpos “que sempre dizem não, mas sempre querem”. Temos então o corpo feminino como objeto da sexualidade por excelência.⁽³⁾

Ironicamente, podemos perceber uma lógica no mínimo errônea deste imaginário erótico cultural do apoderamento por parte daquele que penetra, já que é o órgão feminino que engloba, que traz para o campo interior. Minimamente, então, caberia aqui uma noção dos dois

se apoderando um do outro, todavia, é na primazia da penetração peniana que se configura o sexo masculino como sujeito. Somente a imagem do órgão masculino erétil pode simbolizar o lugar do gozo. ^(5, 7, 32)

Tal noção trará o masculino como sinônimo de potência e força. Aquele que pode deter todos os corpos femininos que quiser, mesmo abrigando aí a fraqueza da incapacidade de se reconhecer a existência do outro. ⁽³²⁾

Neste erotismo cultural é impensável ser a mulher o sujeito ativo da tomada de iniciativa, tampouco do apoderamento do outro, cabendo a ela tão somente a sedução, entendida como justificativa do “não”, como parte do jogo de sedução feminina. A cultura ocidental constrói a passividade feminina e a agressividade masculina a tal ponto de se dificultar a distinção entre o próprio ato sexual e o estupro.

É interessante aqui lembrar as entrevistas de Machado ⁽³²⁾ a apenados por violência sexual. Em primeiro momento precisamos entender que o estupro se insere como a performance exata da anulação da vontade do outro. Machado encara que a ideia de sempre “ter as mulheres que quiseram” seria uma afirmação da própria masculinidade, ao passo que o não saber o motivo de terem estuprado revela a não necessidade de reafirmar a masculinidade. A possível ideia de uma fraqueza por se apoderarem por imposição da mulher é afastada pela ideia de que elas também queriam, com alguma justificativa projetada para o campo de sedução feminina. A noção de fraco sexualmente só se aplica àquele que coloca o feminino como sujeito ou que com ele se assemelha.

Machado ⁽³²⁾ irá nomear este homem irresponsável como “homem bicho danado”, invocando a sua posição de poder decidir ou não pela constituição de uma parentela, acionando assim a metodologia de escolha para tal composição da figura feminina na metáfora já demonstrada da “prateleira do amor”. ⁽³³⁾ Firmando a dinâmica da rivalidade e do desafio está então a categoria do “homem honrado”, pertencente a um grupo de parentela. Assim, os mesmo homens podem alternar as suas posições nas relações sociais como “homens honrados” ou “bichos danados” e torna-se de suma importância evidenciar tal construção simbólica masculina em torno da honra porque ela respalda grande parte da violência masculina. ⁽³²⁾

Seria interessante abordarmos o expoente estudo dentro da grande área das masculinidades, a “masculinidade hegemônica”. Estudiosos/as como Welzer- Lang ⁽¹⁹⁾, Zanello ⁽³³⁾, Connell e Messerschmidt ⁽⁴⁶⁾ e Kimmel ⁽²⁹⁾ vão transversalizar na discussão de que mesmo um homem, logo, dominante, também se submeterá às hierarquias masculinas (baseadas na raça, classe etc). Todos eles se unem no exercício do privilégio frente às mulheres,

mas nem todos terão a mesma possibilidade de privilégio frente a outros homens. Para assegurar o exercício da masculinidade hegemônica faz-se necessária a desqualificação de outros homens, ou seja, as masculinidades são construídas a partir das relações de poder de homens sobre as mulheres e entre os próprios homens. E nesta escala o homem branco heterossexual estaria no topo do poder.

Connell e Messerschmidt⁽⁴⁶⁾ expõem o equívoco de pensar a relação entre as masculinidades unicamente a partir do poder dos homens sobre as mulheres, não obstante, ela simboliza um padrão de práticas que garante a dominação dos homens sobre as mulheres, numa lógica pela qual todos “os homens honrados” deveriam se aliançar. Mas o fato é que o conceito de masculinidade hegemônica foi baseado na continuidade de dominação do feminino, de forma que não surpreende que em alguns contextos a masculinidade hegemônica de fato se refira ao exercício dos homens de estratégias de dominação de gênero.

O que temos que evidenciar aqui é que, ao contrário do que se pode previamente imaginar, a ratificação da hegemonia não se dá necessariamente por meio de violência, mas sim pela solidificação de seu significado na cultura, nas instituições de poder e persuasão, uma vez que ela tem numerosas configurações.

A masculinidade hegemônica não é um modelo trans-histórico. Tal entendimento violaria a historicidade do gênero ao passo que ignora as transformações na compreensão social da masculinidade. Podemos encarar então o processo de instauração e manutenção das masculinidades hegemônicas como mutável, com abertura para mudanças históricas e culturais, podendo haver uma substituição de masculinidades até então hegemônicas por outra. Otimistamente pensando, poderíamos presenciar um processo histórico que findaria com as hierarquias de gênero, caso não houvesse também historicamente infundáveis manejos pela manutenção de privilégios.

Desde a sua formulação e atrelamento à noção de masculinidade, a hegemonia abriga a metodologia de seletividade dentro da diversidade. Tal feito passa a ser executado por diferentes instituições que passam a mapear as representações das masculinidades para a posterior padronização que segue o seu enquadramento dentro de uma concepção heteronormativa e racializada. A Igreja, o Estado e a mídia são exímias instituições facilitadoras da circulação de modelos de masculinidade ideal.

Por essa via, pode muito bem ocorrer uma padronização que não represente um homem real, mesmo assim esses modelos são construídos e se expressados como desejantes e determinantes. Os homens podem adotar o modelo de masculinidade hegemônica quando ele

for socialmente bem vindo, sendo que os mesmos homens podem distanciar-se estrategicamente deste papel em outros momentos, denunciando uma forma com a qual os homens se posicionam na prática discursiva.

Quando Connell e Messerschmidt⁽⁴⁶⁾ relembram que a “hegemonia interna” se refere ao domínio de determinado grupo de homens sobre outro, enquanto a “hegemonia externa” seria a dominação dos homens sobre as mulheres, sendo possível resgatar o destaque de que todos os homens se unem na misoginia, ou seja, na negação do feminino. Aqui se revela uma característica estruturante do conceito, a combinação da pluralidade das masculinidades com a hierarquização entre as mesmas, já que masculinidade hegemônica pressupõe a subordinação das não hegemônicas.

Como tratado acima, a não necessidade do uso da força se estende para a consolidação da hierarquização entre as masculinidades, trata-se de um padrão de hegemonia. A masculinidade hegemônica não precisa ser um padrão diário na vida dos homens, basta que sua dimensão de significado esteja enraizada suficientemente para que a lógica hegemônica siga na sólida produção de exemplos, mesmo que a maioria dos homens não viva de acordo com eles.

Nos estudos sobre as masculinidades, há o advento de ideias contraditórias que irão se firmar uma lógica de “masculinISMO”, que podemos encarar como um sistema bem arquitetado, construído socialmente e justificado ideologicamente por práticas que visam federar a masculinidade como algo natural. Temos aqui uma noção de homens socialmente construída (fortes, guerreiros e dominadores) e ideologicamente justificados.

É talvez nessa lógica que se encontram as contraditórias visões do psicólogo Nolasco⁽⁴⁷⁾, a partir do seu convite em pensar a função positiva que a violência masculina entrega à cultura contemporânea, com a garantia da manutenção do grupo a partir dos sacrifícios das “boas vítimas” que se satisfazem a cada nova exigência de novos sacrifícios. Seria uma violência que é de todos porque todos de sua dinâmica participam.

Ele justifica o crime como uma resultante restauradora da potência de um indivíduo em sua singularidade, ele recria o herói. Pensamento este concluído por Nolasco⁽⁴⁷⁾ na ideia de que a perversão criminosa do agressor se instaura a partir de sua identificação na própria fragilidade da vítima, identificação essa incoerente com a noção inabalável de si enquanto homem. E, como se não bastasse, é também no próprio comportamento da vítima que o autor vai tecer a justificativa da agressão:

Quando um homem espanca busca possuir a vontade da vítima e por meio dela, reconstituir um futuro no qual se sente reconhecido por ela ou pelo que ela representa. Por sua vez, quando um agressor age, o faz munido de sentimentos que transbordam e buscam na força física encontrar algum continente para os mesmos. Para este indivíduo, a falta deste continente pessoal exacerba sua necessidade de reconhecimento por parte da vítima, que antes de se tornar uma, carrega consigo este poder de fazer com que o agressor, antes de ser um, sinta-se potente e valorizado. Ele se sente profundamente dependente da vítima e do que ela representa para ele.⁽⁴⁷⁾(p. 3)

A vítima é agredida por não nutrir o homem de reconhecimento, aniquilando, segundo Nolasco, qualquer possibilidade de futuro seja para quem se utiliza da agressão quanto para quem sofre das consequências da mesma. O autor ainda evidencia um problema social na contemporaneidade quando lança mão de inúmeras estratégias de instrumentalização da vítima para sua emancipação da situação violenta, na mesma intensidade que esta sociedade estabelece que para a conquista do sucesso individual é necessária a utilização de comportamentos competitivos e agressivos, endossando por esta via o padrão violento.

O autor se revela ocupado em evidenciar a contrariedade de instrumentalizar uma parte enquanto é garantido à outra a manutenção de uma ordem violenta com a naturalização exímia de atitudes violentas em nossa sociedade machista. De nossa parte, ocuparemos da urgência em garantir mecanismos favoráveis para que a mulher se reconheça em situação de violência e estabeleça conseqüente quebra este ciclo.

Quem questiona a importância da instrumentalização da mulher em situação de violência em qualquer âmbito, parece-nos flertar com a manutenção da ordem de dominação de corpos e sentidos, afinal, a violência se justifica pela busca de reconhecimento do macho na postura feminina, segundo o próprio autor.

Parece-nos também que tal interpretação tem a ver com a ideia de que a mulher em situação de violência está se posicionando de uma forma inadequada, revelando algo que deveria permanecer em silêncio, até que a sociedade, de uma maneira habitual, buscasse a desconstrução desta lógica. Desconsidera-se, com isso, que qualquer metodologia de naturalização, historicamente predominante, teve como seu cerne a manutenção do sistema de privilégio de homens, brancos, burgueses e heterossexuais.

Sobre isso, Nolasco⁽⁴⁷⁾ tecerá a observação que as “minorias” criticam o herói tradicionalmente conhecido como homem, branco e heterossexual, ao passo que reivindicam algumas características deste mesmo herói, como os ideais de conquista e de poder. É neste momento que o autor afirma que na cena contemporânea houve uma transição da figura do herói tradicional para a figura da mulher, “do negro” e do “homossexual”.

Talvez seja um espaço para novamente alertar que tal pensamento, a rigor, não altera absolutamente em nada a lógica de domínio sobre o outro em nossa sociedade. Provavelmente fale mais da luta visceral para garantir o acesso às diferentes posições de prestígio e poder na obtenção de direitos. E, como se não bastasse, tal movimento não se estabelece desacompanhado da necessidade de reflexão em *como* essas pessoas permanecem nesses espaços, se não seriam elas alvo de violências simbólicas por estarem num *não lugar*.

Com isso, o autor não nos parece reconhecer a necessidade de reparação histórica ou enfrentamento das estruturas discriminatórias nas quais se apoia nossa sociedade, como o racismo, sexismo e a homo/bi/lesbo/transfobia, reduzindo a crítica tão somente ao deslocamento da figura do herói. Curiosamente, essa visão se aproxima de discursos que tentam por vezes deslegitimar, irracionalizar, o pensamento de mulheres, população negra e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo e Assexuais (LGBTQIA+) como se o posicionamento reivindicatório desses grupos fosse nada mais do que uma fabricação da realidade, de ilusão, talvez até uma alucinação. Nolasco⁽⁴⁷⁾ afirmará que os homens ficaram desassistidos de um segmento valorizado socialmente, diferentemente do que ocorreu com “o negro, a mulher e o homossexual”.

As discussões de gênero seriam então as responsáveis por desarticular o sexo biológico “de seus significados dentro da cultura”, tornando-se possível a aspiração de um sexo ao que a cultura define como sendo de outro, e é este deslocamento que Nolasco⁽⁴⁷⁾ vai sinalizar como recorrente na contemporaneidade, momento histórico no qual os homens se encontram “sem rumo e sem futuro”, por serem apresentados atualmente enquanto “decrépito e sem viço”.

As narrativas sobre o herói masculino contemporâneo desapareceram nestas sociedades, bem como, nelas o sagrado perdeu sua força simbólica e de comunicação, necessárias para conter situações de violência. ⁽⁴⁷⁾(p.6)

É perigosa a indução de pensamento de que a visibilização e/ou priorização do enfrentamento a todos os tipos de violência contra a mulher, enquanto compromisso social, acarretará na aniquilação da figura masculina, como Nolasco⁽⁴⁷⁾ afirma. O desencadeamento da “crise masculina”, segundo o autor, ocorreria a partir de uma beneficiação dos movimentos sociais de emancipação das minorias ao se definir a figura masculina como boçal, truculenta e “politicamente incorreta”.

Nolasco parece somar à vítima a também responsabilização da sociedade quanto aos atos violentos praticados pelos homens, pois é ela que passa a definir o lugar do homem como o “lugar do Mal”. Estando os homens sem referenciais positivos, é a violência que mobiliza o

masculino para sair deste “apagão”. O rol de responsabilização do comportamento violento dos homens continua sem passar por eles, na busca de manutenção do lugar privilegiado que ocupam na sociedade, aliás, lugar este não mais pertencente ao homem segundo o próprio autor.

Nesta declarada responsabilização do outro, Nolasco⁽⁴⁷⁾ chega a romancear a miserabilidade de “meninos malabaristas que atuam como circenses nos semáforos do Rio de Janeiro, demonstrando dignidade”, ao dizer que a ausência de generosidade das lideranças brasileiras ao desprezarem o esforço criativo destas crianças pode favorecer a troca do malabarismo por armas. Sim, o estudo sobre as masculinidades nos proporciona encontros como esses, mas preferimos ficar com o olhar atento de Bourdieu⁽⁷⁾, ao observar o funcionamento da sociedade Cabila da Argélia e escrever que a divisão entre os sexos parece estar “na ordem natural das coisas”, na qual homens e mulheres não são biologicamente construídos, mas sim e antes de tudo, socialmente construídos. Mais ainda: as mulheres são uma construção masculina.

O corpo masculino é detentor de significado social. É ele que estabelece o parâmetro de alto, ereto, posições de dominação nos atos sexuais, denotações de superioridade dentro da sociedade. Toda essa naturalização em ser é seguida pela legitimação do macho invasor do corpo feminino, porque a sua anatomia assim permite.⁽⁷⁾

É também o sociólogo que trará a noção da existência de um sistema de oposições homólogas, caracterizado prioritariamente pelas diferenças sexuais e laborais dos homens em face às mulheres. Ao valer-se dessa necessidade de determinar, de maneira tanto objetiva quanto subjetiva, tais posições (alto/baixo, frente/trás, duro/mole, dentro/fora, dentre outras) é explícita a posição de superioridade e referência dos homens, secundarizando a mulher como frágil e submissa.

Para o desfecho desta parte introdutória, expomos o apontamento de Beiras e colaboradores⁽¹²⁾ ao sinalizar uma usual negligência dos estudos de gênero da atenção aos homens. O autor vai se referir a três silêncios: (1) a incapacidade de enxergar os homens como objeto de intervenção e análise; (2) o silenciamento e falta de reflexão em cima das construções das masculinidades sobre emoções e intimidade; (3) a construção cultural recorrente dos homens de resolver conflitos pela violência.

Muito similarmente, Zanello e Barral⁽¹⁸⁾ ao realizarem uma revisão sistemática sobre os estudos das masculinidades na psicologia brasileira, apontam uma tendência no entendimento sexista da masculinidade no país, pautado por valores tradicionais reforçadores do machismo. Os autores destacam a inclinação das publicações brasileiras em focar na perda

do homem com a masculinidade hegemônica, pouco se atendo ao lucro que adquire em manter-se na posição de poder em nossa sociedade.

Cabe o registro que nossa pesquisa compartilhou desta perspectiva como um mecanismo de compreensão da violência de gênero a partir do olhar estratégico ao processo de construção cultural da masculinidade, apresentando-se, quem sabe, como um instrumento para auxílio na ruptura dos silêncios apontados por Beiras.

Endossamos o posicionamento de Tomam e Edleson⁽⁴⁸⁾, que mesmo em face à presença de legislações que garantam a prisão do agressor permanece o quadro de elevados índices de violência doméstica. Ademais, sabe-se que a oferta restrita de uma lógica punitivista acaba por colocar a mulher em extrema vulnerabilidade ao agravamento dos episódios de violência após a realização da denúncia do autor de violência.

Assim sendo, são estratégicos a visitação os trabalhos executados com os agressores no território brasileiro, uma vez que, tais trabalhos visam a alteração deste quadro a partir de um movimento reflexivo com os mesmos, além de se configurarem como mecanismos indispensáveis para prevenção e enfrentamento do cenário de violência contra a mulher.

Adentramos às demais partes da pesquisa corroborando com a reflexão (e desafio) lançada pelo sociólogo Bourdieu⁽⁷⁾ (p. 161):

Só uma ação política que leve realmente em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas (tanto entre as mulheres quanto entre os homens) e as estruturas de grandes instituições, nas quais se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também toda a ordem social (a começar pelo Estado, estruturado em torno da oposição entre sua “mão direita”, masculina, e sua “mão esquerda”, feminina, e a Escola, responsável pela reprodução efetiva de todos os princípios de visão e de divisão fundamentais, e organizada também em torno de oposições homólogas), poderá, a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina.

Imbuídos dessa possibilidade, resgatamos o objetivo desta pesquisa em analisar como o trabalho com os homens autores de violência contra a mulher incide na violência de gênero.

PARTE III:

DIAGNÓSTICO NACIONAL DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO GRUPAL PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.

Há um importante consenso que intervir com os homens autores de violência contra a mulher é fundamental. Inegavelmente o ato violento é passível de responsabilização, todavia, o processo que desencadeou o ato carece de intervenções que visem a desnaturalização da atitude violenta com o homem agressor ou suposto agressor.

Como já discutimos em nossa introdução, observa-se uma proliferação de trabalhos com os HAV em todo o território brasileiro, principalmente após a promulgação da Lei 11340/06. Tais trabalhos apresentam uma diversidade na metodologia utilizada e o (re)conhecimento dessas é central neste diagnóstico. A partir de agora passamos à exposição do método seguido para identificação e análise das atividades grupais em todo o território brasileiro.

3.1. MÉTODO

Para este processo investigativo escolhemos como ferramenta a revisão de literatura, tendo em vista que esta encobre “*o processo de busca, análise e descrição de um corpo de conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica*”⁽⁴⁹⁾ Contemplamos bases científicas, envolvendo periódicos, teses e dissertações

Considerando ainda os diferentes tipos de revisão de literatura, procedemos uma *revisão integrativa* a partir do entendimento de que “*A revisão integrativa da literatura consiste na construção de uma análise ampla da literatura, contribuindo para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos*”⁽⁵⁰⁾ De forma geral, a revisão integrativa de literatura se utiliza de seis etapas distintas, a saber: identificação do tema e seleção da hipótese; estabelecimento de critérios para a inclusão e exclusão dos estudos, amostragem ou busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados e apresentação da revisão/síntese.⁽⁵⁰⁾ Além disso, foi realizada uma pesquisa na web, considerando, inclusive, vídeos institucionais, documentários, reportagens, dentre outros. Assim sendo, partiremos para a exposição do percurso metodológico que se concentra em dois momentos importantes. O primeiro consiste no

levantamento dos serviços que focam nas atividades grupais com os HAV no país e o segundo uma aproximação a tais experiências.

1ª Etapa: Identificação das Experiências.

3.1.1.Descritores

Na verificação dos descritores utilizados na pesquisa, tivemos dificuldade em encontrar termos que evidenciassem, especificamente, o trabalho com os HAV. No portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), através dos Descritores em Ciências da Saúde (Decs), reconhecemos como descritores possíveis: “Masculinidade”, “Masculinidades”, “Violência contra a mulher”, “Violência contra as mulheres”, “Violência de gênero”, “Violência doméstica” e “Violência doméstica e sexual contra a mulher”. No Medical Subject Headings (MeSH) compilamos “Masculinity”, “Spouses”, “ViolenceAgainstWomen”, “Gender-BasedViolence” e “Domestic violence”. Já como identificadores do portal Embase, Emtree, temos “masculinity”, “domestic violence” e “gender based violence”.

Como é possível verificar, tais descritores não contemplam a integralidade deste estudo, tendo sido necessário lançar mão de busca manual, quando então identificamos termos como “homens autores de violência contra as mulheres”, “homem autor de violência contra a mulher”, “autor de violência”, “agressores”, “trabalho com os agressores”, “grupo reflexivo de gênero”, “grupo com agressores”, “grupo com autor de violência contra a mulher” e “grupo com autores de violência contra as mulheres”. Assim, temos a seguinte compilação dos descritores utilizados:

Quadro 1: Descritores identificados para busca			
Decs	MeSH	Emtree	Busca Manual
“Masculinidade” “Masculinidades” “Violência contra a mulher” “Violência contra as mulheres” “Violência de gênero” “Violência doméstica” “Violência doméstica e sexual contra a mulher”.	“Masculinity” “Spouses” “Violence Against Women” “Gender-BasedViolence” “Domestic violence”	“masculinity” “domestic violence” “gender based violence”	“homens autores de violência contra as mulheres” “homem autor de violência contra a mulher” “autor de violência” “agressores” “trabalho com os agressores” “grupo reflexivo de gênero” “grupo com agressores” “grupo com autor de violência contra a mulher” “grupo com autores de violência contra as mulheres”

3.1.2 Bases de dados

Bases de dados: Lilacs/BVS, Medline/Pubmed, Cochrane Library e Embase

Destacamos que a busca por evidência científica que abarcasse experiências grupais com os HAV concentrou-se inicialmente nas fontes do *LILACS/BVS*, *MEDLINE/PUBMED*, *COCHRANE LIBRARY* e *EMBASE*. Tal percurso se justificou por essas serem de referência na área da saúde. Neste momento nos deparamos com o fato de que, apesar de localizarmos um número já reduzido de publicações que lançassem mão de uma reflexão sobre masculinidades dentro de estudos de gênero, num total de 51 artigos - sendo Lilacs/ BVS (22); Medline/Pubmed (22); Cochrane Library (3) e Embase (4) - tão somente 04 desses nos aproximavam de experiências com os HAV no contexto brasileiro. O quadro abaixo permite uma melhor visualização das estratégias de busca e dos achados.

Quadro 2: Quantitativo de publicações localizadas nas bases de dados

Base de dados (Data da busca)	Estratégia de busca com os descritores	Resultado
Lilacs/ BVS 04/09/2019	((Masculinidade) OR (Masculinidades)) AND ((Violência contra a mulher) OR (Crimes contra a Mulher) OR (Crimes contra as Mulheres) OR (Delitos contra a Mulher) OR (Violência Doméstica e Sexual contra a Mulher) OR (Violência contra as mulheres)) AND ((Violência de Gênero) OR (Violência Baseada em Gênero)) AND (Violência doméstica) AND (Violência doméstica e sexual contra a mulher)	22
MEDLINE / PubMed 04/09/2019	("Masculinity"[Mesh]) AND ("Spouses"[Mesh] OR (Spouse) OR (Married Persons) OR (Married Person) OR (Person, Married) OR (Persons, Married) OR (Husbands) OR (Husband) OR (Domestic Partners) OR (Domestic Partner) OR (Partner, Domestic) OR (Partners, Domestic) OR (Spousal Notification) OR (Notification, Spousal) OR (Wives) OR (Wife)) AND ("Domestic Violence"[Mesh] OR (Violence, Domestic) OR (Family Violence) OR (Violence, Family))	22
Cochrane Library / 04/09/2019	#1 (Masculinity):ti,ab,kw (Word variations have been searched) 241 #2 MeSH descriptor: [Masculinity] explode all trees 24 #3 (Domestic Violence):ti,ab,kw (Word variations have been searched) 423 #4 MeSH descriptor: [Domestic Violence] explode all trees 824 #5 #1 OR #2 241 #6 #3 OR #4 1071 #7 #5 AND #6 3	3
EMBASE 04/09/2019	masculinity AND 'domestic violence' AND 'gender based violence'	4
TOTAL		51

Levando-se em conta que nosso foco são as experiências que se utilizam de atividade grupal e que tal delimitação não foi facilmente observada na leitura do resumo em 03 publicações, de modo que seguimos para a observância do corpo textual. Apenas a tese de doutoramento de Prates (2013) ofereceu uma vaga identificação do trabalho grupal, o que nos obrigou a cruzar a informação com o resultado das buscas em outras bases de pesquisa.

Quadro 3: Publicações encontradas nas bases de dados

Publicação	Ideia central da publicação	Modalidade da publicação	Registro de experiência grupal com homens	
			SIM	NAO
Mistura e Furtado (2015) Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo: memórias e significados presentes	O presente artigo se propõe a refletir sobre as contribuições relatadas pelos sujeitos da pesquisa à participação dos mesmos em um Grupo Reflexivo e os significados atribuídos pelos mesmos à essa vivência para suas relações afetivo-conjugais e desconstrução de estereótipos de gênero. Grupo Reflexivo realizado na cidade de São Paulo/ SP, desenvolvido pela ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.	Artigo	X	
Prado e Silva (2017) Núcleo de atenção ao homem como espaço de reconstrução de masculinidades agressoras	O presente trabalho objetiva apresentar o Núcleo de Atenção ao Homem (NAH), de um município de médio porte do interior paulista, que desenvolve ações interventivas junto a homens agressores. Em Presidente Prudente- SP	Dissertação	X	
Lima e Buchelle (2011) Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres	O artigo traz resultados de um estudo de caso com abordagem qualitativa sobre um programa governamental de prevenção e atenção à violência doméstica e familiar do Sul do Brasil Programa realizado em “um município” (identificação do próprio artigo) de Santa Catarina	Artigo	X	
Prates (2013) A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher	Caracterizar o perfil de homens participantes do grupo reflexivo conduzido por profissionais vinculados a uma ONG, em parceria com o 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar de SP Grupo Reflexivo realizado na cidade de São Paulo/ SP, desenvolvido pela ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.	Tese	X	

Base de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) desenvolve e coordena a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Por representar o maior catálogo de publicações brasileiras dessa natureza, realizamos nossa busca avançada com a utilização dos descritores “violência contra a mulher” e “homem autor de violência”. O número reduzido de descritores utilizados justifica-se pela observância da pesquisadora que outros cruzamentos, contendo um quantitativo maior de termos, acabava por reduzir os achados ao excluir trabalhos que nos parecem pertinentes para o levantamento de ações grupais com HAV no país.

Notamos que alguns trabalhos não tratavam diretamente de ações grupais com HAV, todavia, ao nos apropriarmos de seu texto, foi possível verificar a sinalização de programas e/ou projetos que ofertavam atendimento a agressores na modalidade grupal. Valendo-se do objetivo desta etapa da pesquisa - a realização de um levantamento de ações com HAV na perspectiva grupal - tais trabalhos foram considerados como pertinentes. Dessa forma, chegamos a um total de 65 publicações, com a busca datada em 13/03/2020. E como já é possível compreender, aqui também foi lançada a metodologia de leitura do resumo e, quando necessário, se fez a leitura do corpo textual a fim de obter a informação quanto à existência de trabalho grupal e sua localização. Por esta via, das 65 publicações, notamos que 16 portavam informações de grande valia para esta etapa da investigação, e por meio destas publicações obtivemos a sinalização de 12 diferentes atendimentos grupais aos HAV. Nesta fase de busca identificamos as seguintes ações ou órgão desenvolvedores:

- Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher – NUAH, Fortaleza/CE. *[Citado em 02 publicações diferentes]*
- Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica-NAFAVD, Distrito Federal/DF. *[Citado em 05 publicações diferentes]*
- ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde- Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência contra a Mulher, São Paulo/SP. *[Citado em 02 publicações diferentes]*
- Instituto Albam, em Belo Horizonte/MG
- Movimento de mulheres de São Gonçalo a partir do Centro Especial de Orientação Zuzu Angel (CEOM), São Gonçalo/RJ
- Trabalho grupal realizado pelo Instituto Noos, Rio de Janeiro/RJ

- Serviço de Educação e Responsabilização dos Homens Autores de Violência de Gênero (SerH), projeto vinculado à Secretaria de Segurança do Estado do RJ em parceria com o Instituto de Estudos sobre Religião- ISER, Rio de Janeiro/RJ
- Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica (NAMVID)- Grupo Reflexivo de Homens: Por uma Atitude de Paz, Natal/RN
- Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar com o Tempo de Despertar – Programas de Responsabilização, Ressocialização e Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Taboão da Serra/SP
- Grupo reflexivo realizado pelo Instituto de Práticas Sistêmicas da Zona Sul do Rio de Janeiro/RJ
- Grupo de Autores de Agressão, executado pelo Núcleo de Apoio Psicossocial à Família em Situação de Violência ligado à Delegacia de Proteção à Mulher, Criança, Adolescente e Idoso, Divinópolis/MG
- Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar, SC.

Quadro 4: Publicações localizadas na BDTD

Publicação	Ideia central da publicação	Experiência(s) grupal(is) identificada(s)
<p>Violência por parceiro íntimo: o acompanhamento ao homem autor de violência</p> <p>Silva (2016)</p>	<p>Tem como objetivo analisar o acompanhamento realizado no programa de atenção a autores de violência por parceiro íntimo sob a ótica dos homens que perpetraram violência contra a parceira e dos profissionais que realizavam o atendimento</p>	<p>Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência Doméstica - NAFVD, que atende a região do Distrito Federal (DF).</p>

<p>Gênero e masculinidades: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal</p> <p>Aguiar (2009)</p>	<p>O presente estudo busca prestar uma contribuição para a compreensão do fenômeno e assume um caráter inovador e pertinente ao promover uma pesquisa de follow-up com sete homens que participaram de uma experiência de intervenção psicológica em grupo com homens autores de violência conjugal.</p>	<p>Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência Doméstica - NAFAVD, que atende a região do Distrito Federal (DF).</p>
<p>A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem agressor</p> <p>Rosa (2006)</p>	<p>Esta dissertação foi realizada com o objetivo geral de identificar as causas da agressão conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem agressor.</p>	<p>Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar em um município de SC</p>
<p>Acompanhamento psicossocial a homens autores de violência contra as mulheres: retrato de um serviço</p> <p>Oliveira (2018)</p>	<p>O objetivo desta Dissertação foi compreender a dinâmica de um serviço de acompanhamento psicossocial para homens autores de violência contra as mulheres em termos de características, demandas, desafios e potencialidades dessa intervenção</p>	<p>Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência Doméstica - NAFAVD, que atende a região do Distrito Federal (DF).</p>
<p>Programa de atenção a homens autores de violência contra a mulher: possibilidades a partir da vivência de casais em situação de violência conjugal</p> <p>Veloso (2011)</p>	<p>Analisar a dinâmica conjugal e a dinâmica da violência, vivenciada por homens e mulheres em situação de violência conjugal, antes, durante e após a participação do homem no grupo reflexivo destinado a agressores, visando compreender as contribuições e limites do programa para o enfrentamento e prevenção da violência por eles vivida.</p>	<p>Grupo de Autores de Agressão, executado pelo Núcleo de Apoio Psicossocial à Família em situação de Violência ligado à Delegacia de Proteção à Mulher, Criança, Adolescente e Idoso do município de Divinópolis/MG</p>

<p>Reflexões sobre família, ética e moralidade da ação violenta em narrativas de homens autores de violência</p> <p>Garcia (2018)</p>	<p>Esta dissertação teve como objetivo principal fazer reflexões acerca da ética, moralidade e sentidos de família presentes nas narrativas de homens autores de violência que justificam a ação violenta.</p>	<p>Grupo reflexivo realizado em uma cidade do sul do país (informação assim disponibilizada na pesquisa) *</p>
<p>Civilizar a cultura : questões de modernização e a afirmação da dignidade entre homens acusados de violência doméstica e familiar contra a mulher</p> <p>Martinez-Moreno (2018)</p>	<p>Esta tese doutoral argumenta que a categoria “cultura”, no contexto da implantação da Lei Maria da Penha no Rio de Janeiro</p>	<p>Grupo reflexivo realizado pelo Instituto de Práticas Sistêmicas da Zona Sul do Rio de Janeiro</p>
<p>“- Mas tem gente que não entende assim.” // “- É por isso que a gente tá aqui.”: a sessão de grupo socioeducativo para homens autores de violência contra a mulher e a (re)construção discursiva de masculinidades</p> <p>Soares (2018)</p>	<p>O estudo objetiva analisar de que forma o gênero discursivo sessão de grupo socioeducativo opera na (re)configuração de masculinidades.</p>	<p>Grupo socioeducativo para homens autores de violências contra a mulher, localizado em uma cidade do Sul do Brasil, realizado por um Centro de Referência Especializada (Creas)*</p>

<p>Núcleo de reflexão e ressocialização para autores de violência doméstica: Ponte para Efetividade da Proteção à Mulher</p> <p>Sousa (2018)</p>	<p>Trata-se de dissertação propositiva a qual tem como objetivo sugerir a implantação de um Núcleo de Reflexão e Ressocialização para Autores de Violência Doméstica como Ponte para Efetividade de Proteção à Mulher.</p>	<p>Cita três experiências que podem auxiliar no levantamento desta pesquisa:</p> <p>Natal/RN: Núcleo de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica (NAMVID)- Grupo Reflexivo de Homens: Por uma Atitude de Paz</p> <p>Taboão da Serra/SP: Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar com o Tempo de Despertar – Programas de Responsabilização, Ressocialização e Grupos Reflexivos de Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher</p> <p>Núcleo de Samambaia/DF: Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência Doméstica - NAFVD, que atende a região do Distrito Federal (DF).</p>
<p>A (des)atenção aos homens autores de violência: estudo etnográfico sobre um serviço de assistência às mulheres vítimas de violência</p> <p>Pellegrini (2009)</p>	<p>O objetivo do estudo é analisar a situação de atendimento ao homem que comete violência contra a mulher em um serviço de atendimento às mulheres em situação de violência conjugal de uma cidade de médio porte do Rio Grande do Sul.</p>	<p>Dificuldade em identificar o programa pois a pesquisadora se ateve a nomea-lo como Serviço de Assistência tão somente. *</p>

<p>Eu ser um homem feminino não fere meu lado masculino : percepções e socializações nos grupos reflexivos de gênero para homens</p> <p>Santos (2012)</p>	<p>Identificar a articulação dos grupos reflexivos com a rede de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e ao mapeamento das mudanças ocorridas com os homens vinculados aos programas – tanto os participantes quanto os facilitadores do processo.</p>	<p>Estudo sinaliza grupos reflexivos de gênero, ocorridos em dois municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo organizados pelo:</p> <p>Instituto Noos</p> <p>Serviço de Educação e Responsabilização dos Homens Autores de Violência de Gênero (SerH), projeto vinculado à Secretaria de Segurança do Estado do RJ em parceria com o Instituto de Estudos sobre Religião- ISER.</p> <p>Movimento de mulheres de São Gonçalo a partir do Centro Especial de Orientação Zuzu Angel (CEOM/São Gonçalo)</p>
<p>Perspectivas feministas e de masculinidades: o papel do Poder Judiciário na desconstrução da violência contra a mulher</p> <p>Araujo (2015)</p>	<p>Oferecer um panorama do que tem sido realizado no enfrentamento à violência contra a mulher, o que será feito por meio de perspectivas feministas e de masculinidades, destacando o papel do Poder Judiciário, e apresentando os grupos de reflexão com autores de violência</p>	<p>Aponta o trabalho grupal do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde- SP</p> <p>E do Instituto Albam, em Belo Horizonte/MG</p>
<p>'Homem é homem': narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha</p> <p>Oliveira (2016)</p>	<p>Este estudo propõe uma reflexão sobre as narrativas de homens denunciados por crimes previstos pela Lei 11.340/2006 (denominada também como Lei Maria da Penha).</p>	<p>ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, em São Paulo- Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência contra a Mulher</p>

<p>“Com o diabo na cabeça”: um estudo sobre as ressignificações do masculino e do feminino no contexto da lei maria da penha”.</p> <p>Zaranza (2016)</p>	<p>A tese apresenta um estudo narrativo de mulheres e homens que acionaram o mecanismo legal da Lei No. 11.340 - Lei Maria da Penha.</p>	<p>Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Doméstica contra a Mulher (NUAH) no Ceará</p>
<p>“Ela não precisava chamar a polícia...” : anestésias relacionais e duplo-vínculos na perspectiva de homens autores de violência conjugal</p> <p>Guimarães (2015)</p>	<p>Essa pesquisa qualitativa teve o objetivo de identificar como homens autores de violência conjugal encaminhados pela Justiça para intervenção psicossocial manifestaram indícios de anestésias relacionais e de dimensões duplo-vinculares que favorecem processos de naturalização das agressões nas dinâmicas conjugais marcadas pela violência.</p>	<p>Núcleo de Atendimento à Família e aos autores de violência Doméstica - NAFVD, que atende a região do Distrito Federal (DF).</p>
<p>Da prisão à "ressocialização": masculinidades aprisionadas na execução da Lei "Maria da Penha"</p> <p>Paiva (2013)</p>	<p>Esta Dissertação tem por objetivo geral compreender e analisar os mecanismos de punição de homens que tiveram a prisão decretada em decorrência da Lei 11.340/2006, Lei “Maria da Penha”</p>	<p>Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher – NUAH, Fortaleza –CE.</p>
<p>Total de trabalhos selecionados: 16</p>		<p>Total de atividades grupais identificadas: 12</p>

* Informação disponibilizada de forma insatisfatória para o levantamento.

Base de dados: portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Não obstante a importância da compilação de artigos publicados neste portal, houve dificuldade em estabelecer uma estratégia satisfatória de pesquisa, com consequente resultado que favorecesse o nosso levantamento das ações grupais com os HAV no território brasileiro. Entre as tentativas de busca, realizamos a seleção dos seguintes descritores na busca avançada, respeitando o campo limite do próprio portal de utilização de dois termos por busca.

- Homem autor de violência e violência de gênero: 1665 artigos
- Homem autor de violência contra a mulher e violência contra a mulher: 1495 artigos
- Homem autor de violência contra a mulher e violência de gênero: 1115 artigos
- Homem autor de violência contra a mulher e grupo com homens: 1212 artigos.

Partimos então para a leitura dos títulos e resumos dos periódicos provenientes da busca com os descritores “Homem autor de violência contra a mulher” e “grupo com homens”, com a busca datada em 13/03/2020. Do montante de 1212 artigos, chegamos ao total de 04 publicações que sinalizavam a existência do trabalho grupal com agressores, porém somente um artigo identificou a ação, acrescentando mais uma ação nesta fase da pesquisa: o Projeto “Reincidência Zero”, no estado Pará.

Quadro 5: Publicações localizadas na CAPES

Publicação	Ideia central da publicação	Experiência(s) grupal(is) identificada(s)
<p>Homens e mulheres: almas gêmeas?</p> <p>Barcelos (2013)</p>	<p>Trata-se de uma pesquisa em 22 programas de atendimento a homens autores de violência contra mulheres, em seis países ibero-americanos, realizada por um grupo multidisciplinar de pesquisadores brasileiros vinculados ao Núcleo de Pesquisa MARGENS (Modos de Vida, Família e Relações de Gênero) da Universidade Federal de Santa Catarina.</p>	<p>Trabalho cita que foram analisadas duas experiências brasileiras mas não informa o nome dessas. *</p>
<p>Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres?</p> <p>Billand e Paiva (2017)</p>	<p>Este artigo discute limites e possibilidades da prática de um grupo reflexivo junto a homens autores de violência contra mulheres. Apoia-se em um estudo etnográfico que incluiu observação-participante e entrevistas com os facilitadores de um grupo realizado em uma organização feminista não governamental em parceria com a justiça criminal.</p>	<p>O estudo aponta que o grupo é realizado na cidade de São Paulo por um Coletivo Feminista bastante conhecido, não citando porém o nome. *</p>
<p>Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres</p> <p>Buchele e Lima (2011)</p>	<p>Este artigo representa uma revisão crítica sobre intervenções com homens autores de violência (HAV) doméstica e familiar contra a mulher, tendo como base a revisão de literatura nacional e estrangeira sobre o tema. Somado a esta revisão, o artigo traz resultados de um estudo de caso com abordagem qualitativa sobre um programa governamental de prevenção e atenção à violência doméstica e familiar do Sul do Brasil.</p>	<p>O estudo expõe a existência de um programa governamental de prevenção e atenção à violência doméstica e familiar do Sul do Brasil, mas também não nomeia a ação. *</p>

<p>O núcleo especializado de atenção ao homem - relato de experiência</p> <p>Araujo (2015)</p>	<p>A Defensoria Pública do Estado do Pará através do Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem – NEAH, apresenta o projeto "Reincidência Zero" onde busca promover o desenvolvimento de ações de educação e responsabilização aos autores de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e fomentar a ressocialização do Cumpridor de Penas e Medidas Alternativas</p>	<p>Projeto “Reincidência Zero”, Pará.</p>
<p>Total de publicações: 04</p>	<p>Total de atividades grupais identificadas: 01</p>	

* Informação disponibilizada de forma insatisfatória para o levantamento.

Nosso levantamento bibliográfico demonstra que poucos são os trabalhos que focam na temática de masculinidade ao tratar a violência de gênero. Menor ainda é o número de publicações que abordam especificamente iniciativas grupais com os HAV, o que reforça a relevância da pesquisa, que tem por objetivo conferir visibilidade a ações deste porte e, possivelmente, favorecer o diálogo e sua perenidade.

3.1.3 Utilização do Mapeamento de Serviços de Atenção Grupal a Homens Autores de Violência Doméstica realizado pelo Instituto Noos

Com a sua fundação no ano de 1994, o Instituto Noos é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como suas principais atividades a terapia familiar e de casal, mediação transformativa de conflitos, cursos de aprimoramento para profissionais das chamadas profissões de ajuda na área da saúde, educação e desenvolvimento de comunidade e cursos de facilitação de grupos reflexivos de gênero.

A utilização deste material na pesquisa se valeu do meu conhecimento e participação como entrevistada, no ano de 2013. Como apontado no tópico de apresentação, eu estava como coordenadora do atendimento às mulheres em situação de violência no município de Vitória/ES.

Invariavelmente, ao entender que a minha pesquisa teria como um dos objetivos o levantamento de ações grupais no país, realizei o resgate deste estudo exploratório e descritivo,

que teve como objetivo conhecer as experiências de serviços de atenção a homens autores de violência contra a mulher no Brasil.⁽¹⁷⁾

Somaremos nesta fase de levantamento as ações indicadas no Mapeamento de Serviços de Atenção Grupal a Homens Autores de Violência Doméstica, realizado pelo Instituto Noos no ano de 2014. O estudo apontou a existência de 25 programas em diferentes estados brasileiros, tendo identificado e trabalhado especificamente com 18 ações que se disponibilizaram em participar do estudo. Chegou-se a tais ações por meio do próprio Instituto Noos, da rede de contato do pesquisador responsável, Adriano Beiras, e por notícias e páginas institucionais disponibilizadas na internet. Podemos ainda sinalizar que estiveram presentes em tal mapeamento os estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Acre e o Distrito Federal.

3.1.4 Pesquisa na Internet/ Pesquisa Web

Por vezes é possível se lançar um olhar desconfiado para pesquisas realizadas na internet, muito por conta, como lembra Neunzig⁽⁵¹⁾, do seu “caráter anárquico”. Contudo, tal procedimento é útil quando há uma utilização eficiente das ferramentas de busca, pois, inegavelmente, o mundo web apresenta um farto volume de informações. Justamente por isso optamos por tal ferramenta para a construção do nosso levantamento de ações.

Para o alcance da nossa finalidade utilizamos o buscador Google, entendendo-o como um dos mecanismos especializados em localizar informações em toda rede. Branski⁽⁵²⁾ ainda nos ambienta na compreensão que as ferramentas de busca se enquadram em duas categorias: catálogo por assunto e índice. A explicação abaixo organiza melhor a definição, além de ratificar a importância de se lançar mão da pesquisa web em nossa pesquisa.

Nos catálogos as informações são organizadas e classificadas em categorias temáticas com a ajuda de pessoas. O interessado em ter seu site catalogado envia uma breve descrição do conteúdo, solicitando a inclusão de seu endereço Internet no banco de dados. Os editores poderão ou não aceitar a inclusão. Em caso afirmativo, classificarão o endereço na categoria que julgarem mais adequada. (...)Os índices, por sua vez, criam seus bancos de dados automaticamente, indexando as informações sem qualquer classificação. Seus bancos de dados são compostos não só através de solicitações enviadas pelos autores, como também, captando as informações através de programas conhecidos como spiders ou aranhas. Estes programas vasculham a Internet visitando os sites, lendo seu conteúdo e seguindo seus links para outras páginas. Alguns índices indexam integralmente o conteúdo dos sites, outros somente o título e um resumo algorítmicamente construído, outros o título e as primeiras linhas do site. De toda forma, cada endereço encontrado é registrado e passa a fazer parte do banco de dados da ferramenta de pesquisa. ⁽⁵²⁾(p.12)

Nos dias 13 e 14 de março de 2020, realizamos nossa pesquisa via plataforma Google, utilizando a mesma chave de descritores para os diferentes estados do país:

Grupo com homem autor de violência contra a mulher + [Estado para busca]

Não por acaso reduzimos e especificamos nossa busca nesses dois descritores. Isso porque, diferente de algumas bases de dados em que a filtragem ocorre melhor com uma utilização maior de termos, no buscador Google a tendência foi a dispersão do nosso objetivo. Essa estratégia foi a que apresentou melhores resultados para verificação de possíveis atividades grupais em todo o território brasileiro.

Considerando que cada página de busca do Google contém 10 links e, a partir da constatação que após sucessivas páginas as informações passam a adquirir um caráter repetitivo ou já se deslocam do objeto de pesquisa, estipulamos a leitura atenta das 05 primeiras páginas de cada busca por estado, totalizando assim o acesso à 50 links por unidade federativa e garantindo a uniformização da etapa.

Foram identificados 59 programas, projetos ou ações com HAV em todo o país, com a seguinte distribuição regional: 08 ações identificadas na região Norte, 11 no Nordeste brasileiro, 10 no Sul, 11 no Centro Oeste e o maior quantitativo na região Sudeste com 19 ações, destacando-se o estado de Minas Gerais com o maior número entre os demais estados nesta compilação, num total de 7 atividades. Não foram localizadas atividades com HAV em Alagoas e Roraima.

A localização deste montante se deu de forma expressiva em coberturas jornalísticas, principalmente diante do calendário de datas alusivas ao enfrentamento da violência contra a mulher, como o período dos “16 dias de ativismo”(novembro e dezembro), “mês da mulher”(março) e o aniversário da Lei Maria da Penha (agosto). Tais reportagens visibilizavam tanto a pauta da violência contra as mulheres, como as ações desempenhadas pelos serviços no território, contemplando assim as ações com os HAV. Outro grupo expressivo de projetos foram localizados em “jornais institucionais”, com informações sobre parcerias firmadas, reuniões realizadas e a inauguração ou mobilização da ação grupal junto à sociedade. É a própria instituição conferindo destaque ao trabalho realizado.

Quadro 6: grupos localizados na pesquisa web

Estado	Experiência(s)	Total
Acre- AC	Grupo Reflexivo “Homens em Transformação”	01
Alagoas- AL	-	0
Amapá- AP	Oficina de homens - do Centro de Atendimento à Mulher e à Família (Camuf)	02
	“Papo de Homem: quebrando paradigmas”, inicialmente realizado pela Polícia Militar	
Amazonas- AM	“Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor (SARE)”	01
Bahia- BA	“Homens em Construção” (TJBA)	01
Ceará- CE	Núcleo de Atendimento ao Homem autor de violência contra a mulher (NUAH-MPCE)	03
	Grupo de Retificação Subjetiva do Agressor (em Quixadá- TJCE)	
	“Das Marias”- Centro de Referência da Mulher (CRM) de Juazeiro do Norte.	

Espírito Santo-ES	Grupo Homem que é Homem (Policia Civil)	02
	Grupo Reflexivo de Gênero: Espaço Fala Homem (Prefeitura de Vitória e TJES)	
Goiás- GO	Grupo Reflexivo supervisionado pelo Centro de Referência Estadual de Igualdade (Crei)	04
	Grupo Reflexivo para Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Itumbira- TJGO)	
	Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violência Doméstica da Central de Alternativas à Prisão (CAP) de Goiânia	
	Projeto psicoterapêutico para homens autores de violência doméstica da Delegacia da Mulher de Goiânia	
Maranhão- MA	Grupo Reflexivo de Reeducação e Reabilitação para Autores de Violência Doméstica e Familiar- TJMA	01
Mato Grosso-MT	“Lá em Casa Quem Manda É o Respeito” (Governo do Estado e TJMT)	02
	Projeto Esperança Socioeducação (TJMT)	

Mato Grosso do Sul- MS	Grupo Reflexivo “Dialogando Igualdades” (TJMS)	02
	“Penas Alternativas e Violência de Gênero: sensibilização de homens autores de violência contra a mulher” (parceria com a Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e das Cartas Precatórias Criminais em Geral, da comarca de Campo Grande – MS)	
Minas Gerais- MG	Grupo Reflexivo da Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA)	07
	Programa Andros (ONG Albam em parceria com o Governo do Estado e TJMG)	
	Grupo de Autores de Agressão, executado pelo Núcleo de Apoio Psicossocial à Família em situação de Violência ligado à Delegacia de Proteção a Mulher, Criança, Adolescente e Idoso do município de Divinópolis/MG	
	“Itabira por eles” (parceria município e TJMG)	
	Grupo Reflexivo de Autores de Situação de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Guanhaes- TJMG)	
	“Dialogar”- Policia Civil	
	Grupo Reflexivo com homens agressores em Montes Claros	

Pará- PA	NEAH (Núcleo Especializado de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher) - Grupo Reflexivo para homens autores de violência doméstica (Defensoria Pública do Estado)	02
	Grupo Reflexivo de Homens- desenvolvido pela Vara de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Santarém	
Paraíba- PB	Projeto “Papó de Homem: Construindo Masculinidades” em Campina Grande (TJPB)	01
Paraná- PR	Grupo de Orientação e Sensibilização aos Autores da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fórum de Cianorte/ MPPR e TJPR)	05
	Conviver – Grupo de Reflexão para Autores de Violência Doméstica contra a Mulher. (O projeto é feito em convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social e MPPR de Campina da Lagoa)	
	Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Nevicom realiza grupo com agressores em Ponta Grossa	
	Grupo Sermais- Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização do Autor de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Universidade Estadual de Ponta Grossa	
	Grupo Reflexivo em Matinho (uma iniciativa da prefeitura, com o apoio do MPPR)	

Pernambuco- PE	Central de Apoio às Medidas e Penas Alternativas (Ceapa) Especializada em Violência Doméstica e Familiar voltada para homens autores de violência (Parceria entre Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e o Tribunal de Justiça de PE)	01
Piauí- PI	“Reeducar: o homem no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher” (em Picos- Defensoria, TJ e MP)	01
Rio de Janeiro- RJ	Grupo Reflexivo de Autores em Situação de Violência doméstica (I Juizado de Violência Doméstica / CEJE)	05
	Grupos de reflexão destinados a homens agressores no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (CEOM), uma ONG parceira da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.	
	Grupo Reflexivo com o Autor, no Juizado De Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Três Rios.	
	Centro de Referência do Homem – (Duque de Caxias- Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos)	
	Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica (SerH)	
Rio Grande do	Grupo Reflexivo de Homens por uma atitude de paz (TJRN)	02

Norte- RN	Grupo Reflexivo em Ceará- Mirim (DPE/RN)	
Rio Grande do Sul- RS	Programa Reflexivo de Gênero (I Juizado de Violência Doméstica e Familiar)	02
	Metendo a Colher (SUSEPE – Sistema Penitenciário)	
Rondônia- RO	Projeto Abraço: grupos reflexivos para homens autores de violência (Vara de Violência Doméstica e Familiar)	01
Roraima- RR	-	0
Santa Catarina- SC	“Passos para a Resiliência: um olhar sobre o homem autor de violência doméstica” em Joinville (Projeto PC Por Elas/Polícia Civil)	03
	“Grupo Refletir” Desenvolvido pela Central de Penas e Medidas Alternativas (CPMA) da comarca de Joinville	
	“Ágora” Grupo Reflexivo de Homens Autores de Violência (Tribunal de Justiça de Santa Catarina em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina)	

São Paulo- SP	Tempo De Despertar - Programas De Responsabilização, Ressocialização E Grupos Reflexivos De Homens Autores De Violência Doméstica E Familiar Contra A Mulher (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica - GEVID - MPSP e o Tribunal De Justiça de SP e a Municipalidade)	05
	Grupo Reflexivo para homens autores de violência (Convênio do I Juizado de Violência Doméstica com a ONG Coletivo Feminista, Saúde e Sexualidade)	
	Programa de Reeducação Familiar Acordo entre Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e Academia de Polícia Civil	
	“Cá entre Nós” -reuniões de acolhimento e orientação e grupos reflexivos de gênero (tribunal de justiça do estado de são paulo foro regional xv – butantã)	
	“E agora José?” (Defensoria Pública de Santo André- ABC Paulista)	
Sergipe- SE	Grupo de Autores de Violência Doméstica (Gasvid)- (parceria da Universidade Federal de Sergipe com a prefeitura e Delegacia da cidade de Lagarto)	01
Tocantins- TO	“Desconstruindo o mito de Amélia: práticas de reabilitação de pessoas agressoras nos casos de violência doméstica e familiar” - Ministério Público TO	01
Distrito Federal- DF	Grupo reflexivo de homens em Taguatinga (TJDFT)	03
	Grupo Reflexivo em Ceilandia (TJDFT)	

	<p>Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica (Nafavds) do Governo do Distrito Federal em: Palácio do Buriti; Plano Piloto; Brazlândia; Gama; Núcleo Bandeirante; Paranoá; Planaltina; Samambaia; Santa Maria e Sobradinho.</p>	
Total		59

Responsável pela localização de 59 ações, a pesquisa web também permite a reflexão do quanto a produção acadêmica está afastada da realidade das práticas, uma vez que esta etapa nos ofertou um número muito superior de iniciativas grupais do que aquelas que foram localizadas em bases científicas. Certamente há tentativas no cotidiano dos serviços, organizações e sociedade civil em lidar com os altíssimos índices de violência contra a mulher, quiçá na mesma proporção que se carece de entendimentos, reflexões e saberes acadêmicos que contribuam para encerrar de práticas que revitimizam as mulheres e corroboram com a permanência do lugar privilegiado dos homens.

3.1.5 Utilização da Listagem Nacional das Iniciativas, Programas ou Grupos para Homens Autores de Violência Contra Mulheres⁽⁵³⁾

Trata-se de uma lista nacional contendo 312 iniciativas, programas ou grupos para HAV contra mulheres, lançada em janeiro de 2021. Justamente por este marco temporal, o material foi estratégico e oportuno para o refinamento da nossa organização prévia à aplicação dos questionários. O material foi desenvolvido no ano de 2020 por pesquisadores/as da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência de Santa Catarina (CEVID/SC) e do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em uma parceria entre o Grupo de Pesquisa Margens/UFSC e do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário - COCEVID. Diferentemente do realizado pelo Instituto NOOS, há uma listagem de iniciativas e grupos com os HAV em um compilado que apresenta os seguintes pontos: Estado de origem, possíveis

responsáveis e metodologia utilizada no atendimento aos HAV (individual, grupal ou “não informado”).

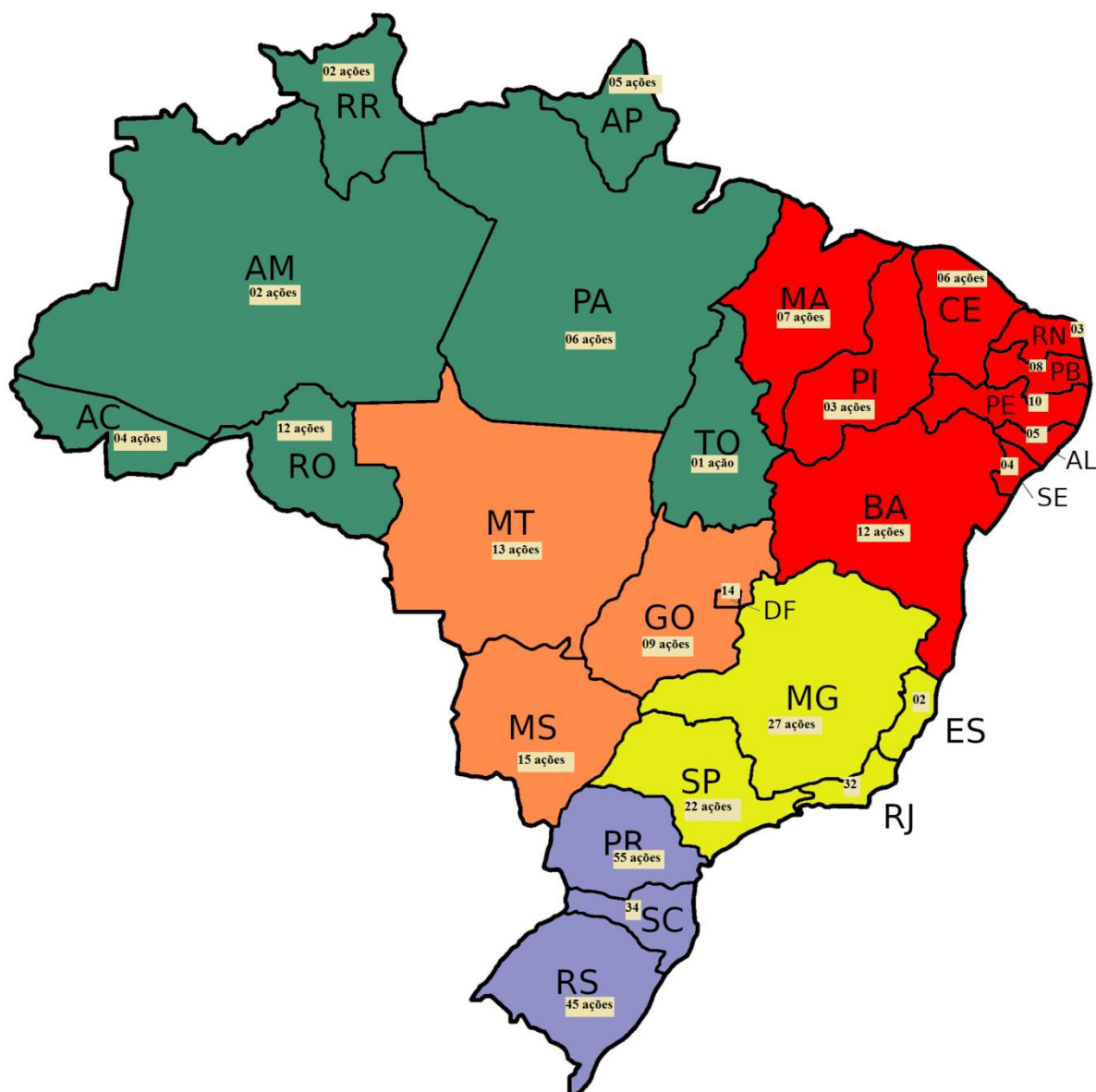
Justamente por listar iniciativas com HAV de forma geral, das 312 ações apresentadas, 03 foram excluídas porque realizavam apenas atendimentos individuais, enquanto 50 delas não informaram a metodologia utilizada. Outro registro necessário refere-se ao âmbito institucional das iniciativas, pois todas são vinculadas ao judiciário, seja este como órgão executor ou, como na grande maioria dos casos, parceiro na atividade desenvolvida. Tal feito parece ser uma orientação metodológica para elaboração do rol de ações, muito provavelmente pela parceria de destaque com o Colégio de Coordenadorias da Mulher (COCEVID).

2ª Etapa: TRABALHO DE CAMPO: Movimentações com o território de análise.

3.1.6. Quantitativo das ações apuradas na fase de levantamento (pré campo) x possibilidade real de contato com as ações grupais.

Ainda na fase anterior ao trabalho de campo, voltada para os procedimentos necessários à aplicação do questionário, valemo-nos da organização de todas as ações compiladas até o momento. Evidentemente que as diferentes fontes de informações nos entregaram ações repetidas e, após a comparação, exclusões e organização dos diferentes materiais, chegamos a um total de **358 ações grupais**. Lilacs, Medline, Pubmed, Embase, BDTD, Periódicos CAPES, Mapeamentos das atividades grupais realizados pelos Instituto NOOS, Grupos Margens e COCEVID, e a nossa extensa pesquisa web nos revelaram o seguinte cenário: região Sul com 134 atividades, seguida do Sudeste brasileiro (83), Nordeste (58), Centro Oeste (51) e Norte do país (32 ações).

Figura 1- Distribuição das ações no mapa do Brasil- Fase “Pré- Campo”



Justamente por conta do nosso diverso número de fontes de informações esperávamos encontrar dificuldade para ultrapassar a mera ciência da ação grupal e estabelecer contato que viabilizasse a aplicação do questionário. Por isso mesmo, a tarefa de vinculação da iniciativa identificada com o contato de algum(a) responsável foi extremamente exaustiva. Nessa etapa, um período considerável foi dispensado para apuração de meios de comunicação com as ações, para tanto, lançamos mão de uma robusta pesquisa web que contemplou a busca de informações a partir do nome da ação e/ou de instituições que pudessem estabelecer algum vínculo com a atividade grupal.

As informações até então reunidas trouxeram apenas referências vagas sobre as iniciativas mapeadas. Por vezes, a identidade da ação era colocada somente enquanto “grupo

com homens” ou “grupo reflexivo com homens”, sem maiores indicativos que facilitassem a busca com contato, instituição de referência ou localidade acolhedora do trabalho grupal. Procedemos então uma investigação nos territórios, ligando para setores diversos como da assistência social, fóruns, secretarias municipais, delegacias e demais serviços que pudessem nos aproximar de ações grupais realizadas com os HAV. Exatamente por isso, logo mais, veremos o número expressivo de tentativas telefônicas realizadas em nossa pesquisa que sofreu forte influência dessa fase de refinamento das informações.

Escolhemos também estabelecer contato com todas as Coordenadorias da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário, uma vez que foi esta a única fonte de contato exposta pela listagem divulgada pelo Grupo Margens e o Colégio de Coordenadorias da Mulher (COCEVID). Iniciamos então uma importante etapa de checagem dos contatos. Como resultado desta etapa, chegamos ao quantitativo de **309 ações**. Os motivos que ocasionaram tal redução foram: ausência de qualquer meio de comunicação com a ação; atividade não mais existir; ligações telefônicas não atendidas e não possuir email para envio do questionário; ter somente email como forma de comunicação e mesmo se utilizando deste, não obtermos nenhuma resposta; atividade grupal não ser reconhecida e por fim, números telefônicos que não concluíram a chamada. Neste processo já estamos iniciando o trabalho de campo com o intuito de ratificar ou conseguir correio eletrônico de referência para então iniciarmos o envio dos questionários, além de realizarmos a apresentação da pesquisa e a pactuação da participação.

3.1.7 Comunicações realizadas para aproximação e participação na pesquisa.

O contato com as ações aconteceu em duas fases. Em ambas seguimos com os seguintes passos: contato telefônico de apresentação da pesquisa para as ações (ou de reiteração de convite, no caso da “Fase 2”); envio de email com link do questionário, “vídeo convite” gravado pela pesquisadora; disponibilização de número telefônico para quaisquer possíveis dúvidas; monitoramento das respostas ao questionário para envio posterior de emails “lembretes” sobre encerramento do prazo de envio das respostas; disponibilidade da pesquisadora para esclarecimentos e assessoria; e resposta rápida aos desdobramentos que surgiam a partir dos contatos, isso porque, era de suma importância garantir a parceria e

participação dos/as envolvidos/as. Toda essa movimentação ocorreu no período de abril a junho de 2021.

Mesmo com uma boa adesão logo na Fase 1, com taxa de retorno de 75% dos questionários enviados, observamos a necessidade de um maior refinamento. Os questionários foram reenviados na segunda fase para aqueles que não asseguraram participação no primeiro ensejo. Havia um número expressivo de Estados que não aderiram inicialmente à pesquisa, bem como um número de ações identificadas ainda inferior ao esperado. Assim sendo, com a “Fase 2” conseguimos garantir a inserção de mais 37 novas ações

Esse movimento não foi possível com todas as ações por conta da dificuldade de acesso aos números telefônicos, como também não se resumiu a esse único fim, uma vez que foi através deste contato que acompanhamos importantes desdobramentos da pesquisa para além do preenchimento dos questionários. Algumas conversas e parcerias foram firmadas e executadas, como por exemplo, a nossa participação na reunião virtual com representante do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para estudo de possível Termo de Cooperação a ser firmado na localidade para expansão do trabalho grupal. Nossa presença no encontro foi para troca de experiência e entendimento de como potencializar a participação dos/as envolvidos/as. Também integramos o calendário formativo dos/as facilitadores/as do projeto “Homem que é Homem” do Estado do Espírito Santo. Com a meta de fortalecimento do processo de interiorização da atividade, a Polícia Civil do ES tem organizado encontros online com a equipe, neste ensejo, executamos a palestra intitulada “Breve panorama sobre os trabalhos grupais com os HAV no Brasil”, em agosto de 2021.

Solicitação similar nos foi feita pela Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná (FECCOMPAR), quando também no mês de agosto estivemos presentes na reunião online com assistentes sociais e psicólogos/as dos conselhos da comunidade. A partir da sensibilização gerada por nossa pesquisa junto aos Conselhos locais, a FECCOMPAR pôde atualizar o seu registro sobre o atendimento grupal aos HAV e, justamente por isso, apresentou-se a necessidade de instrumentalizar as diferentes equipes em seus territórios, sendo a nossa participação online o primeiro passo para isso. Por fim, consta na *web* uma reportagem realizada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) sobre a participação do “Programa Basta” em nossa pesquisa⁵.

5 Matéria veiculada dia 03 de maio de 2021, no endereço <https://www.unoesc.edu.br/noticias/single/curso-de-psicologia-da-unoesc-participa-de-pesquisa-da-fiocruz>.

Apresentado o trajeto metodológico das duas fases e seus importantes ecos, cabe finalizar este ponto argumentativo com o registro do quantitativo expressivo de **355 contatos telefônicos e 212 emails enviados**.

3.1.8. Fase teste e estruturação do questionário.

Com a realização do inquérito, nossa intenção não foi somente a obtenção de dados, mas também um percurso investigativo que colocasse a iniciativa diante de um processo reflexivo sobre sua práxis. Uma de nossas críticas à realidade hegemônica do trabalho acadêmico é seu descolamento da prática nos territórios, com uma aproximação por vezes reduzida à coleta de dados. Encaramos nossa pesquisa como oportuna para a atualização do cenário das atividades grupais com os HAV, tanto quanto, para suscitar um reconhecimento do cenário dessas atividades e diálogo entre as mesmas, a partir de sua divulgação. Tal expectativa não vem desacompanhada de passos interessantes já dados. Foram muitas as conversas que pudemos estabelecer reais trocas com os/as responsáveis sobre as dificuldades e importantes alterações imprimidas pela ação.

Por esse caminho coube a nós mais duas etapas de refinamento do questionário já estruturado, por ser nossa intenção continuar o entrelaçamento dos olhares técnico e acadêmico. Ainda no mês de abril contamos com uma equipe de 05 pesquisadoras que preencheram o questionário simulando sua aplicação e discutiram os tópicos abordados. Foram oito dias trabalhando a partir do retorno do grupo a fim de melhor estruturar o questionário.

No mesmo mês partimos para a última fase de validação do questionário antes da disponibilização da pesquisa para todo o país, com a aplicação do questionário no Centro de Referência no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CRAMSV) da cidade de Vitória (ES). Alguns motivos explicam a escolha deste serviço para a fase teste, pois pudemos aproveitar a experiência e o contato profissional da pesquisadora com a equipe deste serviço. No dia 15/04/21 obtivemos a devolutiva satisfatória de que o questionário estava de fácil compreensão, prático preenchimento e boa abrangência em seus quesitos. Assim, disponibilizamos em seguida o link de acesso do questionário para as demais ações identificadas, utilizando a plataforma do Google Forms. É possível conferir a última versão deste no **Anexo 1**. No dia 27/04/21, já tendo recebido 12 respostas, ocorreu-nos a necessidade de incluir quatro pontos importantes no questionário. Inserimos os seguintes questionamentos:

“Qual Estado de origem da ação” e “Nome do/a responsável pelo preenchimento”, uma vez que somente o controle da pesquisadora a cada notificação de preenchimento seria insatisfatório para garantir a organização dessas informações. Por essa via, também incluímos no tópico “temas abordados no trabalho grupal” e “Base teórica para o trabalho grupal” a possibilidade de marcação para “temas religiosos”, uma vez que na fase de levantamento das ações tivemos acesso a parcerias e grupos realizados por instituições religiosas.

O questionário foi organizado em 35 perguntas divididas em 05 seções, da seguinte forma:

- Seção 1: Identificação do projeto
- Seção 2: Reconhecimento do projeto, com 09 perguntas (03 de respostas diretas - curta, 05 questões objetivas e 01 de resposta livre)
- Seção 3: Sobre o funcionamento do projeto, com 09 perguntas (08 questões objetivas e 01 de resposta direta -curta).
- Seção 4: Sobre a metodologia do projeto, com 09 questões objetivas.
- Seção 5: Avaliação do projeto, com 08 perguntas (04 questões objetivas, 03 de respostas livres e 01 de resposta direta - curta).

3.1.9. Envio e resposta aos questionários

A primeira movimentação ocorreu no dia 19 de abril de 2021 com o envio de 79 questionários a serem preenchidos, o que aqui já denominamos como Fase 1. Note-se que tal número é bem inferior às centenas de ações já reconhecidas. Cabe lembrar que tal quantitativo já havia sofrido redução significativa quando, pelos motivos elencados, não conseguimos endereço de email para envio da pesquisa. Somado a isso, muitas ações eram vinculadas a um mesmo serviço, de modo que enviamos somente um questionário para preenchimento. Deixamos como exemplo o caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), cuja expectativa era apurarmos a execução de 45 atividades grupais, fato ratificado a partir do preenchimento de um único questionário pela equipe responsável, ou o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) com suas 50 ações grupais a partir de um único questionário respondido.

Os 22 questionários respondidos na Fase 2 nos entregaram 37 novas atividades grupais a serem apuradas. Também observamos a não participação de cinco Estados: Alagoas (AL), Piauí (PI), Sergipe (SE), Mato Grosso (MT) e Roraima (RR), que juntos geravam a expectativa de termos acesso a 27 ações, considerando as informações da fase de levantamento.

Fato é que, além do envio do questionário por correio eletrônico para todos esses cinco Estados, com dois deles também estabelecemos contato telefônico direto com os/as responsáveis pelas atividades. Ao todo, para os cinco Estados não participantes de nossa pesquisa, foram realizadas 43 tentativas telefônicas para sensibilização e conquista da participação dos mesmos e enviados 07 questionários no total.

Entre os dias 18 e 20 de maio de 2021 realizamos o segundo e último envio dos questionários (Fase 2). A divisão em fases cumpre o valor organizativo e de reiterada tentativa de participação das UF's,. Obtivemos como adesão final 78 questionários respondidos de 79 questionários enviados.

O número de questionários respondidos não se traduz em número de ações apuradas. Assim como a partir do envio de um único questionário tivemos acesso a dezenas de atividades grupais, como o caso do RS e PR já citados, também aconteceu que uma única instituição responsável subdelegasse o preenchimento para diferentes serviços vinculados ao mesmo projeto. Essa movimentação em grande medida foi determinada pela organização no território.

Para os 37 questionários respondidos pela região Sul do país, foram-nos apontadas 131 ações grupais; na região Sudeste, dos 13 questionários, 45 ações; região Nordeste, 11 questionários e 54 ações; Centro Oeste, 8 questionários com 33 ações e região Norte, 09 questionários respondidos com 08 ações apontadas. Por fim, dos 78 questionários respondidos, o total de 09 não foram aproveitados para nossa análise, porque 02 traziam repetição de ações já enviadas (“E agora, José?” de São Paulo (SP) e grupos realizados pelo Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica (NAFAVD) do Distrito Federal (DF)), assim como os 07 questionários que não traziam atividades grupais com HAV em sua metodologia. Assim, trabalhamos com a somatória de 69 questionários, ou seja, com 69 instituições participantes em nossa pesquisa.

3.1.10. Um pouco mais sobre as ações localizadas em nossa pesquisa

Nossa pesquisa teve acesso ao montante de **271 atividades grupais**. Em relação ao cenário de 309 ações mapeadas por meio da pesquisa documental, da pesquisa web e da revisão de literatura, identificamos que 05 UF's apresentaram aumento no quantitativo de ações em nossa pesquisa, são elas Bahia (de 12 ações na fase de levantamento para 40 atividades grupais), Rio Grande do Norte (de 03 para 06 atividades grupais), Distrito Federal (14 para 16 ações), Espírito Santo (02 para 14 grupos) e Paraná (de 55 para 77 ações grupais).

Todavia, de forma geral, o que se observou foi uma redução da apuração das atividades grupais com os HAV em todo o país. A maior redução se deu no sudeste brasileiro (menos 38 atividades localizadas) com o alarmante quadro de ser a região brasileira em que tivemos maior dificuldade em obter devolutivas dos questionários enviados por email. Mesmo assim, é essa a região que abriga o segundo Estado com o maior crescimento de ações do país, através da sua política de interiorização dos grupos por meio do projeto “Homem que é Homem” da Polícia Civil, o Estado do Espírito Santo.

Pela forte influência na referência bibliográfica desta pesquisa, bem como, no diálogo com a prática desta pesquisadora enquanto coordenadora de trabalho grupal realizado com os HAV, faz-se mister evidenciar a ausência em nossos resultados das atividades realizadas pelo Instituto NOOS e pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), ambos do Rio de Janeiro. A partir de contato via email, obtivemos a informação da não mais execução da atividade pelo Instituto NOOS, enquanto o ISER, mesmo com 07 telefonemas realizados e 03 emails enviados, não foi possível estabelecer contato e participação.

Outra considerável redução se encontra na região Norte (menos 24 ações em nossa pesquisa) e precisamos aqui ressaltar um fato importante. Poderia uma leitura desatenta creditar a redução à não participação do Estado de Roraima (RR) em nossa pesquisa, todavia, a expectativa para essa colaboração, seguindo o levantamento prévio, seria de acréscimo de uma ação somente. É neste momento que se faz possível salientar a mudança considerável na cooperação do Estado de Rondônia (RO) de 12 ações para 01 ação. Mas, sobre isso, cabe o alerta de que se trata de um Estado com participação integral, ou seja, todos os questionários enviados foram devidamente respondidos, e todas as ações da fase de levantamento (12) foram satisfatoriamente identificadas e contactadas. Logo, a resposta da instituição responsável é que trouxe a alteração para a nossa pesquisa, não há mais 12 grupos em execução no Estado.

A região Sul permaneceu com a realização de maior número de ações, mas, da mesma forma que as demais, revelou uma leve redução (de 134 para 131 ações). Apesar dessa pequena alteração, precisamos expor a diminuição considerável de atividades grupais no estado de Santa Catarina (SC) que não modificou substantivamente o número total de ações na região sulista por conta da atuação do Estado do Paraná. Nele, identificamos aumento de 55 para 77 ações, fruto da participação significativa dos Conselhos da Comunidade vinculados à Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná (FECCOMPAR).

Santa Catarina apresentou uma redução de 34 para 9 ações grupais, onde apenas 01 instituição não respondeu o questionário. Deste serviço esperávamos obter dados referentes à

01 ação grupal. A alteração mostra-se associada às ações ligadas ao poder judiciário, pois das 34 ações mapeadas inicialmente, contatamos que apenas 01 ação encontra-se em execução. Por fim, indicamos 03 Estados que mantiveram o quantitativo de ações, a saber, Rio Grande do Sul (45), Tocantins (1) e Amazonas (2 ações).

Quadro 7: SOMATÓRIA DOS DADOS FASE 1 E FASE 2														
Região	Nº De Ações no levantamento “Pré Campo” (*)		Nº Ações que responsáveis foram identificados/ as para posterior contato		Nº De Contatos Telefônicos		Nº Emails Enviados		Nº Questionários Enviados		Nº Questionários Respondidos		Nº Ações Localizadas	
	FASE 1	FASE 2	FASE 1	FASE 2	FASE 1	FASE 2	FASE 1	FASE 2	FASE 1	FASE 2	FASE 1	FASE 2	FASE 1	FASE 2
Norte	32	6	26	<i>Neste quesito não há alteração entre as fases.</i>	38	16	28	5	08	7	04	5	04	04
Centro Oeste	51		31		54	10	20	7	10		05	3	23	10
Nordeste	58		55		49	43	56	14	22		07	4	51	03
Sudeste	83		69		55	15	41	17	31		09	4	30	15
Sul	134		128		73	2	22	2	08		31	6	126	5
Total por fases	358		309		269	86	167	45	79		56	22	234	37 <i>novas ações apuradas na Fase 2.</i>
Total	358 ações identificadas na fase de levantamento		309 ações que seria possível iniciar algum tipo de contato		355 contatos telefônicos realizados		212 emails enviados		79 questionários enviados		78 questionários respondidos		271 ações localizadas em nossa pesquisa	

⁶ Neste quesito não há alteração entre as fases.

⁷ Neste quesito não há alteração entre as fases por não haver envio de novos questionários, somente reenvio.

Precisamos fazer uma consideração. No segundo semestre de 2021, o que era até então uma listagem nacional⁽⁵³⁾ com as ações grupais realizadas pelos Tribunais de Justiça (utilizada em nossa pesquisa como meio para levantamento de ações em todo o país, como já demonstrado no tópico 3.1.5) se solidificou na publicação do “Mapeamento, análise e recomendações para os grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra a mulher no Brasil”⁽⁵⁴⁾, lançado pelo poder judiciário em parceria com grupos de pesquisa do sul do país. Trata-se de um denso, vasto e importante material que se debruçou na análise das 312 ações do judiciário apontadas na listagem nacional. Certamente estamos diante de mais um documento de relevância estratégica para a instrumentalização e visibilidade dos grupos em tela. Todavia, precisamos fazer algumas considerações relevantes.

Em primeiro lugar, no momento de publicação do material, todos os dados da nossa pesquisa já haviam sido coletados e devidamente tratados

Outro ponto relevante é destacar que a dificuldade que tivemos em acessar as 312 atividades da listagem pode ter sido minimizada com esta publicação, já que consta a identificação detalhada de cada uma.

Nossa pesquisa incluiu também ações de equipamentos de segurança, organizações da sociedade civil, poder executivo e instituições de ensino, o que torna as duas iniciativas complementares. Não obstante, não foi possível aprofundar o diálogo com o material, visto que a organização dos dados e a discussão já haviam sido realizadas

Como se não bastasse, é preciso pessoalizar essas reflexões. Enquanto coordenadora do grupo com HAV no Estado do Espírito Santo, participei do mapeamento realizado pelo instituto Noos. De entrevistada, o material que conseguiu catalogar 25 grupos em todo o país serviu de estímulo e provocação para a elaboração desta pesquisa, com a intenção de visitar a movimentação dos grupos com os autores de violência em todo o país. Mais do que isso, notar que tanto no mapeamento realizado pelo Instituto Noos, quanto na nossa pesquisa e neste mapeamento recém lançado se faz presente o Grupo Reflexivo de Gênero “Espaço Fala Homem” é de grande alegria. Um sinal de resistência e enfrentamento de uma ação que cunhou em mim o olhar diferenciado para o trabalho com os HAV. Enquanto profissional atuante no enfrentamento à violência contra a mulher é um grande alívio perceber a salvaguarda que materiais como esse conferem às nossas ações.

Então, com grande contentamento localizamos a nossa pesquisa com este mapeamento das ações vinculadas aos tribunais de justiça, enquanto materiais estratégicos para implantação e implementação de grupos reflexivos com autores de violência, mais ainda, como possibilidade de sensibilização para elaboração de mecanismos legais de auxílio e garantia dos trabalhos com os HAV no país.

Panorama das ações incluídas na pesquisa

Consideramos cada questionário como um projeto grupal, no qual mais de um grupo pode estar contemplado. Desconsiderando 02 questionários que tiveram respostas duplicadas, 17 projetos realizam mais de um grupo cada. Podemos considerá-los como “projetos guarda-chuva”, pela característica de incluírem várias ações grupais. Juntos, esses 17 projetos nos entregam um quantitativo de 219 grupos. Tal destaque se revela oportuno pois em alguns tópicos expositivos iremos nos valer desta diferenciação entre projetos (instituições respondentes) e ações grupais.

Também sinalizamos que, a partir de agora, utilizaremos a abreviação para questionário: (Q), como mecanismo para melhor identificação do projeto grupal o qual nos referimos.

Quadro 8: Identificação das ações participantes

	Nº do Questionário	Estado	Nome da ação	Instituição responsável	Qdd. de atividades grupais
REGIÃO NORTE					
1	(Q05)	Acre	Homens em transformação	Tribunal de Justiça	01
2	(Q66)	Amapá	Roda de Homens	Tribunal de Justiça/ Juizado de Violência Doméstica	01
3	(Q72)	Amapá	Transformando trajetórias	Tribunal de Justiça/ Juizado de violência doméstica da comarca de Santana	01
4	(Q64)	Amazonas	-	-	00
5	(Q69)	Amazonas	Grupo "Maria Acolhe"	Tribunal de Justiça	01
6	(Q71)	Amazonas	Autor, Mude sua história	Tribunal de Justiça	01
7	(Q16)	Pará	Círculos de Diálogo	Tribunal de Justiça/Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	01
8	(Q04)	Rondônia	Projeto Abraço	Tribunal de Justiça/ Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Porto Velho	01
9	(Q21)	Tocantins	Projeto Desconstruindo o Mito de Amélia	Ministério Público/ Núcleo Maria da Penha	01

09 questionários respondidos					08 atividades localizadas
REGIÃO NORDESTE					
10	(Q08)	Bahia	Projeto Ronda para Homens	Polícia Militar da Bahia/Comando de Policiamento Especializado/Operação Ronda Maria da Penha.	37 ações
11	(Q12)	Bahia	GRRRI - Grupo de Reabilitação em Relações Interpessoais	CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	01 ação
12	(Q14)	Bahia	Ronda para Homens/Acolhimento para Homens	Tribunal de Justiça/ Núcleo de Justiça Restaurativa de Itabuna	01 ação
13	(Q58)	Bahia	“Equipe Psicossocial”	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia	01 ação
14	(Q74)	Ceará	Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência contra à Mulher - NUAH	Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativa (VEPEMA - responsável) em parceria com o Juizado da Mulher de Fortaleza, Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará, Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará - Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher (NUPROM) e Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.	01 ação
15	(Q76)	Ceará	E agora, José?	Tribunal de Justiça/1º Juizado da Mulher de Fortaleza	01 ação
16	(Q31)	Maranhão	Reflete João: implantação de grupos reflexivos	Prefeitura de Santa Helena: Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CRAS)	01 ação
17	(Q03)	Paraíba	Papo de Homem: construindo novas masculinidades	Tribunal de Justiça da Paraíba	01 ações

18	(Q35)	Pernambuco	Grupo para a educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher	A Gerência de Penas Alternativas e Integração Social - GEPAIS é responsável pelo monitoramento das Centrais de Apoio às Medidas e Penas Alternativas - CEAPA's responsáveis pela execução dos grupos. E ligadas a estrutura organizacional da Secretaria Executiva de Justiça e Promoção dos Direitos do Consumidor - SEJPDC e da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos - SJDH.	04 ações
19	(Q36)	Rio Grande do Norte	Grupo Reflexivo de Homens: Por uma atitude de paz	Ministério Público do Rio Grande do Norte	05 ações
20	(Q63)	Rio Grande do Norte	Grupo Reflexivo de Homens	Tribunal de Justiça do RN e Centro Universitário UNI-RN	01 ação
11 questionários respondidos					54 atividades localizadas
REGIÃO CENTRO OESTE					
21	(Q09)	Distrito Federal	Grupo Reflexivo de Homens do NJM	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios/TJDFT/ Núcleo Judiciário da Mulher - NJM	05 ações
22	(Q20)	Distrito Federal	IMA Grupo de Homens	Instituto Mãos Amigas- IMA	01 ação
23	(Q38)	Distrito Federal	RenovAÇÃO Homens	Defensoria Pública do DF	01 ação
24	(Q77) e (Q78) mesma ação: duplo preenchimento	Distrito Federal	Grupo de Homens- Núcleo de atendimento à família e autores de violência doméstica	Grupo de Homens- Núcleo de atendimento à família e autores de violência doméstica	09 ações
25	(Q15)	Goiás	Grupo Reflexivo sobre Gênero e Violência Doméstica	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	05 ações
26	(Q59)	Goiás	Grupo Reflexivo sobre Gênero e Violência Doméstica	SEDS	01 ação
27	(Q07)	Mato Grosso do Sul	Programa Dialogando Igualdades	Tribunal de Justiça	11 ações

08 questionários respondidos					33 atividades localizadas
REGIÃO SUDESTE					
28	(Q01)	Espírito Santo	Grupo Reflexivo de Gênero: Espaço Fala Homem	A Prefeitura Municipal de Vitória, através Secretaria Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho, do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - CRAMSV e o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	01 ação
29	(Q57)	Espírito Santo	Homem Que É Homem	Polícia Civil Do Espírito Santo	13 ações
30	(Q13)	Minas Gerais	Itabira por Eles	Tribunal de Justiça e Município de Itabira	01 ação
31	(Q17)	Minas Gerais	Projeto Dialogar	Polícia Civil de MG	01 ação
32	(Q34)	Minas Gerais	Programa Dialogar	Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família - DEFAM/SIPJ/PCMG - Polícia Civil de Minas Gerais	01 ação
33	(Q49)	Minas Gerais	Ação de Responsabilização com Homens Autores de Violência contra a Mulher	Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	14 ações
34	(Q65)	Minas Gerais	Projeto Acolher	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	01 ação
35	(Q11)	Rio de Janeiro	Centro de Referência do Homem em Duque de Caxias	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura de Duque de Caxias/RJ	02 ações
36	(Q18)	Rio de Janeiro	Grupo reflexivo para autores de violência	Tribunal de Justiça/ Juizado de Violência Doméstica	01 ação
37	(Q10) e (Q68) mesma ação: duplo preenchimento	São Paulo	Programa E Agora, José? Pelo fim da violência contra a mulher	Entre Nós Assessoria Educação e Pesquisa	02 ações

38	(Q54)	São Paulo	Serviço Regional de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência contra Mulheres do Grande ABC (SerH ABC)	Consórcio Intermunicipal Grande ABC	07 ações
39	(Q70)	São Paulo	Grupo Reflexivo para Homens - Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde	Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde	01 ação
13 questionários respondidos					45 atividades localizadas
REGIÃO SUL					
40	(Q19)	Paraná	Ações reflexivas e responsabilizantes com autores de violência doméstica e familiar (Lei nº 11.340/2006, arts. 22, 35 e 45) do Estado do Paraná	Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Conselho da Comunidade, Patronato Penitenciário, CREAS, CAPS, Secretaria Municipal da Mulher, Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas, Voluntariado, Entidades Religiosas	50 ações
41	(Q22)	Paraná	Mobilização e orientação dos Conselhos da Comunidade do Paraná para Implantação e Apoio à Projetos para Homens autores de Violência Contra Mulher.	FECCOMPAR - Federação dos Conselhos da Comunidade do Paraná	00 ações
42	(Q23)	Paraná	Projeto En(n)frente (a)o Espelho	Conselho da Comunidade da Comarca de Coronel Vivida-PR	01 ação
43	(Q24)	Paraná	Arquitetos do Bem	Conselho da comunidade	03 ações
44	(Q25)	Paraná	-	Conselho da Comunidade de Ivaiporã	00 ações
45	(Q26)	Paraná	Projeto Recomeçar	Conselho da comunidade de Castro	01 ação
46	(Q27)	Paraná	Projeto Rede Restaurar	Conselho Da Comunidade De Campo Largo	01 ação
47	(Q28)	Paraná	Projeto de Combate à Violência Doméstica e Familiar	Conselho da Comunidade da Comarca de Siqueira Campos/PR e Ministério Público do Estado do Paraná.	00 ações
48	(Q29)	Paraná	Programa Atitude	Conselho da Comunidade de Araucária - Órgão de Execução Penal	01 ação

49	(Q30)	Paraná	Programa de Orientação Social Maria da Penha - PROSMAPE	Conselho da Comunidade de Marechal Cândido Rondon e Uniãoeste	01 ação
50	(Q32)	Paraná	Grupo De Apoio A Paz Familiar	Tribunal de Justiça e Conselho da Comunidade de Assaí	01 ação
51	(Q33)	Paraná	Projeto Flor de Mandacaru	Conselho da Comunidade da Comarca de São João - Paraná	04 ações
52	(Q37)	Paraná	Grupo De Apoio E Combate A Violência Doméstica Juntas Somos Mais Fortes	Conselho da Comunidade da Comarca de Quedas do Iguaçu	01 ação
53	(Q39)	Paraná	Grupo libertação	Conselho da Comunidade de Toledo	01 ação
54	(Q40)	Paraná	Projeto Amanhecer	Conselho da Comunidade da Comarca de Laranjeiras do Sul Paraná.	01 ação
55	(Q41)	Paraná	Quem manda lá em casa é o diálogo e o respeito	Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS)	01 ação
56	(Q42)	Paraná	"Projeto Ressignificar e Amar": grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher - Comarca de Ipiranga-PR	Tribunal de Justiça	01 ação
57	(Q43)	Paraná	Projeto Diálogo do Bem	Conselho da Comunidade da comarca de Cerro Azul/PR	01 ação
58	(Q44)	Paraná	"Projeto Repensar"	Conselho da Comarca de Comunidade de Irati	01 ação
59	(Q45)	Paraná	Palestra e roda de conversa	Conselho da Comunidade da Comarca De Rio Negro	01 ação
60	(Q46)	Paraná	Amor Exigente.	Conselho da Comunidade de Arapongas e igreja católica	00 ação
61	(Q47)	Paraná	Programa Reflexo	Conselho da Comunidade em Execução Penal de Almirante Tamandaré	01 ação
62	(Q48)	Paraná	Projeto Além do Horizonte	Conselho da Comunidade de Londrina	01 ação
63	(Q51)	Paraná	Palestra de prevenção à violência doméstica.	Conselho da comunidade da comarca de Nova Londrina	01 ação
64	(Q52)	Paraná	Trabalho para enquadrados na Lei Maria da Penha.	Conselho da Comunidade	01 ação
65	(Q53)	Paraná	Mãos Acolhedoras	Conselho da Comunidade da Comarca de Ibaiti	01 ação

66	(Q55)	Paraná	Projeto Educar É Transformar	Colégios Estaduais Da Comarca De Fazenda Rio Grande.	00 ações
67	(Q56)	Paraná	Estrela Guia Sarandi	Grupo Amor Exigente	01 ação
68	(Q06)	Rio Grande do Sul	Grupos Reflexivos de Gênero.	Tribunal de Justiça	45 ações
69	(Q02)	Santa Catarina	Programa Basta	UNOESC-DPCAMI-Judiciário	03 ações
70	(Q50)	Santa Catarina	Grupos Reflexivos para homens autores de violências contra as mulheres – CREAS – SEMUDES	Prefeitura Municipal de Blumenau - SC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMUDES - CREAS	01 ação
71	(Q60)	Santa Catarina	Grupo Refletir	CPMA - Central De Penas E Medidas Alternativas	01 ação
72	(Q61)	Santa Catarina	Grupo Refletir	CPMA - Central De Penas E Medidas Alternativas de Joinville	01 ação
73	(Q62)	Santa Catarina	Grupo Refletir	CPMA - Central De Penas E Medidas Alternativas	01 ação
74	(Q67)	Santa Catarina	-	CPMA - Central De Penas E Medidas Alternativas	00 ações
75	(Q73)	Santa Catarina	Projeto ÁGORA: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra Mulheres	UFSC	01 ação
76	(Q75)	Santa Catarina	Projeto Refletir	Central de Penas e Medidas Alternativas de Criciúma	01 ação
37 questionários preenchidos					131 atividades localizadas

3.2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciamos nossa exposição justamente entendendo a movimentação de implantação dos grupos com os HAV em todo o território brasileiro. Fato é que já estabelecemos profundo diálogo com o que foi abordado em nosso apontamento teórico- o quão balizadora foi a promulgação da Lei 11.340⁽¹³⁾, já que, anteriores à promulgação da referida lei e, que ainda estão em funcionamento, temos catalogados somente 02 projetos. Estes projetos trazem a somatória de 10 grupos, todavia, não é possível afirmar que todos os grupos principiaram suas atividades antes do ano de 2006, mas sim, que essas duas instituições (responsáveis pelos dois

projetos) lançaram-se à atividade grupal com os homens. Os únicos anos que não apresentaram início de novos trabalhos grupais foram os de 2007, 2008 e 2010.

O ano de 2019 abrigou o maior número de projetos iniciados, porém, isso não quer dizer que todos os 25 grupos presentes nesses projetos começaram sua execução no referido ano. Esses achados permitem-nos localizar quando as instituições responsáveis começaram a trabalhar com os HAV em formato grupal. É também do ano de 2019 o destaque por comportar a maior diversidade de equipamentos que principiaram atividades grupais no país, o que inclui organizações da sociedade civil e do poder público

Em seis projetos constam informações de grupos que ainda serão iniciados. Em três deles observa-se uma organização mais sólida, com toda a estrutura e mecanismos necessários para a implantação, estando o seu adiamento justificado pela pandemia do coronavírus. Já os demais três projetos não serão contabilizados neste panorama, porque ainda demonstram a necessidade de desdobramentos operacionais para sua viabilização. O enquadre de outros dois grupos na categoria “informação imprecisa” ocorreram porque não disponibilizam informação sobre o ano de início do trabalho.

Com os 271 grupos contemplados, podemos afirmar que 94,2% dos projetos começaram suas atividades após a promulgação da Lei Maria da Penha, totalizando assim 259 grupos. Os 2,9% restantes representam os dois projetos já citados, com o início do trabalho no ano de 2004. É possível que tenham existido atividades grupais anteriores ao advento da Lei Maria da Penha (LMP) e que sua execução esteja hoje finalizada. Todavia, o número expressivo de 259 grupos, iniciados a partir de 2006 expressa a importância desta Lei no cenário de enfrentamento à violência contra a mulher em âmbito nacional

Até o advento da lei tínhamos a seguinte realidade: compromisso da federação brasileira com tratados de direitos humanos, tais como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994); o cumprimento do disposto no art. 226, § 8º da Constituição de 1988 e a pressão de organismos internacionais para que o Brasil conferisse responsável atenção ao quadro alarmante de violência contra a mulher no país. Foi essa somatória a propulsora para a edição da Lei nº 11.340, exatamente no ano de 2006, popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”. Para alcançar o fim a que se destina, a Lei apresenta diversos mecanismos, dentre eles a possibilidade de aplicação das denominadas medidas protetivas de urgência, para a coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Neste aparato histórico é possível notar que a abordagem aos homens, quando realizada, efetivou-se tão somente pela via da ampla defesa. Com o advento da LMP um outro

olhar é disponibilizado, mais especificamente com a inclusão do atendimento ao HAV - na lógica de enfrentamento à violência contra a mulher - na redação dos Artigos 35 e 45. Sinaliza-se a possibilidade de criação e promoção de “centros de educação e reabilitação para agressores” e o comparecimento do HAV a “programas de recuperação e reeducação”⁽¹³⁾. Entretanto, podemos identificar duas lacunas de suma importância neste trecho da legislação. A primeira, levantada por Beiras⁽¹²⁾, seria a não explicitação de um trabalho de promoção da saúde junto à população masculina. A segunda seria a não orientação de como se daria a organização de tais centros de atendimentos aos agressores.

Dessa forma, LMP não traz em seu texto a referência direta à iniciativa grupal com os HAV, todavia, na realidade brasileira é essa a metodologia que tem se apresentado como a solução mais prática para se garantir a abordagem aos homens, frente à orientação legal da estruturação de centros de reabilitação. A lei provocou o olhar diferenciado a ser dispensado ao HAV, porém, nem ela, muito menos qualquer outro mecanismo legal no país, coloca-se como organizador e garantidor de meios para estruturação e manutenção das atividades.

Fato é que todos esses projetos já garantiram o atendimento de aproximadamente **37.407 pessoas atendidas pelas iniciativas grupais**. 19,48% dos projetos não souberam informar qualquer somatória de público atendido ou quaisquer informações aproximadas, evidenciando assim não possuírem mecanismos de coletas de dados estruturados de fácil acesso. 21,2% dos projetos atenderam entre 101 e 300 pessoas; 12,5% (de 21 a 60 pessoas); 11,2% (de 1 a 20 pessoas); 8,7% situam-se na categoria de 61 a 100 pessoas, mesmo percentual observado em grupos que atenderam entre 301 e 500 pessoas. Esses foram os maiores índices apurados, o que nos possibilita inferir que a maior concentração das instituições realiza atendimento de 1 a 500 pessoas nos seus projetos (62,3%). Acima disso, somente 20% se distribuíram em patamares de até 5500 pessoas atendidas e 17,5% que não informaram valores.

3.2.1. PERFIL INSTITUCIONAL

3.2.1.1. Tipo de instituições atuantes e inserção dos homens na atividade.

Aqui, conseguiremos verificar a atuação tanto das entidades responsáveis diretas pela execução do grupo, quanto a dinâmica das parcerias que se fazem necessárias para garantir as atividades grupais. Deparamo-nos com a presença do Poder Público em 198 grupos, seguida pela atuação de Organizações da Sociedade Civil (125 grupos) e das Instituições de Ensino (100 grupos).

Atuante em 46,8% dos grupos, podemos supor que grande parte do estímulo para essa atuação do Poder Público tenha sido provocado pelo advento da Lei Maria da Penha, que

recomenda políticas públicas específicas de enfrentamento da violência contra a mulher a partir da intervenção com os HAV, para além da lógica punitivista. Forte presença também corroborada pelo mapeamento do Instituto Noos⁽¹⁷⁾

Os Tribunais de Justiça revelam uma atuação proeminente, sendo responsáveis por 22 projetos dentre 47 que indicam presença do poder público. Com isso, os tribunais estão diretamente implicados na realização de 84 grupos, e são também sinalizados como importantes parceiros em outros 05, seguidos pelas Prefeituras Municipais (atuantes em 65 grupos) e Secretarias Estaduais (37 grupos) nas primeiras colocações do poder público.

Observamos, ademais, uma atuação crescente das polícias civis e militares nesse campo interventivo, em uma tentativa de ressignificar a atuação dessas corporações e seu papel na rede de responsabilização dos agressores. Com a presença marcante no desenvolvimento de 105 grupos, tais departamentos policiais se posicionam à frente de instituições como o Ministério Público (57 grupos) e a Defensoria Pública (52 grupos) em nossa pesquisa.

As iniciativas grupais vinculadas às organizações da sociedade civil são responsáveis por 29,5% dos grupos identificados, com destaque para os 22 Conselhos da Comunidade no Estado do Paraná, órgão da execução penal regulado pela Lei de Execução Penal (7.210/84), que visa garantir a participação ativa da comunidade na execução da política penitenciária, seguido pelos 23,6% da participação das instituições de ensino.

Invariavelmente, a forte presença do judiciário na execução das atividades grupais em todo o território brasileiro, seja como responsável ou como condutor dos participantes, imprime a realidade da maior parte dos homens serem encaminhados para o trabalho grupal em caráter obrigatório (58%). Porém, há uma movimentação válida entre esses 256 grupos, pois, já que parte considerável se comporta de forma híbrida, ou seja, utilizam-se das duas formas de condução dos participantes, e, por isso mesmo, não temos um afastamento significativo dos 41,9% que também sinalizaram a participação voluntária dos HAV (185 grupos).

Por essa via, parece-nos que a condução obrigatória do participante não coloca, por si só, a iniciativa grupal como mais um mecanismo de punição ao HAV, diz mais sobre como a forma de encaminhamento obrigatória é naturalizada nos ritos processuais do sistema de justiça, tanto quanto, a abertura para a vinculação também voluntária do homem.

Por se tratar de um quantitativo expressivo, traduzimos a aparição do judiciário mais como serviço encaminhador do que, necessariamente, fixador de cumprimento de pena. Mesmo assim, destacamos a possibilidade de diferenciação do vínculo do participante caso este conte com o “peso” da indicação judicial, já que o seu descumprimento deve ser comunicado ao

serviço de justiça. Foi este o argumento presente na pesquisa realizada pelo Departamento de Prevenção da Violência da Organização Mundial de Saúde ⁽⁵⁵⁾ ao apontar que 54% dos programas de atendimento aos HAV, mapeados em 38 países, contam com a participação dos homens atrelada à determinação judicial.

GRÁFICO 1: Tipo de instituições atuantes

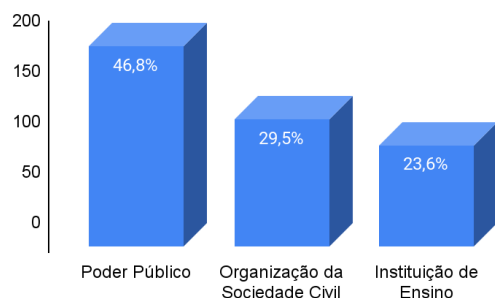
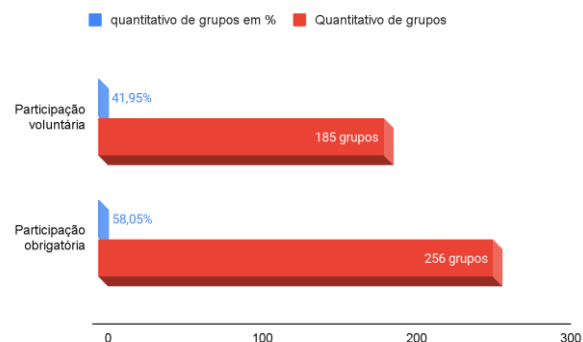


GRÁFICO 2: Inserção dos homens no grupo



3.2.1.2. Tipo(s) de atendimento(s) ofertado(s) e possíveis grupos populacionais atendidos.

Um montante de 73,9% das instituições oferta tanto atendimentos individuais quanto grupais. Tal realidade tanto pode se apresentar como oportuna, caso as modalidades se comportem enquanto complementares, quanto servir de alerta, caso este indicativo empreste à ação grupal o teor secundário ao trabalho individual já realizado, e, por isso mesmo, com menos estímulos e aporte para o seu funcionamento. Os demais 26,1% se enquadram, portanto, na oferta exclusiva de atendimento grupal.

Com este cenário de destaque para a concessão de atendimentos mistos, pareceu-nos interessante ampliar o retrato institucional com o reconhecimento se também haveria diversidade no grupo populacional atendido, feito largamente comprovado com a ciência de que 82,6% das instituições prestam atendimento a mulheres, crianças, famílias ou demais grupos, para além das intervenções com os homens, um número expressivo diante dos 17,3% que oportunizam exclusividade aos HAV.

3.2.1.3. Trabalho em rede e contato com movimentos sociais.

A expressiva maioria de 97,8% dos grupos reconhece sua atuação inserida na

lógica do trabalho em rede, o que pode ser um fator relevante para a perenidade das ações desenvolvidas. Apenas 2,2% relataram prática isolada. O trabalho em rede é fortemente defendido pela literatura, que situa os grupos como parte de um sistema amplo, atuante no enfrentamento da violência contra a mulher, e por isso integrados com equipamentos de diferentes frentes de operação, dada a complexidade do problema. ⁽⁵⁶⁾. Ademais, é ponto pacificado o fato de que a inserção do serviço grupal na rede facilita todas as modalidades de encaminhamentos possíveis a esse homem em atendimento como, por exemplo, a utilização de serviços especializados para os casos de uso abusivo de álcool e outras drogas, ou questões de saúde mental, dentre outros.

O diálogo com movimentos sociais também pode ser compreendido como uma estratégia de solidificação da iniciativa grupal. Considerando que a maior parte das ações grupais estão vinculadas ao poder público, como já abordado, encontram-se vulneráveis às mudanças de gestão, mandatos políticos e alteração da postura institucional, fatos que também podem ser enfrentados com o apoio e reivindicações populares advindos dos movimentos sociais organizados. Ainda adicionamos o benefício da aproximação com o caráter crítico e participativo que as organizações populares conferem, principalmente sob a ótica regente da atuação junto aos HAV, que consiste na alteração de práticas violentas naturalizadas pela sociedade. Por essa via, é positivo encarar que 70,5% dos grupos aproximam-se dos movimentos, tanto quanto a urgência de se provocar tal convergência para os 29,5% que não se utilizam desta comunicação.

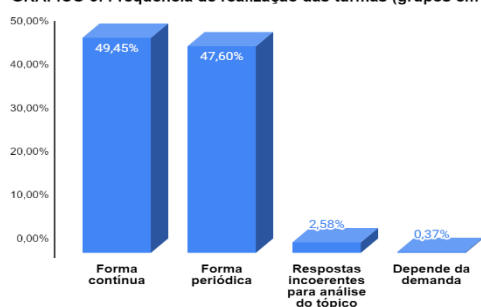
3.2.2. ESTRUTURAÇÃO DO GRUPO

3.2.2.1. Organização das TURMAS: frequência de realização das Turmas e a inserção de novos participantes.

Os grupos se organizam em turmas, que são compostas por diversas reuniões grupais. Nesse sentido, podemos considerar as turmas como “blocos de encontros”. Nosso objetivo foi apurar a frequência de realização, verificando se há espaçamento temporal entre a execução de cada turma. 49,4% (134 grupos) garantem a execução sucessiva ou concomitante das suas turmas, enquadrando-se na lógica de funcionamento de “forma contínua”. 47,6% informam a utilização de intervalo de tempo entre as turmas, colocando seus 129 grupos como oferta

periódica. Apenas 01 grupo sinalizou tomar a decisão a partir do reconhecimento da procura por participação (0,3%).

GRÁFICO 3: Frequência de realização das turmas (grupos em %)

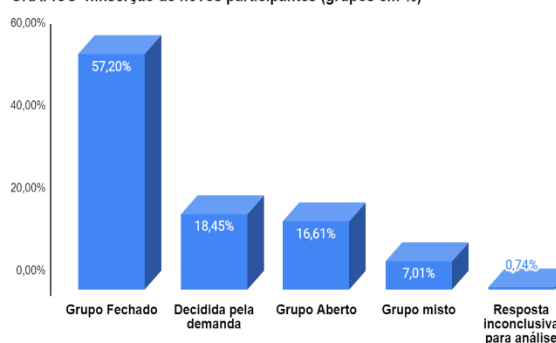


Os demais 2,5% não concederam informações precisas, impossibilitando a análise. Utilizaram-se de respostas como: “a turma não é fechada” (Q16), “atendimento familiar” (Q27) e um grupo ainda se colocou na modalidade de “única reunião”, não expondo se há alguma pactuação metodológica sobre a periodicidade de possíveis

futuras turmas.

Entendendo a periodicidade da oferta das turmas, podemos estender o reconhecimento de qual seria o momento ideal para a inserção de novos participantes. Essa dinâmica pode impactar na formação identitária do coletivo. Há grupos que não aceitam novos integrantes após o início da turma (grupo fechado); outros em que HAV podem inserir-se até certo momento da turma e logo após as reuniões seguem fechadas para novas inserções (grupo misto), ou a possibilidade de novas inclusões a qualquer momento (grupo aberto). Há também a possibilidade de que essa decisão metodológica aconteça a partir do reconhecimento da procura por participação, isso porque, 50 grupos afirmaram que a decisão só é tomada após o estudo da demanda.

GRÁFICO 4: Inserção de novos participantes (grupos em %)



É assim que chegamos ao cenário de que mais da metade dos grupos (57,2% - 155 grupos) funcionam de forma fechada; 18,4% têm a estruturação “decidida pela demanda”; 16,6% (45 grupos) como “grupo aberto” e há 7% (19 grupos) que se organizam de forma híbrida- “grupo misto”.⁸

Sobre a entrada posterior de participantes na atividade, Beiras e Bronz⁽⁴⁴⁾ expõem a preocupação deste mecanismo dificultar o alinhamento dos novos integrantes ao processo. Ademais, estamos falando da formação identitária do grupo enquanto estratégia indispensável para o alcance dos objetivos da ação, o que também ficaria ameaçada pelo emprego do grupo

⁸ Os 0,7% restantes acolhem as duas instituições (com um grupo cada) que dificultaram o acesso à informação, com respostas inconclusivas para a análise, como por exemplo a sinalização do tipo: “é uma única reunião”(Q 69).

aberto. Porém, os mesmos pesquisadores salientam que a experiência de grupos fechados vem acompanhada por um considerável índice de evasão, o que invariavelmente fragiliza a execução da atividade, chegando a propor que um quantitativo maior de participantes seja convidado para o início da turma, contando com as possíveis desistências no percurso⁽⁴⁴⁾.

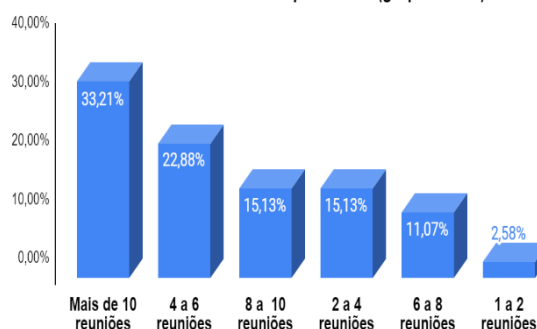
A aproximação construída com e entre os participantes é um aspecto central da metodologia dos grupos, na medida em que engendra desdobramentos qualificados a partir das narrativas dos sujeitos, o que muito contribuirá para a noção de sentido e pertencimento do HAV, aumentando a possibilidade de sua fidelização ao processo.

3.2.3. Organização das REUNIÕES grupais:

3.2.3.1. Organização das Reuniões Grupais: quantidade de Reuniões por Turma, frequência e média de participantes por Reunião.

Falaremos agora do manejo e organização da reunião grupal. 33,2% dos grupos se utilizam de mais de 10 reuniões para formar suas turmas; 22,8% de 4 a 6 reuniões, 22,8%; 15,1% realizam de 2 a 4 reuniões, mesmo percentual daqueles que as fazem de 8 a 10 vezes; 11% de 6 a 8 encontros e 2,5% com a realização de 1 a 2 reuniões por turma grupal.

GRÁFICO 5: Quantidade de Reuniões por Turma. (grupos em %)



Não há indicativo na literatura de um parâmetro do número de reuniões adequado, somente a sinalização de que esse quantitativo pode ser definido com o próprio grupo, quando possível⁽⁴⁴⁾. Independentemente disso, fica o alerta de se garantir o prazo de término da turma. Esta circunstância é de grande valia para organização, estímulo e senso de credibilidade à atividade, além de potencializar as trocas a serem realizadas na esfera grupal.

Em relação à frequência das reuniões, 74,1% (201 grupos) realizam suas reuniões grupais uma vez por semana; 14,7% (40 grupos) são “organizadas de acordo com a demanda, ou seja, há variação a partir do reconhecimento da procura; 7,7% (21 grupos) a cada 15 dias; 2,2% (06 grupos). Houve 01 grupo em cada uma das seguintes categorias: uma vez por mês; duas vezes por ano, mais de uma vez por semana e resposta inconclusiva para análise. O material lançado pelo Instituto NOOS é categórico ao colocar que a realização de um encontro por semana seria o ideal, quando muito quinzenal, contando com a disponibilização de tarefas

a serem executadas pelos homens neste intervalo de tempo, o que é nomeado como "atividades de ligação". Na mesma lógica se tem a defesa de que intervalos superiores a quinze dias podem ser danosos para o compasso entre os encontros. ⁽⁴⁴⁾

Sobre o quantitativo de participantes por encontro, a maioria dos grupos trabalha com 9 a 15 homens por reunião (50,9%, 139 grupos); seguidos por 41,7% que concentram de 16 a 25 participantes (113 grupos); 5,9% com 5 a 8 participantes (16 grupos); 1,1% até 4 participantes (3 grupos) e, por fim, mais de 26 participantes com 0,37% (01 grupo).

3.2.3.2. Planejamento, possíveis mudanças e condução das Reuniões Grupais.

A dinâmica de planejamento dos encontros grupais revelou dados satisfatórios, com 98,2% dos grupos que efetuam planejamento prévio das reuniões grupais, enquanto somente 05 grupos (1,8%) se opõem ao feito. A organização antecipada em nada se atrela à rigidez da condução dos/as facilitadores/as, tendo em vista que 96,7% (262 grupos) conferem a liberdade de alteração metodológica após o início da turma, a partir do contato com o coletivo, diferentemente dos 3,3% (09 grupos) que optam por manter o que foi anteriormente acordado. Esse padrão se expressa também no arranjo e seleção das dinâmicas utilizadas. Para 95,6% dos grupos há uma diversidade de métodos de sensibilização dos homens, escolhidos conforme o objetivo do encontro, enquanto para os demais 4,3% os diferentes temas abordados seguem uma mesma dinâmica de intervenção (como por exemplo: utilização exclusiva de palestras, com caráter expositivo).

É propício sinalizar que durante a própria execução das reuniões há a possibilidade de utilização de "disparadores", que são mecanismos provocativos, como perguntas, recurso audiovisual, dentre outros, utilizados no início da atividade com objetivo de estimular a discussão proposta a partir do tema a ser abordado naquele dia. Esta prática, por si só, já garante uma dinamicidade, liberdade e elaboração de uma atividade grupal próxima da realidade do sujeito, além de conferir a noção de pertencimento do HAV ao processo construído, diferentemente do que se pode encontrar na utilização exclusiva de estratégias de aprendizagem unilaterais, enquanto tão somente, comunicadoras de conteúdo. Sobre isso, Veloso e Natividade⁽⁵⁶⁾ preocupam-se que o conhecimento adquirido pelos homens sobre os diversos tipos de violência e demais tópicos em caráter expositivo, como cursos e palestras, poderia municiar os homens com um discurso qualificado sobre seus atos, favorecendo a radicalização do jogo relacional violento em desvantagem para as mulheres. Ademais, as autoras ainda expõem o perigo desta instrumentalização dos homens como possibilidade

geradora de performances no contexto de respostas frente ao judiciário.

Tal cenário, caso seja concretizado, afasta o HAV do real processo de responsabilização, o que não redundaria na descredibilização de metodologias expositivas, até porque, estamos analisando um quadro no qual as atuações grupais mais resistem do que são instrumentalizadas e solidificadas, logo, faz-se "o que dá". Contudo, essa reflexão demonstra a necessidade de uma postura atenta na condução da prática grupal, que permita refutar quaisquer desdobramentos como os expostos pelas pesquisadoras.

O espaço para troca é extremamente tático e o compartilhamento entre determinado grupo nos coloca diante das tradições paladinas de certas perspectivas da realidade ⁽⁵⁶⁾. É justamente a partir da linguagem, enquanto prática social, que se percebe os efeitos performativos, construtores do real. Por isso mesmo, parece-nos eficiente considerar que a grande maioria dos grupos oportunizam a estruturação de práticas que privilegiem o discurso enquanto instaurador das relações sociais.

3.2.4. EQUIPE DE FACILITAÇÃO: Composição, capacitação e remuneração do/a(s) facilitador/a(s).

A grande maioria dos grupos (73%) conta com a composição de facilitadores/as homens e mulheres atuando juntos, seguidos por 16,9% com registro exclusivo de equipe masculina e somente 9,9% com formação unicamente feminina. É interessante pensarmos na discussão se o gênero da equipe facilitadora interfere na adesão, pactuação e formação de identidade grupal. Nas trocas vivenciadas no trabalho de campo, nota-se que a composição da equipe não ocorre por critérios de gênero, e sim por disponibilidade concreta, não sendo viável a sua estruturação a partir de reflexões sobre o sexo biológico dos/as facilitadores/as e os possíveis ecos da sua presença e discurso junto aos homens, até porque, veremos adiante que, para pelo menos 103 grupos, a “fragilidade na disponibilização de facilitadores/as” se apresentou enquanto grande dificuldade.

As pesquisadoras Veloso e Natividade⁽⁵⁶⁾ utilizam sua própria experiência e entendimento, a partir de uma visão feminista, para discutir a importância de mulheres dirigirem iniciativas deste porte, podendo conferir reconhecimento e referência da figura feminina como coordenadora do coletivo. Da mesma forma, defende-se a formação híbrida das duplas, favorecendo a percepção dos autores de violência para uma interação equitativa na condução da atividade. Evidentemente que a comunicação entre as facilitadoras e os HAV

não parte de uma aceitação pacífica, haja vista que a figura feminina, comumente, não ocupa espaços de destaque, de liderança e como detentoras de opiniões na sociedade ou nas relações estabelecidas por esses homens. Por isso mesmo essa composição da equipe de facilitadores pode ressignificar a experiência masculina, com a aposta de se fazer reproduzir a dinâmica grupal nas relações interpessoais com outras mulheres.

Por mais que 53,5% (145 grupos) tenham garantido promover a formação periódica da equipe, é preocupante constatar que 11,8% (32 grupos) não contam com este aparato ou, quando contam, é feita uma única vez, numa espécie de ambientação à atividade grupal (34,7%/94 grupos). Obviamente que este cenário, além de dialogar com a revisão de literatura, coloca tais iniciativas vulneráveis à descontinuidade, além de dificultar, de sobremodo, a naturalização da atividade na prática do profissional que, muitas vezes, percebe-se desassistido pela instituição na qual se insere.

Veloso e Natividade⁽⁵⁶⁾ ressaltam a importância do processo formativo junto à equipe, argumentando que acima de qualquer titulação acadêmica espera-se que os/as facilitadores/as tenham *“formação na perspectiva de gênero, conhecimentos sobre a dinâmica da violência contra a mulher e acerca das teorias de masculinidades”* (pg.53)

O processo de formação continuada com a equipe também é uma forma de evitar uma atuação frágil, inadequada e inespecífica, o que pode muito bem acarretar em risco para o público atingido paralelamente à intervenção grupal, como as mulheres e o/a (s) filho(s)/a(s) dos homens atendidos. A equipe de facilitação não está desvinculada daquilo que ela mesma se propõe a facilitar. Constitui e é constituída a partir deste encontro com o outro, numa produção de conhecimento que não é exterior ao ato. Por isso mesmo que, invariavelmente, o/a facilitador/a precisa submeter e revisar a sua própria prática profissional sob o prisma daquilo que visa desconstruir. É empenhar-se num exercício crítico que inclui a valoração da narrativa do outro enquanto ponto de partida, tanto quanto lançar-se à compreensão que há uma movimentação inerente ao grupo a partir de um sistema previamente determinado. São sujeitos que adquirem a capacidade de equilibra-se entre si na mesma medida que provocam resistência às mudanças que os desloquem da posição de privilégio na sociedade.

Infiltrar-se neste sistema de forma coerente implica no abandono da noção de que estamos diante de uma realidade de "causa e efeito"⁽⁴⁴⁾. Trata-se de um conjunto de práticas, vivências e composição de subjetividades extremamente conectadas entre si e que podem perceber a constituição grupal enquanto canal de fortalecimento da construção social. Toda essa dinâmica circulará a atuação do/a facilitador/a conferindo a necessidade de um olhar ampliado, interdisciplinar e voltado para a complexidade e a densidade das relações.

Estudos sobre o trabalho grupal com os HAV indicam a importância dos/as profissionais participarem de um grupo reflexivo de gênero antes mesmo de atuarem como facilitador/as. Tal movimento se justifica para proporcionar a ambientação com a postura reflexiva necessária ao trabalho, iniciando o processo com o questionamento das suas próprias convicções sobre as relações de gênero.^(15, 17, 44)

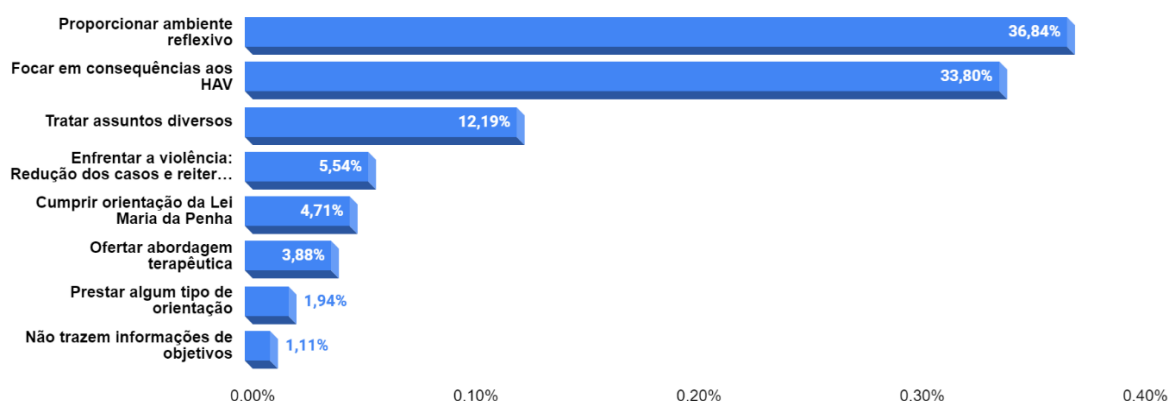
Como já apontamos em nossos dados, é maciça a vinculação da atividade grupal ao poder público, justamente por isso, tal realidade poderia gerar a associação de que os/as facilitadores/as são remunerados, especificamente, para realização da atividade grupal. Todavia, a grande maioria dos profissionais estão atuando em outras frentes, sendo remunerados para tanto, mas também somam em suas atribuições o trabalho grupal, sem qualquer tipo de incentivo adicional por isso.

Logo veremos que a não destinação orçamentária específica para realização das atividades grupais impacta, consideravelmente, no quadro de ausência de incentivo remuneratório da equipe facilitadora, especificamente para a atividade grupal, como é identificado em 95,2% (258 grupos), diferentemente dos apenas 4,8% (13 grupos) que contam com o pagamento da equipe pela atividade desempenhada. Outras formas de incentivos podem ser consideradas, como por exemplo, alteração de carga horária e formação da equipe técnica, porém, como já observado em nossa discussão, tais possibilidades são afastadas por um cenário de pouco suporte institucional para execução dos grupos.

3.2.5. OBJETIVOS DOS PROJETOS GRUPAIS.

Os dados apresentados neste tópico são oriundos de uma pergunta aberta. Foi feita uma leitura atenta de cada resposta a fim de criarmos categorias que contemplassem todas as manifestações. Faremos a exposição de tal compilação no gráfico abaixo e seguiremos com uma breve explanação das classes e dos extratos que exemplifiquem as mesmas.

GRÁFICO 6: Objetivos dos projetos grupais (grupos em %)



Uma fatia considerável dos grupos, 36,8% (133 grupos), trouxe, como pelo menos um de seus objetivos, a oferta de um **espaço reflexivo** e a partir de tal metodologia a alteração de comportamentos e atitudes violentas dos HAV, como expõe o Q59:

Propiciar ambiente de reflexão e ressignificação das experiências que envolvam as relações de gênero, como as construções de masculinidade, e as situações de violência, em perspectiva de negar a culpabilização e buscar a responsabilidade - e a possibilidade de ativamente construir uma mudança.

Invariavelmente, garantir um espaço de reflexão passa pela oportunidade de aplicar um catálogo de temas, o que poderia comportar com naturalidade a aproximação desta categoria com os 12,1% (44 grupos) que se enquadraram em **tratar assuntos diversos**, contudo, seria de grande irresponsabilidade condicionar tais objetivos enquanto variáveis dependentes ou garantidores um do outro, já que a diversidade de assuntos não assegura, necessariamente, a proposta reflexiva. O Q32 nos fornece uma amostra deste apontamento, quando coloca como meta tão somente: *“conscientizar sobre os tipos de violência”*. Mesmo assim, há posicionamentos que destacam a perspectiva política mais solidificada no formato reflexivo de atuação por se tratar de uma proposta que equilibraria a noção de poder entre os pares, com a mesma possibilidade de provocar a horizontalização dos vínculos. Sobre isso, Veloso e Natividade⁽⁵⁶⁾ ainda vão além ao organizarem as principais diretrizes deste modelo:

(...)não compactuar com os discursos de vítimas que os homens insistem em veicular; colocar a perspectiva da pessoa que foi ofendida e/ou ferida; veicular os diversos tipos de violência, quase sempre invisíveis; identificar as influências culturais e sociais que reforçam os comportamentos abusivos; dar visibilidade aos efeitos da violência para mulheres e crianças, bem como para os próprios homens que acabam por conviver em um ambiente altamente danoso também para si. (p.59)

O foco na narrativa e na produção dos percursos reflexivos já é algo muito abordado nos estudos de Beiras e Bronz⁽⁴⁴⁾, na perspectiva das relações de poder que legitimam determinados discursos em detrimento de outros, numa dinâmica de negociação social. Por esta via, é no trabalho reflexivo, com sua inerente interação grupal, que se instaura a

possibilidade de repensar, ressignificar, visibilizar e questionar as possíveis versões excluídas e quem se beneficia com este processo de silenciamento do outro.

122 grupos, segunda maior sinalização com 33,6% das respostas, reportaram **focar nas consequências aos HAV**, ao utilizarem de sentidos como “reeducação”, “reabilitação”, “ressocialização” e “responsabilização”, como também em provocar a *"auto responsabilização dos homens autores de violência encaminhados pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar da Mulher"* (Q09). Este é um percurso perigoso, caso a centralidade seja conferida, tão somente, ao crime cometido e sua responsabilização, o que pode descaracterizar processos reflexivos convertendo a atividade em somente mais um mecanismo punitivo ou apenas de tomada de consciência acerca da atitude violenta cometida, perdendo a oportunidade de apresentar-se como instrumento de análise da estrutura societária que acolhe relações de poder desiguais.

Possivelmente estamos diante de um rebaixamento dos significados socioculturais, que tentará considerar a violência de gênero a partir de um prisma individualizante e restrito à esfera privada. É totalmente possível e perigoso encontrar essa orientação em trabalhos grupais, principalmente quando o discurso dos profissionais circula exclusivamente em torno de características individuais dos sujeitos, de forma descontextualizada e sem a compreensão devida de que se trata de uma prática violenta sociocultural.⁽⁵⁶⁾

Com 5,5%, o quarto lugar ficou com os 20 grupos que sinalizaram como uma das finalidades diretas da ação o **enfrentamento da violência a partir da redução dos números de casos e/ou a reincidência**⁹ nos mesmos. Tal postura é perceptível tanto no Q12: *"Proporcionar momentos reflexivos quanto aos atos praticados, visando reduzir o índice de reincidência entre os participantes que finalizaram o grupo com êxito"* quanto no Q37: *"Combater os altos índices de violência doméstica, bem como promover a conscientização dos agressores, a fim de que não voltem a praticar novos atos de violência doméstica."*

Outro agrupamento se forma com 17 iniciativas (4,7%) que indicam que a realização da ação é vinculada ao cumprimento da normativa legal, no caso, **à orientação da Lei Maria da Penha**: *"Prevenir e reduzir a violência intrafamiliar e de gênero em congruência com a Lei nº 11.340/06.(...)"*(Q 57).

⁹ Aqui, é importante garantir o destaque que o termo “reincidência” é um critério técnico do sistema de justiça, utilizado como agravamento da pena caso o réu cometa novo crime durante o período depurador, todavia, na leitura atenta das respostas é possível inferir que alguns posicionamentos querem considerar o termo enquanto reiteração das atitudes violentas por parte dos HAV, não necessariamente estando elas atreladas aos trâmites judiciais. Assim sendo, em nossa pesquisa, consideramos reincidência enquanto este guarda chuva de entendimento sobre o cometimento de ato violento de forma reiterada, estando ou não vinculado ao processo judicial.

Os três menores agrupamentos foram a abordagem terapêutica (3,8%), quando foi sinalizada somente a linha teórica utilizada, como o Q2: “*humanista*”; 1,9% para “algum tipo de orientação”, sendo esta pertinente ao trâmite processual, familiar, social ou pessoal: “*Proporcionar orientações psicossociais aos jurisdicionados inseridos em situação de violência doméstica a fim de prevenir e romper a espiral da violência, bem como orientações sobre a tramitação processual*”(Q69). Por fim, identificamos o propósito de “foco na família”(0,5%) que, mesmo se tratando somente de 02 grupos provoca preocupação, dada a possibilidade de tais objetivos afastarem a ação grupal da oportunidade de desconstruir com os homens práticas violentas naturalizadas, chegando a configurar o grupo enquanto ponto de encontro e permissibilidade de atitudes violentas, justificativas com responsabilização do outro, mecanismos já tão comuns na sociedade. No posicionamento do Q53 temos a caracterização desta estrutura familiar: “*(...) principalmente lares desestruturados ou em condições vulneráveis, na maioria atingidos por alcoolismo, drogas e comportamentos inadequados*”.

A garantia de um espaço reflexivo tende a provocar alterações societárias pois busca retirar o foco da perspectiva estritamente individualista de alteração do comportamento do autor da agressão, mesmo assim, é comum nos depararmos com atuações que ainda se centram exclusivamente nas atuações de cada HAV, como é o demonstrado pela “*Intervening with perpetrators of intimate partner violence: a global perspective*” tratada por Rothman, Butchart e Cerdá⁽⁵⁵⁾ que localizará como foco principal dos 56 programas pesquisados, justamente, a mudança da atitude violenta do homem, seja qual for o tipo da atividade desenvolvida. Embora as iniciativas priorizem esta missão, o estudo também sinalizou a promoção de transformações na comunidade, entendendo a complexidade das relações violentas.

Por fim, neste tópico foi possível perceber que quando as atividades grupais traziam consigo documentos normativos de sua atuação isso era facilmente traduzido numa apresentação mais abrangente dos seus objetivos. Estamos falando de uma exposição bem definida, com explanação e conseqüente enquadramento em diferentes tópicos, o que pode desencadear, provavelmente, numa execução mais segura e orientada, fugindo de generalizações e subjetividade na exposição, como observado no Q15:

Instituir um grupo com homens em processo judicial que estejam envolvidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher a fim de despertar neles uma reflexão sobre suas atitudes e promover mudança de comportamento; Promover a reflexão sobre o papel masculino e feminino na sociedade contemporânea; Ponderar sobre a igualdade de gênero, considerando as realidades vivenciadas; Abordar temas atuais e sugestivos, como os tipos e ciclos de violência, saúde do homem, parentalidade, álcool e outras drogas; Viabilizar um espaço de escuta compartilhada, por meio de identificação e trocas de experiências; Discutir a Lei Maria da Penha no

contexto de violência doméstica e familiar; Oportunizar alternativas para um comportamento assertivo diante de situações de estresse.

Inclusive, os pesquisadores Tolman e Edleson ^(48, 56) colocam que a eficácia dos projetos está atrelada à estipulação de objetivos precisos. Metas ambiciosas podem muito bem afastar a obtenção de resultados, tanto quanto carecem de um conjunto de estratégias de âmbito relacional, comunitário, social e cultural, a serem conquistados a médio e longo prazo.

3.2.6. REFERÊNCIAS: bases teóricas e temas trabalhados

Debruçamo-nos na compreensão das bases teóricas que norteiam a organização e condução da iniciativa, situando-as em grandes campos conceituais, para depois entendermos como isso se reflete no repertório de assuntos tratados em cada reunião grupal. Com a opção de marcação de múltipla escolha, observamos uma concentração na utilização dos estudos de “gênero” (18,6% / 257 grupos); das “masculinidades” (18,4% / 255 grupos); “direitos humanos” (18% / 249 grupos); “feminismos” (14,8% / 205 grupos); “perspectiva psicoeducativa” (9,7% / 135 grupos) e “justiça restaurativa” (9,1% / 126 grupos). Seguindo indicativos da revisão de literatura, encontramos também: “teoria comportamental” (2,7% / 38 grupos); “sociodrama” (1,5% / 21 grupos); “teoria psicanalítica (0,8% / 11 grupos) e “estudos religiosos” (0,4% / 06 grupos).

A partir do preenchimento da categoria “outros” e sua conseqüente especificação, foram-nos apresentadas 21 novas respostas, que codificamos nas seguintes categorias: “temas relacionados à violência” (2,8% / 39 grupos, com respostas do tipo: “Lei Maria da Penha”, “conceito de violência” e “comunicação não violenta”); “abordagem sistêmica” (0,6% / 9 grupos); “teoria dos grupos operativos” (0,8% / 11 grupos); “perspectiva socioeducativa” (0,3% / 05 grupos); “teoria humanista” (0,2% / 3 grupos); “práticas restaurativas” (0,1% / 02 grupos) e a categoria que organizamos como “mencionada uma vez” que condiz com os temas citados por apenas um questionário.

Abordagens mencionadas apenas uma vez:		
Construcionismo social	Palestra motivacional	Terapia comunitária
Constelação familiar	Direito	Constelação familiar
Teoria fenomenológica	Terapia sistêmica familiar	Arteterapia

Essa diversidade no arcabouço teórico é também um reflexo do que se apresenta em toda América Latina. Com as intervenções grupais iniciadas no México, na década de 90, nota-se a multiplicidade através da adoção de perspectivas sistêmicas, psicanalíticas, cognitivo-comportamental, de gênero e feminista, em destaque^(4, 56). Mas também sobre isso, a pesquisadora Toneli ⁽⁴⁾ alerta que também pode ser este um sintoma de fragilidade na estruturação de linhas conceituais que consigam enfrentar de maneira concisa este relevante problema social.

Monteiro e Bonino ⁽⁵⁷⁾ ainda vão colocar a grande área dos estudos de gênero como a base mais adequada a ser utilizada na orientação dos trabalhos grupais. A tese se fundamenta a partir da compreensão da violência conjugal enquanto violência de gênero, ou seja, abriga-se justamente na dominação das mulheres. Dessa forma, esquemas sexistas e hierarquizantes são elementos estruturantes do comportamento violento dos homens. É nesta perspectiva que Veloso e Natividade⁽⁵⁶⁾ vão localizar o argumento que a escolha metodológica deve responder ao questionamento de como se provocará a mudança das atitudes e comportamentos violentos dos participantes. Assim sendo, incluir o marco conceitual de gênero pode muito bem favorecer a compreensão de que o exercício da violência por parte dos homens decorre de uma *“racionalidade específica e expressa de forma multidimensional”* (p.52). É também nesta perspectiva que se reconhece as bases simbólicas da própria violência, quando a noção de gênero funciona como uma lupa para o entendimento dos processos de socialização e sociabilidade, das relações estruturadas nas desigualdades de poder e das condições discrepantes de construção das subjetividades de homens e mulheres. Entender gênero como categoria relacional, instauradora de complexidade nas relações sociais, costurando variações e diferenças entre o "ser homem" e "ser mulher", possibilita a compreensão dos campos de performatização dos sujeitos em sua cotidianidade, que são circunstanciais e contextuais. ^(25, 33, 44)

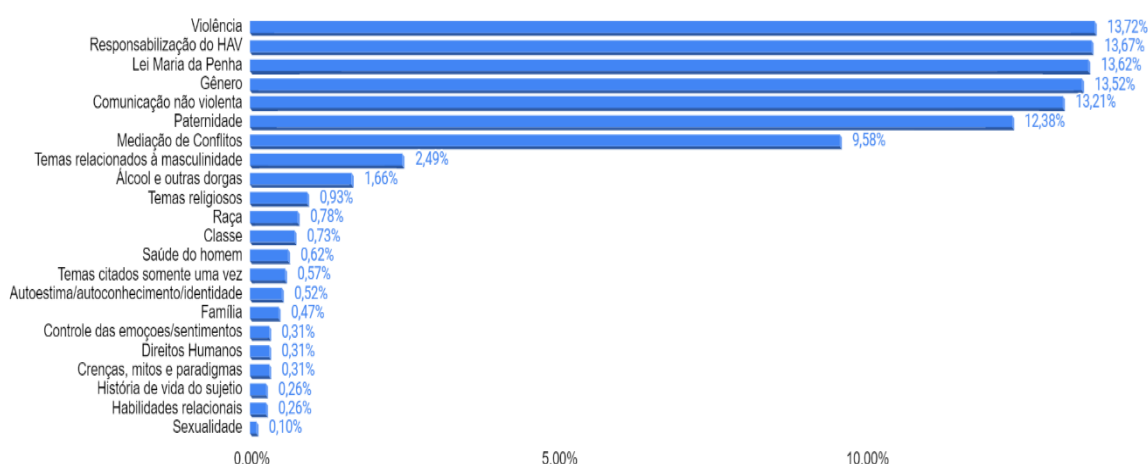
Inclusive, é nesta leitura cotidiana de gênero que o Instituto Noos abriga o seu percurso reflexivo sobre os trabalhos com os HAV. Encarar a sua expressão nos processos de escolha e relacionamentos dos indivíduos, nas *"identificações de grupo, as letras de músicas, a escolha de um animal de estimação e do que comer em um restaurante"* (pg.23) é também se colocar num percurso estratégico para a compreensão dos processos de discriminação e opressão⁽⁴⁴⁾. Somado a isso, Corsi ⁽⁴³⁾ acrescenta o quão táctico é valer-se das perspectivas feministas justamente por se aprofundarem nas noções sexistas e dos estereótipos de gênero enquanto estruturantes da violência perpetrada contra as mulheres.

É salutar perceber a extensão de escolha pela perspectiva de gênero, entretanto,

estabelecemos parceria com a preocupação já elencada por Canteiras⁽¹⁶⁾, Rabelo⁽²⁴⁾, Beiras e Bronz⁽⁴⁴⁾, sobre o uso do conceito de gênero de forma indiscriminada e despolitizada. Uma forma simplista, reduzida à dicotomia "homem e mulher", circulando, por exemplo, a divisão de tarefas domésticas, sem tratar, de fato, do jogo de poder inerente às relações e suas implicações sociais mais amplas. Concordamos com Beiras e Bronz⁽⁴⁴⁾ que diante da reprodução de gênero no processo grupal, há de se localizar o questionamento das próprias práticas cotidianas, da noção de masculinidades e feminilidades, a idealização do amor romântico para o feminino e o seu tom ofensivo ao "ser macho", o sequestro de certas expressões da masculinidade, dentre demais enfrentamentos possíveis a fim de se desestabilizar o acordo social que se instaura para a dominação masculina.

Partindo para a verificação de como a escolha do arcabouço conceitual se traduz na oferta de temas a serem trabalhados diretamente com os HAV, notamos que os sete assuntos mais abordados apresentam uma porcentagem próxima, funcionando como um catálogo de proposições com maior frequência de ser encontrado nos grupos. Por essa via, podemos afirmar que no Brasil, em grupos com os HAV, trabalha-se majoritariamente os temas: “Violência” (13,7%/ 265 grupos); “Responsabilização do HAV” (13,6%/ 264 grupos); “Lei Maria da Penha” (13,6%/ 263 grupos); “Gênero” (13,5%/ 261 grupos); “Comunicação não violenta” (13,27%/ 255 grupos); “Paternidade” (12,3%/ 239 grupos) e “Mediação de Conflitos” (9,5%/ 185 grupos).

GRÁFICO 7: Temas trabalhados com os homens nas reuniões grupais (grupos em %)



Com a possibilidade de marcar mais de uma opção e ainda especificar demais respostas com o preenchimento da categoria “outros”, alguns temas foram destacados uma única vez. Com a porcentagem de 0,5%, os temas encontram-se organizados no quadro abaixo.

Abordagens mencionadas apenas uma vez:		
Saúde Mental	Finanças	Contrato psicológico
Rede de proteção	Resiliência	Judiciário
Psicologia positiva	Educação	Homofobia
Feminismo	Promoção da cidadania	

A partir desta compilação, notamos com cautela que a referência aos “Feminismos” ocupa o quarto lugar como base teórica estruturante e, muito provavelmente, o conceito diluiu-se em outros temas abordados, já que, curiosamente, apenas um grupo citou trabalhar um encontro específico com o tema “Feminismo”. O mesmo ocorre com a grande área dos “Estudos de Gênero”, presente em uma quantidade considerável de reuniões (quarto lugar no ranking temático).

Por fim, podemos inferir que o catálogo de temas mais trabalhados:” violência”, “responsabilização do HAV”, “Lei Maria da Penha”, “Gênero”, “Comunicação não violenta”, “Paternidade” e “Mediação de Conflito” (juntos acolhem 89,4% dos grupos) sofre influência significativa das bases teóricas: “Estudos de gênero”, “Estudos de masculinidades”, “Direitos Humanos”, “Feminismos”, “Perspectiva psicoeducativa” e “Justiça restaurativa”, já que, 88,6% dos grupos nelas se estruturam.

Outra composição importante é a pactuação inicial realizada com os homens. Regras, logística de funcionamento, agenda e quantidade de encontros são alguns dos fatores presentes no que muitos denominam como "contrato grupal" ou "acordo de convivência" entre os participantes. Estamos falando de arranjos construídos com os homens no início da turma que, não só preconizam uma organização da atividade, como otimizam a noção de pertencimento e postura ativa do sujeito no projeto. Dessa forma, pode-se incluir a estipulação de temas previamente selecionados conforme o interesse dos homens, partindo da apresentação de sugestões coerentes com este que parece ser um bloco formativo de referência para os trabalhos grupais no país.

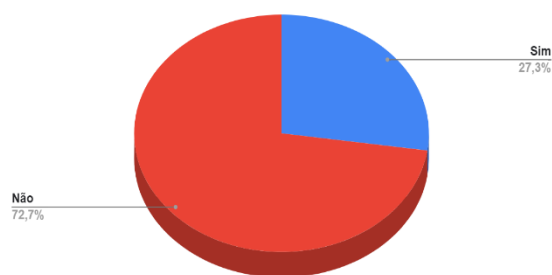
Alguns materiais orientadores para o exercício de práticas com os HAV colocam que esta atuação deve se pautar, primordialmente, na crença de mudança do sujeito e, por isso mesmo, assegurar uma execução que atente para a responsabilização do ato cometido, tanto quanto para a reflexão sobre o porquê da escolha do uso da violência em detrimento à gama de respostas pacíficas e tendentes à resolução de conflitos ^(11, 44, 56). Sendo assim, o bloco de temas mais desenvolvido com os homens parece se colocar em diálogo com os apontamentos

de estudos que se preocupam com a alteração do repertório de respostas dos participantes frente às situações conflituosas.

3.2.7. PRINCIPAIS DIFICULDADES APURADAS

A “ausência (ou pouco) aporte financeiro” (15,2%, 224 grupos) foi a principal dificuldade apontada pelos grupos, ratificando-a com o alarmante quadro de que 72,7% dos grupos (197 iniciativas) não contam com recurso específico para a realização da ação, contra somente os 27,3% (74 grupos) que contam com tal rubrica.

GRÁFICO 8: Destinação de recurso específico para a ação (grupos em %)



Inegavelmente essa situação contribui para a fragilização do projeto, tanto a ausência de políticas públicas sobre o atendimento aos HAV, sinalizada por 171 grupos (11,6%). Somada com a ausência de instrumentos normativos sobre serviços de responsabilização e reeducação dos agressores (9,4%, 138 grupos) são consequências diretas de não contarmos com uma regulamentação de abrangência nacional que estimule ordenamentos locais.

Relembramos e endossamos que o texto da Lei Maria da Penha (LMP) há muito não dá conta da necessidade de estruturar o trabalho com os HAV. Apesar de ser extremamente importante e de ter provocado a mudança do quadro nacional para o desenvolvimento de uma atenção aos agressores que não circulasse unicamente sua privação de liberdade, a LMP tão somente cita a necessidade de se trabalhar com os HAV pela via da reabilitação, o que faz com que os serviços recorram a uma forte peregrinação atrás de guias e manuais, que possam nortear o planejamento e execução dos encontros grupais, ficando cada um encarregado por elaborar sua atividade, o que muitas vezes funciona como obstáculo para realização e perpetuação da mesma. Por isso mesmo que materiais, como o lançado recentemente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná^(58, 59), são colocados em destaque para a implementação e implantação de atividades com os HAV.

A “falta de apoio do poder público” (10,9%, 160 grupos) ocupa o quarto lugar nos entraves apurados. A observação do gráfico nos alerta para a distribuição regular dos grupos em todas as dificuldades. Também foi apontada a escassa literatura acadêmica sobre a

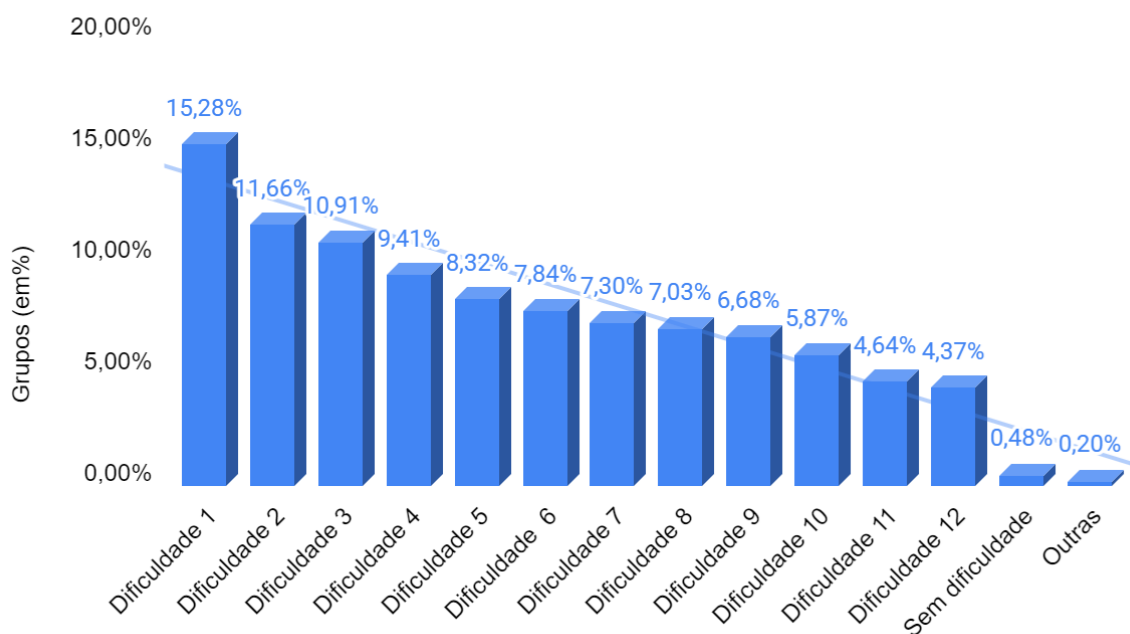
dinâmica grupal em si, o que destaca a importância de estudos sobre a metodologia grupal com os HAV, achado que converge com a dificuldade que tivemos de levantar no meio acadêmico produções específicas sobre os grupos com os autores de violência. Ademais, o destaque deste entrave revela a intenção dos serviços em se aproximar e estabelecer diálogo com a área científica, na tentativa de superar um contexto de práticas esvaziadas de teoria. ⁽⁵⁶⁾.

Porém, vamos localizar esta discussão num cenário que parece entregar uma espécie de concordância acentuada do que se precisa fazer em todo o território para alteração do quadro frágil em que se encontram os trabalhos grupais. Mais ainda, se nos debruçarmos na leitura entre 5ª e a 10ª dificuldade, notamos que a diferenciação entre cada nível não ultrapassa 1%: “Pouca literatura acadêmica ou estudo em geral, sobre o trabalho com agressores” (8,3%); “Dificuldade de adesão dos homens “ (7,8%); “Estrutura física de realização dos encontros” (7,3%); “Fragilidade na disponibilização de facilitadores/as” (7%); “Ausência (ou pouco) processo formativo dos/as facilitadores/as” (6,6%); “Dificuldade de compreensão da atividade grupal por demais instituições da rede” (5,8%). Além da diferença mínima que se segue entre o 11º lugar: “Alto índice de evasão” (4,6%) e “Falta de continuidade da iniciativa” (4,3%), em 12º.

Para compreensão do gráfico, considera-se a organização das dificuldades da seguinte forma:

Dificuldade 1: Ausência (ou pouco) aporte financeiro
Dificuldade 2: Ausência de política pública sobre o atendimento aos homens
Dificuldade 3: Falta de apoio do poder público
Dificuldade 4: Ausência de instrumentos normativos sobre serviços de responsabilização e reeducação dos agressores
Dificuldade 5: Pouca literatura acadêmica e/ou estudo em geral, sobre o trabalho com agressores
Dificuldade 6: Dificuldade de adesão dos homens
Dificuldade 7: Estrutura física de realização dos encontros
Dificuldade 8: Fragilidade na disponibilização de facilitadores/as
Dificuldade 9: Ausência (ou pouco) processo formativo dos/as facilitadores/as
Dificuldade 10: Dificuldade de compreensão da atividade grupal por demais instituições da rede
Dificuldade 11: Alto índice de evasão
Dificuldade 12: Falta de continuidade da iniciativa
Sem dificuldade: Não há registro de dificuldades

Outras

GRÁFICO 9: Principais dificuldades

Diferentes motivos relacionam-se à dificuldade de garantir a adesão dos homens à atividade (7,8%, 115 grupos). Chama-nos atenção que dois questionários aproveitaram para atrelar tal impasse ao fato do encaminhamento dos homens ser desvinculado da obrigatoriedade de participação dos mesmos. Sabe-se da cautela que se tem ao analisar um vínculo obrigatório enquanto fator integralmente favorável para uma participação ativa desses homens de forma a provocar reflexão e conseqüente alteração de comportamento violento.

Interessante notar que todas as dificuldades apontadas tangenciam as discussões já evidenciadas na produção acadêmica e, por isso mesmo, presentes em nossa pesquisa ^(4, 12, 17, 44, 56) que entrega um quadro amplo e representativo do cenário brasileiro, porém, ela não deixa de atualizar observações já realizadas anteriormente, como no relatório sobre os serviços de atenção grupal aos agressores, no qual o Instituto Noos⁽¹⁷⁾ aponta ser o entrave de recursos contínuos e a ausência de uma política nacional específica para a realização das ações com os HAV, os principais motivos para as iniciativas serem localizadas e pontuais.

Trata-se de um panorama de trabalhos descontínuos, com abordagens diversas - algumas questionáveis no que tange seu afastamento da desconstrução do lugar de privilégio dos homens em nossa sociedade - e com ainda pouquíssimo aporte institucional e financeiro (beirando à filantropia em alguns casos), configurando trabalhos desconectados, até mesmo,

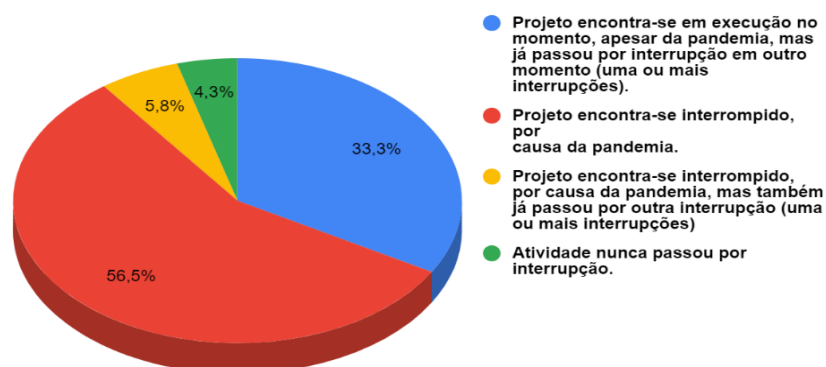
da própria realidade de atendimento às mulheres. A literatura recomenda que as mulheres dos homens assistidos pelos programas sejam dotadas de informações a respeito da atividade realizada, mais ainda, alertadas sobre a possibilidade de manipulações que os homens poderão exercer enquanto participantes da intervenção⁽⁵⁶⁾. Ademais, é este um contato estratégico para avaliação da participação masculina.

Aparentemente o único fator que parece romper com o isolamento entre os próprios projetos grupais é a sinalização de compartilhamento das mesmas dificuldades enfrentadas. A porcentagem dos entraves apresenta valores próximos e todos os grupos entrevistados se colocaram em mais de uma categoria, evidenciando um retrato comum de atuação independentemente da localização regional do grupo. É preciso considerar este cenário na ciência de que 46,8% dos grupos são organizados pelo Poder Público, na mesma medida em que pelo menos 10% dos entrevistados acusaram a “falta de apoio do poder público” como o terceiro maior entrave enfrentado, ou seja, deparamo-nos com uma atuação proeminente das instâncias públicas incapaz de se traduzir em suporte institucional.

Não foi objetivo deste diagnóstico analisar os impactos da pandemia do coronavírus nos trabalhos grupais com os HAV, todavia, o questionário organizou a coleta de informações sobre a (des)continuidade da atividade grupal de modo a aferir sua incidência para além da situação pandêmica, lançando uma lupa para o entendimento se a dificuldade já exposta- “falta de continuidade da iniciativa” se comporta enquanto consequência direta da pandemia ou se trata de uma denúncia da intermitência frequente dos grupos, como apontada revisão literária.^(17, 56) Como os dados foram compilados a partir da situação exposta pelas instituições responsáveis, referindo-se a um ou mais grupos, não poderemos inferir que todos aqueles vinculados a “projetos guarda chuva” (17 projetos no total), estão igualmente paralisados, em execução ou obedecem ao mesmo histórico de continuidade de suas ações. Por isso mesmo, nosso total de análise será atinente aos 69 projetos e não aos 271 grupos.

Neste tópico encontramos a seguinte realidade: 39 projetos formam os 56,5% dos que encontram-se interrompidos por causa da pandemia (montante possível de 114 grupos); 33,3% (23 projetos) estão em execução no momento, apesar da pandemia, mas já passaram por interrupção em outro momento (uma ou mais interrupções), com possíveis 142 grupos circulando nesta fatia; 04 projetos com seus 04 grupos estão com atividades interrompidas, por causa da pandemia, mas também já passou por outra interrupção (uma ou mais interrupções) (5,8%) e, finalmente, o menor grupo (03 questionários com seus possíveis 11 grupos) que nunca tiveram suas atividades interrompidas, formando 4,3%.

GRÁFICO 10: Sobre continuidade do PROJETO grupal



Assim exposto, notamos que a grande maioria dos projetos se encontra paralisada por conta da pandemia (56,5%). Não é difícil compreender tal situação, já que a atividade grupal provoca aglomeração, dimensão fortemente evitada por medidas sanitárias, principalmente na deflagração da pandemia, momento em que ocorreu a coleta de dados da nossa pesquisa.

É preciso localizar tais questões em uma realidade pandêmica que contou com o isolamento e distanciamento social como medidas mais eficazes na prevenção contra a disseminação do vírus. O redirecionamento das relações ao âmbito doméstico evocou a alteração alarmante nos dados de violência contra as mulheres, que confinadas com seus agressores e distantes do ciclo social, estão expostas a riscos cada vez mais elevados. E, por isso mesmo, é necessário pensar nos efeitos da paralisação ou desmobilização de serviços que compõem a rede de enfrentamento da violência contra a mulher.

Estudos já demonstram a amplificação dos casos numa prevalência de até três vezes maior do que a apuração realizada anteriormente à pandemia⁽⁶⁰⁻⁶²⁾. As pesquisadoras Idelnir N., Fernanda C. e Camila C.⁽⁶²⁾, apresentam o montante das denúncias realizadas no Disque 180 entre março e junho de 2020, com o destaque de que no total de 18.586 casos, 424 denúncias diárias são de violência contra a mulher. A ONU Mulheres⁽⁶⁰⁾ é muito específica ao focar os dias 17 a 25 de março, quando o serviço chegou a atender 3.303 ligações e 978 denúncias. Utilizando-se deste mesmo período, a Polícia Militar do Estado de São Paulo expõe que os atendimentos a mulheres vítimas de violência aumentaram 44,9%, seguido do também acréscimo nos dados de feminicídio, de 13 para 19 casos (46, 2%) na comparação entre março de 2019 e março de 2020.⁽⁶⁰⁾

A dinâmica de isolamento elevou expressivamente os índices de violência doméstica e feminicídio em todo o mundo e, por isso mesmo, toda essa conjuntura narra muito bem a colocação do Brasil entre os países que tiveram o maior aumento de violência contra as mulheres no período pandêmico, juntamente a China, Reino Unido, Estados Unidos e França.

⁽⁶³⁾. Evidentemente, lançamos o alerta para o desdobramento do quadro de interrupções das atividades neste exato momento, sem garantias de como e se tais grupos paralisados retornarão, porém, é também alarmante o entendimento de que o cenário de descontinuidade dos grupos no país é anterior à pandemia.

Este aspecto encontra-se solidamente presente na literatura. O não aporte financeiro ou institucional, a ausência de normativas específicas para o trabalho grupal com os HAV, a vulnerabilidade da ação à “vontade política”, dentre outros entraves, finda por resultar na paralisação dos trabalhos, acompanhando a trajetória dos serviços grupais no país. Tal cenário encontra guarida em nossos dados, já que somente 4,3% dos projetos nunca interromperam suas ações. O número é baixíssimo e, justamente por isso, nos provoca a reflexão acerca da real situação desses 03 questionários (com seus 11 grupos) que estão em funcionamento constante. Cabe a ressalva que esses três questionários tangenciam somente 02 projetos, visto que houve duplicidade de preenchimento por parte da ação do Distrito Federal (Q77/Q78), como veremos abaixo.

O primeiro projeto que vamos tratar é o Grupo Reflexivo para HAV (Q50 com 1 grupo), realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Blumenau (SC). Apesar de contar com a remuneração do seu corpo de facilitadores/as, não tem repasse orçamentário específico para a atividade grupal. Mesmo insatisfatório, este é um cenário melhor do que o da grande maioria no que tange dotação orçamentária, como é o caso do segundo projeto que queremos destacar, realizado pelo Distrito Federal, o Grupo de Homens do Núcleo de Atendimento à Família e Autores de Violência contra a Mulher (NAFAVD) (Q77/78), que não conta nem com recurso para a ação grupal, tampouco para a equipe facilitadora.

O NAFAVD (Q77/78), com seus 9 grupos, assim como o projeto de Grupo Reflexivo para HAV de Blumenau (Q50), iniciaram no ano de 2004 suas atividades, antes da consolidação da Lei Maria da Penha. Até hoje não tiveram suas atividades interrompidas, apesar da instabilidade da dotação orçamentária, e, infelizmente, pelo cenário apontado nesta pesquisa, são exceções. O que podemos sinalizar como ponto comum nos três projetos é o fato de todos serem organizados e executados pelo poder público.

No cenário atual, 56,5% dos projetos enfrentam sua primeira interrupção por causa da pandemia. Somados aos 5,8% que também estão paralisados pelo mesmo motivo, mas pela primeira vez, chegamos na realidade de que hoje 60,2% dos projetos estão interrompidos, totalizando 118 grupos. Evidentemente que o cenário é alarmante, principalmente porque os hiatos das ações antecedem a pandemia, tanto é que, se excluirmos o total de projetos que estão

parados só por conta da pandemia, ainda assim, teríamos quase 40% dos projetos com histórico de interrupção em sua execução.¹⁰

Em todo caso, 37,6% dos projetos estão em funcionamento¹¹, muito provavelmente na modalidade online, o que gera algumas interrogações quanto a viabilidade nesse formato, já que envolve elementos não habituais à prática dos serviços, como por exemplo, a garantia de acesso à rede de internet de todos os participantes. E, mesmo assim, o formato virtual modifica significativamente fatores como interação e formação da identidade grupal.

Alguns motivos foram elencados enquanto responsáveis pelas paralisações, para além da pandemia. A falta ou redução da equipe facilitadora foi apontada como justificativa em três questionários, já motivos como: falta de capacitação dos facilitadores; mudanças na forma de encaminhamento por parte do Tribunal de Justiça; mudança de endereço; “toque de recolher”; troca de gestão política; falta de espaço físico e insegurança para realização da atividade por conta da “*superlotação da cadeia*”, foram citados por um questionário cada.

3.2.8. AVALIAÇÃO DOS PROJETOS E PRINCIPAIS RESULTADOS.

As iniciativas de trabalho grupal compartilham fragilidades, entraves, abordagens e passos metodológicos, mesmo estando envoltas, muitas vezes, em uma atuação solo. O cenário observado por meio do diagnóstico revela a necessidade de estruturação e incorporação de mecanismos que assegurem o fortalecimento e a perenidade desses espaços, tanto quanto de instrumentos que possibilitem a apuração dos efeitos causados pela atividade.

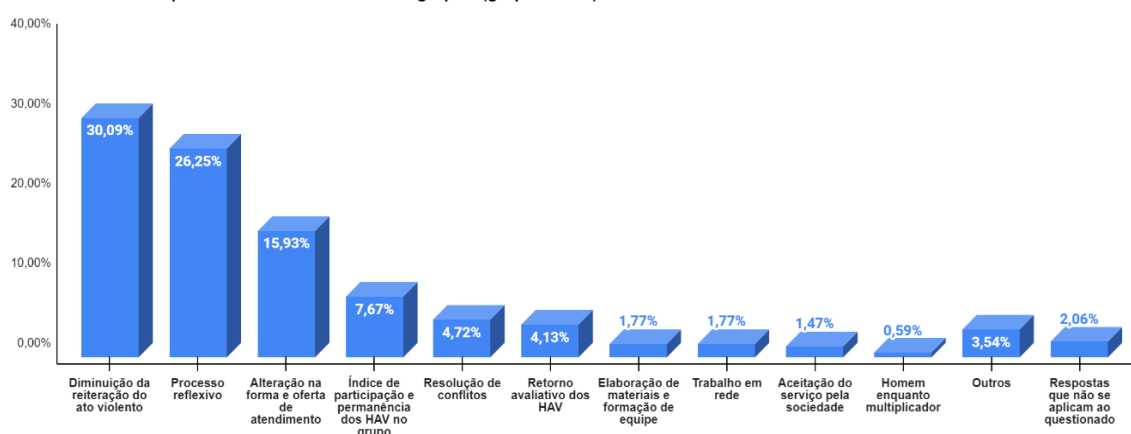
Por esta via, 93% (252 grupos) afirmam contar com algum tipo de instrumento avaliativo, enquanto apenas 7% (19 grupos) não dispõem deste meio. Um resultado expressivo como esse poderia nos sugerir que as atividades estão bem estruturadas no que tange a apreciação do seu trabalho, o que já garantiria uma maior solidez. Contudo, percebemos que o sistema avaliativo ainda se concentra, em grande medida, na percepção dos profissionais atuantes, não contando com ferramentas de análise objetivas e estruturadas, por isso mesmo nos deparamos com informações insuficientes ou vagas. Em todo caso, organizamos os principais resultados elencados, o que já nos garante uma noção sobre o impacto da execução de ações deste porte.

¹⁰ Para aquisição deste montante consideramos os 33,3% (projetos que apesar da pandemia estão em execução mas já foram interrompidos em outro momento) e os 5,8% (interrompidos por causa da pandemia mas também já enfrentou interrupção anteriormente).

¹¹ Total proveniente da soma dos 33,3% dos projetos que estão em funcionamento mesmo com a pandemia (mas já tiveram uma ou mais interrupções) e os 4,3% que nunca enfrentaram paralisações.

Nossa tentativa de organização das respostas livres se concentrou na exposição das ideias centrais de cada manifestação, além de destaques que faremos dando visibilidade às colocações dos/as entrevistados/as. As respostas sistematizadas estabeleceram profundo diálogo entre elas e muitas vezes transitavam por mais de um dos códigos propostos. Por exemplo, o Q42 abordou diferentes perspectivas, tais como “diminuição da reiteração do ato violento”, o “processo reflexivo” no qual este homem está submetido e a sinalização do “trabalho em rede”: *“Diminuição da reincidência em violência contra a mulher; compreensão do papel de gênero na sociedade; desmistificação do ato agressor e a possibilidade de encaminhamentos psicossociais aos agressores, fornecendo atenção integrada às necessidades apresentadas.”*

GRÁFICO 11: Principais resultados das iniciativas grupais (grupos em %)



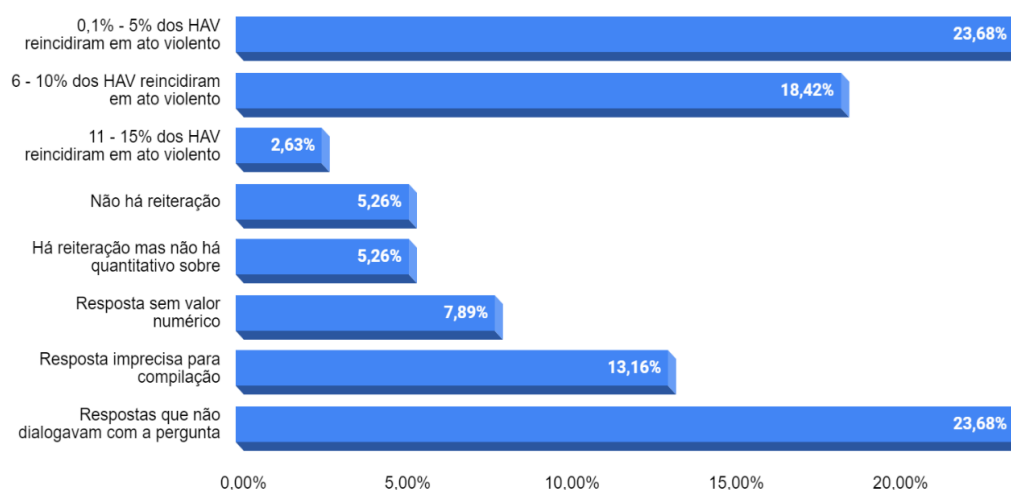
Três perguntas do questionário objetivaram conhecer como a reiteração do ato violento é trabalhada pelas iniciativas. 30,9% (102 grupos) dos respondentes indicaram que priorizam a “diminuição da reiteração do ato violento. Os dados sobre a reiteração apontaram que 74,5% dos grupos afirmaram a possibilidade, contrastando com os outros 25,5% que não conseguem monitorar o ato. Muito provavelmente pela forte presença do judiciário no desenvolvimento dos trabalhos grupais, desses 202 grupos que apreendem informações sobre a prática reiterada (os 74,5% supracitados); 28,9% (183 grupos) se utilizam do “acompanhamento do processo judicial” para obter tais indicativos; seguido pelos 23,1% (146 grupos) do “atendimento à mulher”; 22,7% (144 grupos) por meio de “atendimento aos homens (individual e/ou grupal) e 22,4% (142 grupos) por meio da “busca em registro de Boletim de Ocorrência”. Em 17 grupos (2,6%) ainda observamos a utilização de mecanismos como as “visitas da Patrulha Maria da Penha”, “relato dos familiares” ou a “percepção do rompimento do ciclo de violência contra a

mulher”, este último caso não nos foi possível entender se a informação viria direto do atendimento às mulheres ou dos próprios HAV.

A forma de acompanhamento dos casos de reiteração abriga de forma favorável o que as pesquisadoras Veloso e Natividade ⁽⁵⁶⁾ sinalizam como "valoração do risco", que seria um mecanismo de sistematização, de forma continuada, do comportamento de risco dos HAV para as mulheres. Isso se daria justamente com a utilização de instrumentos como o próprio sistema de justiça e segurança pública (ex: processos judiciais, registros de boletins de ocorrência, etc), atendimento às mulheres em convívio com os participantes e seus familiares, dentre outros aparatos, como fonte de coleta de dados sobre a repetição de episódios de violência cometidos pelos homens atendidos.

Todavia, provocadas à apresentação numérica desta coleta, somente 20 instituições (das 51 que informaram acompanhar os dados sobre a repetição do ato violento dos participantes) expuseram, de fato, valores para essa discussão, ou seja, a existência de tais dados não implica, necessariamente, o acesso a eles. Certamente estamos diante de instrumentos de coleta frágeis, dificuldade no acesso às informações e outros fatores que impedem a análise por parte do serviço participante. Em todo caso, 09 delas indicaram que entre 0,1% e 5% dos HAV reincidiram em ato violento; 07 apontam que de 6 a 10% dos HAV reincidiram em ato violento; uma disse que entre 11 e 15% dos HAV reincidiram em ato violento enquanto outras duas sinalizaram não ter havido reiteração até o presente momento.

GRÁFICO 12: Resultado da apuração da reiteração do ato violento



Com essa exposição, precisamos conferir destaque para a base do gráfico, quando o montante expressivo de 50% das respostas não apresenta nenhum valor numérico, ainda que tenham sinalizado acompanhar a movimentação da reiteração das atitudes violentas dos HAV.

Mesmo assim, os resultados dos trabalhos grupais na sociedade conseguem superar as instabilidades descritas. Para além da verificação da reiteração da atitude violenta, 26,2% (89 grupos) trazem o “processo reflexivo” como importante estratégia para alteração do comportamento violento naturalizado, dialogando com nosso entendimento de ser esse o meio de maior garantia para a construção de relações de gênero mais justas e equitativas. Sobre isso, no Q15 encontramos a seguinte sinalização:

Importância de um grupo reflexivo cujo objetivo não é a punição, mas promover uma reflexão e uma psicoeducação necessária ao processo de reconstrução das relações entre homens e mulheres, em prol de vivências mais igualitárias. Oportunidade de um novo olhar sobre situações antes já conhecidas e rotuladas, ressignificando-as e criando a possibilidade de se fazer escolhas mais assertivas e menos discriminatórias.

Pelo processo reflexivo os homens conseguem subverter ao repertório comportamental extremamente restrito que lhes é imposto em seu processo de socialização, com respostas naturalmente agressivas enquanto tradução de virilidade. Parece-nos ser então, através da prática grupal qualificada, o momento oportuno para os homens insurgirem à lógica posta, junto aos seus pares.

O grupo contribui para um reposicionamento frente ao conflito e uma variação no repertório de respostas a partir do compartilhamento de histórias, estimulando o discurso frente ao encontro de seus pares. Nesse sentido, o ambiente grupal favorece identificações que permitem com que o outro confronte o discurso dos demais participantes, fazendo vacilar uma determinada posição anteriormente apresentada; é fazê-los falar de uma forma que os convoque a responder, permitindo uma possível retificação na posição assumida na relação de conflito – que pode gerar efeitos no enfrentamento destas questões. (Q49)

Interessante notar que os ecos das intervenções não se restringem ao *setting* grupal e aos atores diretamente envolvidos. Um bloco de resultados importantes se forma quando são sinalizadas mudanças, aprimoramentos e estruturações no próprio serviço, como a alteração na forma de oferta de atendimento (15,9%), bem como, 1,7% que destacaram a elaboração de materiais e formação da equipe. Ademais, a inserção da iniciativa na rede de serviços (1,7%) não foi esquecida, tanto quanto, a aceitação do serviço pela sociedade” (1,4%), tendo o próprio homem enquanto multiplicador (0,5%), resultados que podem enunciar uma maior probabilidade de fixação do grupo na sociedade, a partir do reconhecimento da sua importância no enfrentamento da violência contra a mulher.

Os 4,1% (14 grupos) que destacaram o retorno avaliativo dos HAV como fonte de informação para monitoramento dos resultados obtidos, indicam os seguintes aspectos: “As falas, principalmente no momento do encerramento da participação no grupo, o feedback

positivo em uma parcela que fazem questão (sic) de pontuar, o quanto foi significativa a participação no grupo.” (Q5). Conjuntamente à compilação dos retornos no acompanhamento dos homens após encerramento da atividade grupal, também são realizados “... *encontros de acompanhamento com ex-participantes, que foram convidados a comparecer e verbalizar como estavam após os encontros. Houve relatos de melhora nas dinâmicas familiares.*” (Q7) Algumas iniciativas contam também com a fala das mulheres em relacionamento com os HAV participantes do grupo, como apontado pelo Q18: “*Relato das vítimas acerca da mudança de comportamento do autor quando o relacionamento é mantido...*”. Apesar da dificuldade de garantir a adesão dos homens na atividade, o grupo alcança certa aceitabilidade entre eles, a ponto de ser lembrado por 7,6% dos grupos como resultado positivo, o índice de participação e permanência dos HAV no grupo.

Os/as profissionais trouxeram análises positivas do trabalho grupal, colocando-o como estratégico, a partir da compreensão de que o olhar punitivista lançado para o HAV já não mais dá conta de alterar o quadro alarmante de violência contra a mulher.

Acredito que seja de grande colaboração ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, porque os homens são os maiores perpetradores desta violência. Então, nada mais justo que eles trabalhem na solução do fenômeno, através da educação, conscientização e sensibilização. Acredito eu, que isso é transformador. A punição deve existir como último recurso, depois que todas as outras possibilidades sinalizadas pelas medidas protetivas de urgência são adotadas na violência doméstica e familiar contra a mulher. (Q8)

Encontramos também a sinalização do quanto a atividade impacta na redução dos casos de reiteração da atitude violenta, e o quanto essa ocorrência resulta do fato de que, pelos homens estarem inseridos numa dinâmica com pares, o processo de desconstrução coletiva de práticas enraizadas se coloca de forma mais natural e sólida, gerando a percepção de que “*a maioria dos participantes começam a produzir outra atitude, a partir do momento que começam a compreenderem como foram constituídos, libertando-se das cadeias de assujeitamento, do autoritarismo, machismo, disciplinamento e da violência.*”(Q34). Somando-se a esse movimento, o caráter reflexivo das práticas grupais é garantidor da possibilidade de alteração da estrutura societária machista e patriarcal. Essa tônica é defendida em diferentes relatos profissionais, como exposto no questionário 59:

Entendo o Grupo Reflexivo enquanto uma alternativa fundamental para o enfrentamento da violência doméstica. Isso porque é um modo de promover uma mudança cultural, promover uma efetiva apropriação das reflexões sobre igualdade de gênero que desenvolvemos em outros espaços e se configura como um potencial de mudança das relações amorosas, para que não se pautem na violência nas suas mais variadas formas.

Foi sinalizada a necessidade de mecanismos de sustentação dos projetos, incluindo a elaboração de políticas públicas, suporte institucional e financeiro, instrumentos de avaliação e condições que possibilitem a manutenção do calendário apesar de imprevistos, como o da pandemia do coronavírus, que expõe o cenário de incerteza de retorno para os grupos que tiveram suas atividades interrompidas.

É um trabalho desafiador, que requer constante reavaliação das práticas desenvolvidas, buscando estratégias para o aperfeiçoamento da execução e também da avaliação de resultados. Infelizmente, a Pandemia trouxe vários entraves para a sua execução, mas espero que as atividades presenciais possam ser retomadas em breve (Q7).

A percepção da importância dos grupos vem acompanhada do alerta sobre as dificuldades. Em muitas ocasiões a valorização da ação é colocada pelo próprio HAV, numa constância maior, muitas vezes, que a instituição responsável pelo trabalho: *É um trabalho desafiador, sensibilizar os homens a adotarem práticas não violentas e colher depoimentos em que os objetivos foram alcançados, não tem preço. Entretanto, o desafio maior é sensibilizar os gestores públicos da importância deste trabalho. (Q11)* Justamente por isso muitas respostas destacam a necessidade de fortalecer uma rede que abrigue os projetos grupais e confiam suporte a partir de papéis de atuação bem definidos, como traz o Q5:

(...)Necessário se faz o comprometimento de todos, de instâncias governamentais, entidades parceiras e da sociedade civil, na realização de ações que tenham como objetivo central a proteção à mulher e ao mesmo tempo propiciar também o cuidado com o autor da violência.

Um ponto que nos chama atenção é o fato de nenhuma atividade apresentar uma forma longitudinal de avaliação do trabalho. Tal característica não só é recomendada como em alguns estudos há o apontamento específico do tempo adequado, como por exemplo, 15 meses ⁽⁵⁶⁾e isso pode ser feito também a partir do acompanhamento dos homens. A ideia é verificar a consistência do comportamento não violento por parte dos ex-participantes, o que parece já ser um indicativo valioso para os projetos, mas não estruturado na prática.

Ideal seria o proposto por Beiras e Bronz ⁽⁴⁴⁾, ao assinalarem a inserção de monitoramento e avaliação da ação concomitantemente à sua realização. Este procedimento favorece tanto os participantes, promovendo uma reflexão adicional sobre a relevância da atividade e aplicação em sua própria vida, quanto para a equipe facilitadora que poderá adotar

uma postura de aperfeiçoamento constante do trabalho.

De modo geral, podemos perceber lacunas na gerência avaliativa das atividades grupais desenvolvidas no país, o que poderia ser concretizado com a avaliação continuada, quando possível, mediante assessoria externa, documentação atualizada e mecanismos de controle de qualidade da intervenção.⁽⁵⁶⁾ Em todo caso, a questão da avaliação dos projetos grupais é apontada como fundamental e, por isso mesmo, colocada como a principal dificuldade a ser superada)^(4, 55, 56). Inclusive, na América Latina, a autoavaliação é o mecanismo avaliativo mais utilizado, mesmo sendo de baixa confiabilidade^(55, 57).

Este diagnóstico traz um nítido retrato da situação dos grupos com os HAV em todo o país, porém mais do que isso, ele possibilita o conhecimento quantitativo de apontamentos já colocados pela literatura, como os hiatos presentes nesse campo, evidenciados pelas pesquisadoras Toneli ⁽⁴⁾, Veloso e Natividade ⁽⁵⁶⁾, com observação do seguinte extrato da última publicação:

(...)a falta de discussão e produção acerca dos referenciais teóricos (e políticos) que embasarão as intervenções; das metodologias de intervenção; da forma de adesão e encaminhamento dos homens autores aos programas; da composição, capacitação e formação dos profissionais que atuarão nesse campo; da inserção desses programas em redes de enfrentamento à violência contra as mulheres; e principalmente, acerca da forma de avaliação e monitoramento da eficácia desses serviços. (p.46)

A avaliação estruturada dessas ações possibilitará a consolidação, aperfeiçoamento e expansão de projetos de atendimento grupal aos HAV, assegurando às mulheres em situação de violência e à sociedade os benefícios provenientes da inserção dos homens nesses projetos.

Se esta pesquisa constatou que as dificuldades são similares, independente da região do país, por outro lado, demonstrou o compromisso dos atores e atrizes com uma prática que não se acomoda com o que está posto. Um dos impasses mais destacados foi a ausência de políticas públicas e material normativo para execução das atividades, sendo na práxis que se movimentam meios de subverter o próprio cenário. Então, parece-nos salutar o depoimento de uma entrevistada que participou como coautora dos guias prático e teórico para a formação e condução dos grupos para os autores de violência contra as mulheres, lançados pelo Tribunal de Justiça do Paraná^(58, 59). Ela indica assim os trabalhos grupais do país como potências geradoras de ecos que infiltram nas diferentes formas de violências, sejam elas institucionais ou sociais, e se apresentam enquanto um caminho qualificado para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica contra a mulher exigem uma dupla entrada de atuação: abordagem reflexiva e perspectiva de gênero. Uma abordagem reflexiva significa privilegiar conteúdos, dinâmicas, espaços físicos e outros elementos que facilitem a troca, a exposição, o contato e a elaboração coletivas. Isso inclui afastar-se tanto de modelos terapêuticos (que pressupõem a violência como conteúdo patológico) quanto modelos educativos (que entendem violência como falta de informações) e compreender que, apesar de estarem ali por atitudes parecidas, cada participante pode ter percepções muito diversas sobre as dinâmicas da violência, sendo que a (des)construção coletiva desses sentidos, com amparo em uma perspectiva de gênero, contribui para uma mudança mais profunda em termos de representações de si e da própria realidade (...) (Q19)

A realização da pesquisa gerou expectativas, como é o caso do exposto no Q01: *“Destacamos que este estudo contribuirá para identificar ações que estão sendo desenvolvidas pelo país; dará respaldo para gestores incluírem como projeto de governo, estruturando serviços e equipes que contemplem o atendimento aos homens.”* Mais do que uma valorização da iniciativa, essa fala expõe a necessidade de reconhecimento, aporte institucional e perenidade das ações grupais com os homens autores de violência e, dentre tantos meios, a produção de conhecimento sobre o tema em grupos em pesquisas mostra-se como uma importante estratégia.

PARTE IV

ANÁLISE CRÍTICA DO GRUPO REFLEXIVO DE GÊNERO "ESPAÇO FALA HOMEM".

4.1 CENÁRIO DE ESTUDO

Os centros de referência são estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar, psicológico, social, jurídico, de orientação e informação à mulher em situação de violência. Funcionam como porta de entrada da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, segundo a norma técnica de uniformização dos Centros Especializados de Atendimento às Mulheres⁽⁶⁴⁾.

Este tipo de serviço começou a ser oferecido na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, no ano de 2006, sendo o único que até hoje não teve suas atividades interrompidas no Estado. Seu reconhecimento e consolidação no cenário capixaba facilitou a criação, execução

e propagação de atividades desenvolvidas para além do atendimento à mulher em situação de violência, viabilizando no Centro de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CRAMSV) o início do atendimento à outra parte. Após o acolhimento, e identificadas as demandas iniciais, uma das possibilidades na continuação do atendimento da mulher é o convite para atendimento da outra parte envolvida na situação, podendo ser esta o/a suposto/a agressor/a ou agressor/a.¹²

Neste histórico de atendimento ao HAV, a equipe técnica procurou lançar um olhar diferenciado sobre o ato violento, sem julgar culpados ou inocentes, com o intuito de romper com a situação de violência, entendendo que o seu enfrentamento não deve ser focado em apenas um lado e, sim, na relação estabelecida pelas pessoas, em suas práticas cotidianas e na cultura. Quando da realização deste atendimento, a segurança da mulher e das profissionais deve ser considerada em todos os procedimentos adotados e tal oferta é realizada com toda a responsabilidade técnica e com o foco na mulher em situação de violência, tratando-se de uma abordagem de cunho educativo e responsabilizador.

Desde sua origem, o grupo reflexivo com autores e supostos autores de violência¹³ no CRAMSV foi marcado pela responsabilidade técnica e a preocupação de observar o contexto específico dos atendimentos. Neste momento, a discussão entre as equipes psicossociais da 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica - com funcionamento no mesmo prédio do centro de referência - e do CRAMSV apontava para a repetição de atendimentos realizados a diferentes mulheres em situação de violência tendo como autor o mesmo agressor.

Ora, as intervenções pontuais e muitas vezes focalizadas nas mulheres e numa lógica estritamente punitivista com os autores e/ou suposto autor de violência, não davam conta de responder eficazmente à necessidade de desconstrução de uma lógica misógina naturalizada em nossa sociedade. Por esta via, mesmo se houvesse o rompimento da relação violenta - feito este não representativo quantitativamente quando nos deparamos com as dependências atuantes

¹² Invariavelmente considerava-se “atendimento à outra parte” pessoas que, por indicação da mulher em situação de violência atendida, também pudessem contribuir para a aceleração de intervenção no quadro de violência, podendo também serem sensibilizadas em atendimento a rede de referência desta mulher. Obviamente que, respeitando a abordagem deste projeto vou me ater ao raciocínio sobre OS homens contemplados nesta modalidade de atendimento.

¹³ Aqui exponho que a utilização das expressões “agressor ou suposto agressor” se origina a partir do indicativo de que para o homem ser considerado agressor este deverá estar em atendimento na rede de responsabilização, como é o caso das Delegacias, Varas e Promotorias Especializadas. Tendo em vista que o CRAMSV realiza seus atendimentos independente do registro formal de denúncia, não estando então, necessariamente, o homem inserido na rede de responsabilização, é indicado o uso do termo “suposto agressor”. Tão somente por isso e se valendo da observância da extrema importância de um centro de referência assim se manter, entendendo que a mulher muitas vezes precisa ser instrumentalizada e fortalecida até mesmo para dar início à utilização da rede de responsabilização.

na situação - não havia a garantia que este homem não repetisse as atitudes violentas em outro relacionamento que viesse a constituir, dada a lógica de naturalização das práticas violentas. O projeto de atendimento grupal no Estado do Espírito Santo teve um caráter pioneiro, ao organizar uma intervenção com os HAV a partir dessa compreensão. Desde junho de 2013 é o CRAMSV, em parceria com a equipe psicossocial da 1ª Vara Especializada em Violência Doméstica, que realiza os encontros temáticos com os participantes encaminhados pelos dois setores, no “Grupo Reflexivo de Gênero: Espaço Fala Homem” (EFH). Inegavelmente, tal pioneirismo oportunizou algumas entradas interessantes na construção de uma lógica de enfrentamento à cultura patriarcal no cenário capixaba, mas também se manifestou como certo desamparo e desconfiança para atividades do porte.

Na época de implantação do EFH, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicada⁽⁹⁾ registrou a taxa de homicídio de mulheres no Estado em 11,24 por 100 mil habitantes, enquanto a taxa da média nacional ficou 5,82/100 mil, metade da capixaba. Ainda se observou o destaque para a liderança da cidade de Vitória como a capital de maior índice de homicídios de mulheres do país, representando o triplo da média nacional entre capitais.

A cultura patriarcal está presente na capital do Espírito Santo desde o Brasil Colonial. No final do século XIX e início do Século XX esta concepção foi reforçada pela chegada de imigrantes italianos, alemães e árabes assentados em uma cultura predominantemente machista, trazida de seus países de origem. É necessário destacar tal quadro sócio cultural que abrigará o desenvolvimento de um projeto como o EFH, com um trabalho direcionado à desnaturalização de um conteúdo que se mescla com a própria constituição identitária da sociedade capixaba. Passados oito anos desde sua implantação, torna-se mister uma avaliação do percurso do projeto, como também, da condução dos encontros realizados com os HAV, já que este trabalho se consolidou no estado como referência para elaboração de outras atividades e abordagens com os homens inseridos na rede de proteção à mulher¹⁴.

O encaminhamento dos homens para o grupo se dá a partir da avaliação da equipe psicossocial do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMSV) da Prefeitura Municipal de Vitória, como também, da equipe psicossocial da 1ª

¹⁴ Sinalizo em destaque o projeto implantado pela Polícia Civil do estado, “Homem que é Homem”. Desde 2015, a partir de uma metodologia que se diferencia do EFH na condução dos encontros e na forma de encaminhamento, o projeto buscou uma consultoria para sua implantação junto à equipe técnica do CRAMSV. Ainda sobre, encontra-se em fase de estudo, pelo Ministério Público do ES, por meio do seu Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica (NEVID) uma possível atuação também com os HAV.

Vara Especializada em Violência Doméstica, por meio da aplicação da Lei Maria da Penha.¹⁵ Destacamos ainda a possibilidade de encaminhamento judicial por parte da Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada, uma vez que para alguns casos o direcionamento foi feito no ato de expedição da Medida Protetiva. Dessa forma, a participação dos encontros pode ser por determinação judicial ou voluntária.

A partir de agosto de 2016 observou-se uma alteração na periodicidade de execução da atividade e no aceite de novos componentes. Até então os encontros eram semanais, com a realização de um grupo fechado. Os integrantes que iniciavam as atividades eram os mesmos autorizados a participarem dos demais encontros. Foi em 2016 que os encontros passaram a ser quinzenais e o grupo tornou-se aberto, desde que os homens encaminhados participassem de no mínimo 04 encontros.

Também percebemos certa preocupação da equipe de facilitadores/as, formada por psicólogos/as e assistentes sociais do CRAMSV e da 1ª Vara, para que a dinâmica do trabalho se afastasse ao máximo do caráter de “palestra”. Assim, em cada encontro eram utilizados deflagrações de conversa para iniciar a discussão sobre o tema do dia. Tais provocações giravam em torno de dinâmicas grupais, recursos audiovisuais ou outras possibilidades provenientes da própria identidade grupal já estabelecida, ou seja, aquele tipo de atividade e manejo para o qual o grupo melhor respondesse.

A equipe do CRAMSV não teve nenhum estímulo institucional para realização do projeto. Há sempre um lado positivo neste quadro pois possibilitou maior liberdade para o planejamento da atividade. Todavia, é preocupante a experiência de executar algo sem suporte financeiro, processo formativo para a equipe técnica sem deixar a desejar na execução das demais atividades institucionalmente conferidas ao centro de referência. Obviamente que este cenário pouco favorável irá apresentar importantes consequências em sua execução, fato devidamente observado no material enviado para esta análise.

4.2. METODOLOGIA

4.2.1 Fonte de dados

¹⁵ Salienta-se que, diferentemente dos homens enviados pela Vara Especializada, os participantes encaminhados pelo Centro de Referência não necessariamente estão respondendo a processo proveniente da aplicação da Lei Maria da Penha. Isso se faz possível a partir do caráter de um Centro de Referência, cujo vínculo de atendimento não precisa estar atrelado obrigatoriamente à rede de responsabilização, a saber, Delegacias, Promotorias e Varas especializadas. Todavia, observamos que a grande maioria dos participantes do projeto EFH advém do encaminhamento da Vara Especializada.

A análise crítica do atendimento aos HAV doméstica e familiar contra as mulheres realizado no Grupo Reflexivo de Gênero: Espaço ‘Fala Homem foi realizada por meio de pesquisa documental nos relatórios de registro de cada encontro grupal, elaborados pela equipe do CRAMSV. A pesquisa documental valoriza e aprecia a utilização dos documentos e o que deles se pode extrair e “[...] favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros”⁽⁶⁵⁾

Seguimos as etapas evidenciadas por Cellard⁽⁶⁵⁾ para a realização da pesquisa documental. A 1ª Etapa, de análise preliminar, consistiu na avaliação crítica do documento levantado, a partir da qual desdobraram-se as seguintes subetapas atendidas na forma de: levantamento sobre o contexto de origem dos documentos; reconhecimento dos autores(as); e reconhecimento da natureza do texto, sua autenticidade e confiabilidade. Na 2ª etapa o processo de análise foi efetivado, com o objetivo de desenvolver uma interpretação coerente e em diálogo com a temática e questionamento inicial.

A metodologia do EFH inclui a confecção de relatórios ao final de cada encontro realizado e, a partir dos mesmos, são avaliadas possibilidades de elaboração da próxima reunião do grupo. Assim, o processo de análise se debruçou nos 61 relatórios enviados pela coordenação do serviço, elaborados a partir das 64 reuniões grupais, divididas em 13 turmas, abrangendo o período de 2013 a 2018. É possível identificar melhor a distribuição do material e da participação dos 153 homens no quadro abaixo.

Quadro 09: Distribuição do material analisado.

Ano de referência	Turma	Público alcançado	Nº de encontros (sessões)	Nº de relatórios registrados
2013	1ª turma	21 participantes	05 encontros	05 relatórios
2013	2ª turma	17 participantes	06 encontros	05 relatórios*

2013	3^a turma	11 participantes	06 encontros	06 relatórios
2014	4^a turma	19 participantes	06 encontros	06 relatórios
2014	5^a turma	08 participantes	05 encontros	05 relatórios
	5.1 turma ** (Mulheres denunciantes dos participantes)	02 participantes	01 encontro	01 relatórios
	5.2 turma ** (Após 02 meses grupo de retorno dos participantes)	03 participantes	01 encontro	01 relatórios
2015	6^a turma	07 participantes	06 encontros	06 relatórios
2016	7^a turma	08 participantes	04 encontros	04 relatórios
2016	8^a turma	08 participantes	03 encontros	03 relatórios
2017	9^a turma	06 participantes	04 encontros	05 relatórios*
2017	10^a turma	04 participantes	04 encontros	04 relatórios

2017	11^a turma	13 participantes	04 encontros	03 relatórios*
2017	12^a turma	16 participantes	04 encontros	04 relatórios
2018	13^a turma	10 participantes	05 encontros	03 relatórios*
Total	13 turmas realizadas	153 participantes	64 encontros	61 relatórios

* Destaque conferido para o fato já sinalizado de não possuímos um integral registro dos encontros, todavia, reiteramos a observância de ainda estarmos diante de um material representativo para análise.

** *Observar que se trata do único encontro deste molde realizado em todo o projeto do EFH*

4.3. ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Passamos agora para o reconhecimento de informações importantes apuradas no material no que tange a organização do grupo reflexivo em tela.

4.3.1. Sobre a qualidade do preenchimento dos relatórios:

A partir do material adquirido foi possível verificar uma diversidade de formatos na elaboração dos relatórios. Por conta disso, para melhor apreensão e organização do corpus da pesquisa, qualificamos o preenchimento com a seguinte legenda:

- “Registro satisfatório”: Relatório que apresenta informações metodológicas, interatividade do grupo ou falas dos participantes, avaliação da equipe, quantitativo de participantes, tema abordado e atividade realizada;
- “Registro Regular”: Relatório que apresenta o quantitativo de participantes, tema abordado, atividade realizada e informações metodológicas, mas nenhum

registro sobre a interatividade ou falas dos participantes e pouca ou nenhuma avaliação da equipe;

- “Registro Insuficiente”: Relatório que cita o quantitativo de participantes, tema abordado e a atividade realizada e, por fim;
- “Registro Inexistente”: Relatório que expõe tão somente o quantitativo de participantes ou tema abordado.

Assim, foi possível notar que apenas o ano de 2018 (01 turma realizada com 05 encontros) alcançou o patamar “satisfatório”, enquanto os demais anos expuseram, em sua maioria, registros “Regulares” (2013, 2014 e 2017) e “Insuficientes” (2015 e 2016). Alguns fatores podem ter influenciado esta diversidade dos registros, tais como: a inexistência de um modelo de confecção de relatórios a ser seguido e a alteridade das duplas de facilitadoras/es, sendo que cada uma executava uma forma de registro própria.

Inicialmente o projeto garantia os/as mesmos/as profissionais de referência por turma realizada, de forma que todos os encontros eram conduzidos pelos/as mesmos/as facilitadores/as. Este quadro foi alterado no ano de 2015, quando o EFH passou a contar com duplas diferentes por tema trabalhado. Hipoteticamente funcionava da seguinte forma: uma dupla responsável pelo encontro “Lei Maria da Penha”, outra por “Comunicação não violenta” e assim por diante.

Tal modificação foi necessária pela sobrecarga das equipes envolvidas, uma vez que o projeto era desenvolvido como um trabalho a mais, em relação ao atendimento psicossocial já realizado pelo CRAMSV e pela equipe da Vara Especializada. Com essa modificação, os/as profissionais garantiam o espaçamento das suas atuações na atividade grupal (não ficando então um a dois meses responsáveis integralmente pelas atividades grupais), assegurando de certa forma a própria continuidade do projeto.

Valendo-me da minha inserção enquanto coordenadora do CRAMSV na época desta alteração, evidencio que não considerávamos essa mudança como a mais pertinente a ser adotada para o EFH. No entanto, neste momento o foco das equipes pairava na defesa da manutenção da atividade, pois havia um alto fluxo de tarefas a serem executadas, o que gerou indisposição para mais este acúmulo, tendo em vista que o trabalho grupal era uma iniciativa das próprias equipes e, mesmo com toda relevância, não contava com incentivo específico da Prefeitura de Vitória e do Tribunal de Justiça.

Era de extrema importância que o projeto seguisse em pleno funcionamento. Seus efeitos positivos destacam-se, presentes no retorno que obtinha dos envolvidos diretamente

com a intervenção (os homens), assim como das pessoas envolvidas indiretamente (mulheres que permaneciam em relacionamento com os homens atendidos, da própria sociedade a partir da repercussão midiática, etc.). Além disso, as próprias equipes declaravam a relevância da sua atuação no grupo como estratégia de refinamento da clínica oferecida às/aos munícipes atendidas/os nos setores.

4.3.2. Temas abordados:

A alteridade das duplas da equipe facilitadora parece ter exercido impacto direto na escolha dos assuntos trabalhados. Não consta nos registros um mecanismo de escolha das temáticas, a não ser pela própria experiência na atuação com os homens e também a proximidade do/a técnico/a com o tópico a ser abordado. Não observamos também uma padronização da nomenclatura dos temas, ou sugestões semelhantes para aqueles encontros que, mesmo com alteração da metodologia ou da dupla de facilitadores/as, abarcariam a mesma discussão. Nota-se assuntos similares mas com registros diversos de identificação, por exemplo: “Violência Doméstica” x “Lei Maria da Penha” x “Violência Doméstica e Lei Maria da Penha” e “Masculinidades” x “Produção social dos papéis masculinos”, dentre outras.

O EFH demonstrava uma flexibilidade considerável para a escolha dos temas a partir da demanda dos próprios participantes, isso porque, por vezes a seleção do assunto a ser abordado no próximo encontro era feita a partir do que foi de maior destaque na reunião grupal anterior. Essa característica parece ser interessante e eficaz para aproximar o trabalho grupal das realidades dos sujeitos, abordando conteúdos que estavam mobilizando o discurso daquele grupo. Por outro lado, impossibilitou a garantia de que os participantes, em toda execução do projeto, vivenciassem o mesmo catálogo formativo.

Mesmo assim, pode-se destacar que a modalidade temática de maior registro foi a de gênero (7 encontros), seguida por comunicação não violenta (4 encontros) e Lei Maria da Penha (3 encontros). Entretanto, seria possível a alteração desse ranking caso considerássemos tão somente as dinâmicas, discussões e registros dos encontros e abrissemos mão da nomenclatura utilizada pelas/os facilitadoras/es. Os encontros nomeados como acolhimento (3) em muito se assemelham ao executado nos encontros com a modalidade de gênero ou Lei Maria da Penha, bem como, os de violência doméstica e Lei Maria da Penha (2) contemplam o que também foi trabalhado no encontro Lei Maria da Penha, por exemplo. Não cabe à pesquisa aproximar e/ou alterar a identificação utilizada pelas equipes para fins de contabilidade dos tópicos trabalhados

com os HAV. Contudo, destaca-se a fragilidade do preenchimento do relatório, e também da matéria abordada em cada reunião grupal, haja vista que em grande maioria dos encontros os relatórios registram como temática “nada consta” (em 22 relatórios) o que significa dizer que não houve o registro do tema trabalhado pelo grupo. Mesmo com a falta dessas informações, alguns relatórios traziam outros aspectos do encontro, que facilitaram o enquadre nas demais categorias.

4.3.3. Reunião realizada com as mulheres:

O ano de 2014 abrigou uma peculiaridade na execução do EFH: encontro realizado com as mulheres que estavam em relacionamento com os homens atendidos no grupo. O objetivo era, a partir dos relatos das mulheres, entender como os homens se relacionavam e qual a repercussão do trabalho grupal na vida do casal. Tratava-se então de um encontro de trocas de vivências, mas também com um teor avaliativo da própria atividade com os HAV. A equipe não tratou tal momento como uma “terapia de casal” (comumente solicitada por ambas as partes), como se pode verificar no registro do relatório deste encontro, as mulheres se valeram de discursos que circulavam suas experiências no casamento e maternidade. Sobre isso, caberá uma reflexão mais apurada sobre a diferença de atividade grupal realizada com homens e a atividade realizada com mulheres.

Garantir a aproximação do projeto grupal com as mulheres atendidas é algo indicado pela literatura. Ações isoladas com os homens, que não incluem atendimentos às mulheres, são questionadas, pois é necessário que as mulheres sejam devidamente informadas sobre os objetivos da intervenção com os HAV, suas limitações e, inclusive, as possíveis *"manipulações que os homens poderão tentar exercer a partir do discurso de participação nos programas"*(p.52) ⁽⁵⁶⁾ Nos registros encontramos apenas uma única experiência deste atendimento com o público feminino no EFH. O encontro com as mulheres foi pautado pela vivência do que é ser mulher numa sociedade patriarcal, ratificando essa existência a partir do funcionamento dos dispositivos “amoroso” e “materno” ⁽³³⁾ que será melhor evidenciado mais adiante na exposição das categorias de análise do material. Por outro lado, nos encontros realizados com os homens, observa-se uma variedade de assuntos, porque mesmo que estes tenham circulado sobre o que é “ser homem” em nossa sociedade, até abordando o relacionamento amoroso e paternidade, o foco permanece neles, os homens. Totalmente

diferente das falas das mulheres, cuja priorização está sempre no outro, seja este outro o homem ou filho/a (s).

Também foi no ano de 2014 a única vez que se registrou reunião grupal na modalidade “reencontro”. A ideia foi a realização de encontro com os mesmos participantes após dois meses de encerramento da turma, com o objetivo de *“dar um retorno sobre o andamento dos processos”* dos homens, conforme consta no relatório disponibilizado pela equipe do CRAMSV. Aqui, quero novamente me utilizar da minha participação enquanto coordenadora. Tanto o encontro com as mulheres, quanto o “reencontro” eram almejados pela equipe como uma estratégia permanente para o EFH, também como forma de avaliação da atividade grupal. Sobre o encontro pontual com as mulheres, as/os facilitadoras/es ainda evidenciam em seu registro que *“a intenção era verificar com as próprias mulheres como a inserção dos homens no trabalho grupal estava repercutindo em suas condutas”*.

Apesar de a equipe avaliar positivamente tais encontros, não se nota outras realizações dos mesmos nem o motivo da não continuidade nos relatórios analisados. Todavia, podemos destacar algumas razões com base em minha inserção na experiência e também no levantamento bibliográfico sobre os trabalhos grupais com os HAV em todo o país, que destacou dificuldades como: ausência de estrutura para realização da atividade por parte do poder público; fluxo de demanda de serviço alta e não incentivo para formação de equipe exclusiva para execução da atividade grupal. Estes aspectos revelaram-se como verdadeiros entraves para o refinamento da atividade e para possíveis desdobramentos interessantes a serem executados dentro do projeto. Vale ressaltar ainda que, o baixo índice de adesão nos dois momentos (02 participantes no encontro com as mulheres e 03 homens no “reencontro”) não foi um obstáculo para repetição da metodologia realizada, mas sim, os motivos supracitados, uma vez que em trabalhos deste porte o foco prioritário permanece na qualidade e ecos das reflexões provocadas e não no quantitativo de pessoas atendidas.

4.3.4. Avaliação da atividade:

Não foi identificado nenhum instrumento de avaliação do projeto, e sim, tentativas. Isso porque, até o ano de 2015 houve a sinalização da aplicação do “Pré-teste”, um questionário contendo perguntas em formato de situações hipotéticas para os homens sinalizarem qual seria a sua reação em cada quadro. A ideia então seria garantir a aplicação do “Pós - Teste” com as mesmas perguntas e verificar a possível alteração de comportamento dos homens frente as

simulações após passarem pelo processo reflexivo provocado com a atividade grupal. Todavia, não observamos em nenhum ano a execução integral desta etapa, muitas vezes faltando a aplicação de uma das duas modalidades, a não exposição do cruzamento das informações das duas aplicações ou até mesmo nenhuma aplicação do Pré ou Pós- teste.

Sobre isso, a única observação em relatório por parte da equipe referiu-se à fragilidade do instrumento utilizado ao dificultar a participação de um homem “*sem habilidade de leitura*”, no ano de 2013. No registro há a sinalização que o participante recebeu auxílio de um dos facilitadores, contudo, não mais “*retornou para novos encontros*”. Não há nenhuma menção de possível relação deste fato com o não retorno do integrante. Dessa forma, fica perceptível que a avaliação do projeto se restringiu à percepção da própria equipe e às falas dos participantes.

4.3.5 Análise dos dados

Após abordarmos a organização metodológica do EFH, apresentaremos os agrupamentos temáticos elaborados a partir da leitura atenta de todos os 61 relatórios enviados, para então estabelecermos o diálogo entre a produção literária e o que se observa na prática com os autores de violência por meio de um grupo reflexivo. Mesmo sem o início da análise do material, já esperávamos nos deparar com algumas possibilidades de categorização dos destaques extraídos, considerando os apontamentos observados na revisão de literatura pertinente aos trabalhos realizados com os HAV. Por exemplo, é comum a reivindicação pelos homens de uma legislação que os proteja - “a Lei João”, bem como, extratos que tratem sobre “traição”, “casamento”, “guarda do/a (s) filho/a (s)”, “ciúmes”, justificativas para as atitudes violentas, dentre outras prováveis categorias. Embasamos a análise na reflexão da professora Zanello ⁽³³⁾ que versa sobre os caminhos distintos de subjetivação de homens e mulheres em nossa sociedade, a partir da atuação dos “dispositivo materno”, “dispositivo amoroso” e “dispositivo da eficácia”, bem como a conferência com demais estudos da grande área das Masculinidades.

Tais expectativas foram contempladas e para sua devida apresentação, propomos a organização em cinco categorias distintas e os agrupamentos que irão compô-las, a saber:

Categoria 1: O homem e o ato violento

Categoria 2: Como o homem vivencia a rede de responsabilização

Categoria 3: Processo de subjetivação de homens e mulheres

Categoria 4: Lealdade entre os homens

Categoria 5: Considerações sobre a atividade grupal

4.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.4.1. Categoria 1: O homem e o ato violento

Para o caminhar de discussão desta primeira categoria nos valeremos de estudos que auxiliem na reflexão sobre aquilo que agrupamos em torno da “**Desresponsabilização do homem**”, “**Responsabilização da/o outra/a**”, “**Injustiçado**” e “**Papel de vítima**”. Tais reflexões consideram a dificuldade ou recusa do HAV perceber-se como agente de atitudes violentas, e sua tendência de transferir tal responsabilidade para outra pessoa, colocando-se como vítima do processo violento, o que evidencia que não se implica no processo de responsabilização.

Nesta direção, temos tanto falas dos próprios participantes como: “*Nós homens nunca temos razão*”; “*porque o caso ainda não foi solucionado e porque ele ainda está preso. Violência está sendo feita contra o Bruno!*” (Em referência ao caso do goleiro Bruno), quanto aos registros pertinentes da própria equipe: “*em geral não se reconhecem como agressores e se vêem como injustiçados*”; “*(...) Em seus diálogos sempre culpabilizavam a mulher chegaram a sugerir que as mulheres participassem do grupo.*”

Aliás, fazer menção ao feminicídio cometido pelo goleiro Bruno não é exclusividade do EFH. Entendendo o quão estratégico seria adentrar na "casa dos homens" a partir do funcionamento de grupo de whatsapp exclusivamente masculino, a pesquisadora Zanello⁽⁶⁶⁾ expõe que, como em qualquer grupo de homens, a liga permanece: objetificação das mulheres e a constante avaliação destas, ojeriza à homossexualidade e a virilidade masculina determinante. Tudo isso devidamente orquestrado por silêncios e cumplicidade entre os homens. Neste *setting*, também houve o compartilhamento de uma foto do goleiro com uma nova namorada, associando-a a outro retrato com uma fila de cachorros aguardando o despecho da história⁽⁶⁶⁾. É a resposta coletiva que se dá à violência contra a mulher: o riso. Em todo caso, estruturar esta categoria é se colocar em diálogo com demais estudos que se debruçam no acompanhamento de homens autores de violência e observam tal dinâmica, como ratificado por Madureira e demais pesquisadoras⁽⁶⁷⁾:

Os homens acusados de violência contra as mulheres sentem-se injustiçados e vítimas das ex-companheiras, do sistema e da lei, mesmo assumindo suas atitudes. Há queixas quanto à injustiça, ao rigor em relação ao ato cometido e à certeza de que os atos cometidos deveriam ser vingados por terem sido acusados por algo que não fizeram, ou que não fizeram da maneira que foi descrito no boletim de ocorrência. Há até a explicação de que a culpa é da mulher. (p. 5)

Estudos como os de Saffioti⁽³⁾, Welzer – Lang⁽¹⁹⁾ e Zanello⁽³³⁾ relatam a violência como um pilar da socialização masculina desde a infância, quando emoções e sentimentos têm de ser reprimidos, feito que limita o cardápio comportamental do homem que se manifestará pelas vias agressivas, principalmente em relacionamentos com o gênero oposto. É esta naturalização do comportamento violento masculino que explica a não percepção pelo homem de suas atitudes como agressivas. A (auto)desresponsabilização configura-se como um desafio a ser enfrentado para alteração do quadro de violência.

A figura do homem criminoso como aquele que mata, bebe, assalta e se droga, associa-se com facilidade à figura do macho corajoso, dono de sua vontade e capaz de impô-la. É a ideia trazida por Machado⁽³²⁾ como o “macho social”, centrada no simbólico masculino como aquele que tem a iniciativa e a impõe no campo social. Nos relatórios encontramos a percepção da equipe quando os homens tendem a se deslocar de qualquer proposta que o faça questionar todo o repertório conquistado por ser verdadeiramente macho: *“Eles não entendiam o porquê de estarem ali, a maioria se identificou como trabalhadores, bons pais de família, pessoas extrovertidas”*, e, por isso mesmo, são convincentemente empurrados para a vivência da injustiça: *“O grupo apresentou relatos sentindo-se injustiçado por responder a processos relacionados a Lei Maria da Penha, pois a grande maioria não se enxergava como agressor”*, *“(...)inclusive um dos participantes assim como outros diz que se sentia injustiçado e constrangido de estar ali portando uma medida protetiva que os identificava como pessoas agressivas(...)”*. Desta forma, demonstram compreender-se cumprindo com o seu papel de homem, o erro que identificam não é ônus deles, ainda mais no que tange relacionamentos afetivos, socialmente atribuídos como responsabilidade feminina: *“De maneira geral, eles se percebem calmos e fáceis de lidar, atribuindo às ex-companheiras a causa de todas as brigas, portanto foi necessário sensibilizá-los no sentido de perceber sua participação e responsabilidade nos conflitos”*. Quando esses argumentos falham, transferem a responsabilidade se aliançando com o senso comum de que a mulher apanha “porque quer”,

“porque gosta”, com o acréscimo da desqualificação do outro: *“a mulher que continua num relacionamento [sabendo que o cara é agressivo] é burra”*.

Também nesta categoria observamos a ação violenta e alguns manejos comumente adotados pelo HAV e corroborados pela própria sociedade, quando nos valermos de falas que abordam a **“Naturalização da violência”, “Justificativas” e “Hierarquização do ato violento”**. Esta, escancara a prática danosa de se nivelar as violências como menos ou mais prejudiciais, com a tendência de se considerar como mais danosas a violência física e a sexual, o que não deixa de ser um percurso muito atrelado ao ato de justificar e encarar as ações violentas enquanto naturais.

No atendimento prestado às mulheres em situação de violência comumente nos deparamos com uma extensa lista de justificativas que garantem a permanência desta na situação violenta. Filhos/as envolvidos/as, o fato da agressão só se presentificar quando do uso de alguma substância, alguma alteração social desfavorável, como o desemprego, dentre outras que fixam a mulher nessa percepção da violência como algo transitório e, já que assim se entende, mais fácil seria o desenvolvimento de mecanismos para “aguentar” a realidade, cenário extremamente propício para a naturalização da violência.

A ação da mulher não é solitária, ela se insere numa sociedade que se movimenta exatamente na mesma lógica, afinal, sua existência é inerente à ocupação pré determinada dos lugares do feminino e do masculino. A intensidade dessa mobilização é orquestrada pelas relações de poder, maquiadas com a dinâmica da hierarquização das violências, mecanismos que pautam os limites falseados do que é aceitável, garantem a omissão ou regulam a intensidade de enfrentamento àquilo que se julga como inadmissível. Sobre isso, decifrar o que se acata ou não, parte da compreensão do que se quer dominar.

Por essa via, a sociedade se utiliza da naturalização da violência como forma de manutenção do seu status quo, enquanto a mulher a utiliza por uma questão de sobrevivência. É ela que precisa dar conta de meios para garantir a sua própria existência numa situação em que sua saída implica, possivelmente, na sua própria eliminação.

Neste contexto, ao homem agressor não resta, necessariamente, a repreensão pelos atos cometidos em si, mas a expertise de entender os mecanismos em voga para também lançar mão de justificativas capazes de negociar e amortizar sua responsabilização. Por isso mesmo a equipe nota constantemente que *“a todo o tempo os participantes desejavam justificar seu ato de violência doméstica.”*

Este jogo tende a naturalizar os posicionamentos masculinos, como quando o participante afirma que: *“O homem só faz isso com a mulher, quando está cansado dela”*, ou ainda, na exposição da equipe: *“ao tentar entrar no tema da violência psicológica, T. relatou que não entendia o medo que a ex- esposa sentia dele mesmo convivendo com ele por 12 anos. Relatou que nunca houve grandes brigas entre o casal, e que queria protegê-la de certas amigas que não julgava ser certas”*. A durabilidade de um casamento é utilizada como justificativa de um bom relacionamento, o que nos remete à inserção do matrimônio na lógica de uma sociedade patriarcal.

Na construção social de gênero moderna, a conjugalidade denota um lugar privilegiado que pressupõe o exercício da sexualidade, coabitação e reprodução familiar. Tem-se, também por essa via, a permanência da relação amorosa como o âmago da construção hegemônica da subjetividade feminina. Nesta lógica poderíamos considerar o casamento como um fator de proteção para as mulheres, afinal, não seria este um exímio símbolo de sucesso para a performance feminina em nossa sociedade? Até porque, se formos observar as tecnologias de gênero atuantes em torno do matrimônio, o temos retratado como um signo de sucesso para as mulheres e de derrota, aprisionamento, “game over” para os homens⁽³³⁾.

Mas não. Independente da vivência do acordo matrimonial, seja ele numa relação simétrica ou marcada pelo sexismo, o casamento sempre será um fator de proteção da saúde mental para os homens. *“Quando o casamento é realizado no desespero do funcionamento do dispositivo amoroso pode levar a destinos bem trágicos”* ⁽³³⁾ Como o próprio participante coloca, “foram 12 anos” de silenciamento tão bem sucedido que não justificava a queixa de violência. Pois bem, este silêncio é reconhecido no estudo de gênero por ser facilmente observado na dinâmica do casamento. O não acesso das mulheres à palavra marca a sua existência, tanto no âmbito público, quanto no privado. Na relação conjugal, as mulheres se identificam como aquelas que têm a capacidade de silenciar conflitos. O ato de reclamar as colocariam imediatamente como rixosas, “reclamonas”.

A possibilidade de agressividade feminina é permitida tão somente na autoagressividade, nessa expressão implosiva marcada pela impotência, pela valorização da retenção e não da expressão⁽³³⁾. É nesta esfera que se tem o choro prolongado como o ápice do conteúdo que vaza do silenciar-se, da agressividade internalizada. Até porque, a chancela de ocupar o externo com conteúdo agressivo permanece concedida aos homens e direcionada aos outros.

Homens também aprendem a silenciar tanto quanto, ou mais, do que mulheres. No entanto eles se silenciam para priorizar suas próprias necessidades e manter o sentimento de autossuficiência; já no silenciamento das mulheres há uma renúncia de si para cuidar dos outros. ⁽³³⁾(p.119)

Ainda sobre o matrimônio, historicamente o débito conjugal foi algo construído pela igreja cuja finalidade seria a de procriação. Vale lembrar aqui que já se encontrou em texto constitucional do país a viabilidade do estupro no casamento, não havendo, em hipótese alguma, a consideração da relação forçada como violação de direito. Agora, a alteração da lei não proporcionou uma alteração da cultura, as próprias mulheres acionam a “tecnologia de gênero” ao colocarem em questão, umas às outras, como a obrigatoriedade sexual contida na seguinte frase - “se não tiver em casa, ele procurará fora”. As mulheres aprendem a barganhar o sexo por outras trocas, afetivas, simbólicas e materiais.

É uma violência satisfatoriamente naturalizada e, por isso mesmo, invisibilizada, mas que nem por isso deixa de causar um extremo impacto sobre a vida psíquica e saúde mental das mulheres. É o casamento eficazmente garantindo o acesso regular dos homens sobre os corpos femininos.

O apontamento do lucro que o homem usufrui na relação matrimonial nos ajuda a compreender porque os homens contraem de forma mais rápida um novo casamento, já que perdem duplamente o funcionamento do dispositivo amoroso e materno a seu dispor, como veremos adiante. Os homens têm a certeza de que sempre serão amados, a partir da garantia do processo de subjetivação das mulheres no dispositivo amoroso como ausência de si por amar o outro. A lógica matrimonial confere uma série de atividades às mulheres atreladas ao dispositivo materno: cuidar, cuidar e cuidar. Toda essa mobilização confere aos homens um lugar privilegiado, de permanência no lucro e negligência da violência na conjugalidade, a ponto de permanecer na ignorância exposta por um participante, que *“não visualiza nenhuma situação que possa ter motivado sua esposa a denunciá-lo.”*

Por essa via, adicionamos extratos que denotam a **“Relação casa/família/filho/a(s) como propriedade”** por parte deste homem e o quanto o **“Elemento religioso”** atua favoravelmente reforçando a lógica de dominação. Homens colocam que o casamento *“para dar certo os dois precisam ter espiritualidade unida. Amor é sofrimento, é passar pelo deserto”* e *“eu dei brecha para o mal agir na minha vida, parei de orar e jejuar (...) batalhas vem, eu quase perdi minha liberdade pro mal, o diabo faz você fazer coisas que não quer fazer”*.

Souza ⁽⁶⁸⁾ nos lembra do quanto podemos nos aproximar do reconhecimento dos fatores organizadores da dominação de gênero, mas, falharemos significativamente se almejarmos a mesma explicitação para a dinâmica que sustenta a dominação simbólica. Tudo isso porque a esfera simbólica exige assimilação natural e naturalizante, e é aí que instituições estratégicas surgem enquanto (re)produtoras de sentidos. Como já vimos ^(7, 33, 68), a cumplicidade de esferas como a família, o Estado e a Igreja garantem a complexidade da generificação dos sentidos, por isso mesmo, enquanto produtoras sociais de significados, tais instâncias se localizam com satisfação em falas como as proferidas pelos homens.

Nota-se que a religião desempenha um papel indispensável para a orientação de seus/as seguidores/as, na constância de se conferir lugares diferenciados de poder, autoridade e, inclusive, de acesso às esferas espirituais. Nesta performance se sacraliza a desigualdade e violência de gênero. A equipe facilitadora coloca que:

Sr. F. então questiona o diálogo e entra com a questão religiosa de que o homem é o chefe, querendo ou não ele é quem deve liderar, pois a mulher é frágil não conseguindo dar conta das mesmas coisas que o homem, segundo ele falta percepção na família – o casal não sente mais para conversar e expor seus problemas, ele cita o exemplo de seu último relacionamento onde sua esposa dava conta de tudo e acabou chegando num ponto que ela não aguentou mais e pediu a separação, ele estranhou a inversão de papéis, o marido é quem deve trabalhar e a mulher cuidar da casa e dos filhos.

Não há aleatoriedade no fato deste extrato se iniciar com a fundamentação religiosa. Tudo que se segue parece se perfazer na característica histórica da religião em não mobilizar alteração no que concerne à dominação masculina. Pelo contrário, tal como a narrativa, está submersa em representações de domesticização e docilização da mulher, traduzindo-a como boa mãe, mulher virtuosa e serva fiel. Possuir este combo de atributos, significa se utilizar de características como fragilidade, submissão e cuidado ^(33, 68) e, levando-se em conta o sentido de existência direcionado à mulher, tudo isso parece vir cravado em seu próprio útero. Se a representação máxima da autoridade divina, aquele que detém o “poder sobre todas as coisas” se limita numa imagem masculina, como contrariar o lugar de poder do homem em nossa sociedade? Na verdade, justifica-se.

A insistência na reflexão advém da prática profissional que se coloca diante da mulher em situação de violência. Há nela os flagelos de se submeter a um funcionamento institucional que a aconselha pela permanência em casamentos que só existem pela garantia da violência doméstica. Estar à espera de um milagre em seu matrimônio a empurra para a coletividade esmagadora de mulheres que se reúnem em súplicas pela estrutura familiar. O lugar da mulher

é este, a guardiã da família por uma designação divina e, a não alteração do quadro de violência é um forte indicativo de que se é uma mulher “de pouca fé” e a aceitabilidade do processo de dominação a canoniza como uma “mulher perseverante”.

Tais percepções carecem de ser lançadas permanentemente sob o prisma de sua ocorrência numa sociedade patriarcal, na qual são os homens os detentores do poder de determinar a conduta e o domínio sobre os corpos, justamente por serem os melhores representantes das instituições produtoras de significados. É por aí que nos lembra Saffioti “*é o homem que recebe autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhe apresenta como desvio*”⁽²⁾ (p. 115). É exatamente por isso que se configura de extrema importância a compreensão da naturalização dos processos socioculturais como a estratégia mais sólida e rápida para legitimar a superioridade do homem⁽³⁾. Porque é nas relações desiguais de poder que se inscreve a violência.

Ademais, a construção simbólica do masculino passa pelos valores hegemônicos em torno da honra, da disputa entre os homens e do controle das mulheres. “Ser homem” é possuir a “honra de um homem” e tal honraria se revela quase que exclusivamente na ideia de ser um “provedor”, bem como ter uma “mulher respeitada”, entendendo a fidelidade feminina como código obrigatório da honra deste homem.

Toda essa lógica chancela o participante que “*pegou uma foto com uma casa e outra com uma família*”, disse ser esse o maior tesouro de um homem. *Que ao ser preso estava apenas defendendo o seu “patrimônio (...)”*

Nesta altura vemos a categoria de masculinidade transitar entre o homem não domesticável, insaciável, irresponsável e perigoso para as mulheres, e o outro homem honrado que, diante a responsabilidade com a sua parentela, tem que controlar as mulheres integrantes a fim de se garantir a honra das mesmas contra os homens irresponsáveis que venham aproximar-se. Aqui ainda vale um adendo, neste *setting*, a paternidade continua se configurando como exercício do provimento e do poder sobre o outro. É ela que vai continuar creditando ao masculino a representação da lei a partir dos valores de controle e correção sobre a prole.^(32, 33)

4.4.2 Categoria 2: Como o homem vivencia a rede de responsabilização

Trataremos “rede de responsabilização” como o percurso do HAV nos equipamentos de segurança e justiça assegurados na Lei 11340/06 para o devido enfrentamento da violência contra a mulher. Por isso mesmo, os posicionamentos aqui circulam sobre o processo judicial, atendimento nos órgãos de segurança, relatos sobre o sistema prisional e até mesmo como este homem se relaciona com a Lei Maria da Penha, estarão presentes nesta categoria.

É comum observarmos nos trabalhos grupais inseridos nesta rede de responsabilização uma alta demanda por parte do HAV por informações sobre o próprio processo judicial. Por vezes eles utilizam o espaço grupal como um meio para obtenção de atualizações sobre a sua situação junto à justiça, mesmo não estando necessariamente diante de profissional atuante no ramo judicial.

Em duas turmas do EFH na grade de temas abordados constou a “situação processual”, momento que contou com a presença de Defensor Público ou Chefe do Cartório, cujo objetivo era tão somente tratar dúvidas do processo que os homens respondiam. Sobre isso, a equipe facilitadora chega a expor que *“de início relataram não saber o que estavam fazendo ali, mas expressavam desejo de ter celeridade e resolutividade do processo ao qual respondem”* e também que *“em geral houve muitas queixas sobre a lei, e a falta de comprovação da real situação de agressão, e na demora do andamento dos trâmites do processo.”* Extratos que relatam então o **“Interesse centrado no processo judicial”**.

Invariavelmente abordar a rede de responsabilização nos leva a evidenciar a forma com a qual os homens encaram a execução da **“Lei Maria da Penha”**. Assim, nos deparamos com um conjunto de considerações acerca da Lei 11340/06, incluindo a recorrente exigência masculina da criação de uma lei que os proteja, frequentemente nomeada por eles como “Lei João”. Relatos de injustiça predominam na percepção da referida lei - *“A lei Maria da Penha só beneficia a mulher, isso é injusto.”* - bem como a não compreensão dos direitos garantidos a eles, enquanto outra parte envolvida no processo.

O foco permanece, segundo eles, no lucro da mulher com uma lei que a protege e, inclusive, o quão prejudicial tal legislação é para o convívio entre homens e mulheres. Sr. O. relatou que *“após a criação da Lei Maria da Penha algumas mulheres acreditam que a verdade delas é absoluta, não dando ouvidos ao que os homens dizem”*. E, muito provavelmente, uma das formas de se garantir uma mínima justiça neste quadro é a promulgação de uma lei que os proteja, com respaldo, obviamente, de discursos aliados encontrados entre os próprios homens- *“Para lei João entrar em vigor, é só eleger Magno Malta.”*

A LMP tem como contexto a estatística de que a cada cinco mulheres no mundo, três foram ou serão vítimas de violência⁽²⁰⁾. Trata-se de uma epidemia que justifica a implantação de uma lei no país que se desloca do 7º lugar nas taxas de feminicídio, para o 5º, segundo o Mapa da Violência⁽²²⁾. Nesta pesquisa, muito já foi discutido sobre a urgência de se trabalhar com os HAV a partir deste resgate histórico e político, porém, quiçá na mesma proporção, a abordagem de sensibilização tem que ser garantida juntos aos/às profissionais. Comumente percebemos atuações maquiadas por um discurso de garantia de autonomia do sujeito mas que na prática se traduz numa responsabilização da mulher.

Nessa toada, a violência que estrutura a sociedade é a mesma que parece entregar aos/às profissionais uma lista de suposições prévias, de análise, como instrumento verificador da veracidade do episódio relatado. “O que você fez para que ele agisse dessa forma” ou “olha a roupa que estava usando” se apresentam tão somente como exageros de uma posição de avaliadores, guardiões/ãs das práticas moralmente aceitas, mas por vezes circulam as atuações técnicas, numa crítica velada ou num tom de conselho, como mostra um dos participantes: *“J. disse que em conversa com policial na delegacia ficou sabendo que é melhor matar e se entregar do que ser preso pela Lei Maria da Penha”*.

O que se percebe é um hiato assombroso entre o que propõe a LMP e a prática profissional. A gravidade da fala acima se instaura ao atribuí-la a um executor da própria lei. As pesquisadoras Pedrosa e Zanello⁽²³⁾ realizaram pesquisa com os/as profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e constataram que há *“uma evidente falta de conhecimento a respeito da Lei Maria da Penha por parte dos profissionais de saúde”* (p.8), com colocações de que as mulheres usam de forma equivocada a proteção legal.

Outra faceta é o mecanismo omissivo que pode pairar nas práticas profissionais, como se a decretação da prática violenta estivesse vinculada à percepção do sujeito sobre o que ele entende como violência. É na nomeação do ato enquanto violento que se legitima o sofrimento, válida a dor e possibilita caminhos coerentes com o desenvolvimento da autonomia da mulher. Colocar-se contrário a esse movimento é declarar-se indiferente à situação, mais ainda, trata-se de uma atuação profissional favorável à violência simbólica.
(23).

O desconhecimento da lei é gerador de violência, a ponto de empurrarem as mulheres para a condição de vilania por se beneficiarem das políticas públicas e prejudicarem os homens. Definitivamente, esta não é uma ideia exclusiva dos homens, mas sim, uma noção imbricada no senso comum que desqualifica a LMP. Essa sinalização não visa

desresponsabilizar os atores, colocando-os como desconhecedores da lei, pelo contrário, juntamente às pesquisadoras Pedrosa e Zanello⁽²³⁾ defendemos a urgência de se questionar o nível de funcionamento dos “mitos sociais” a ponto de conferirem, em sua essência, uma atuação profissional violenta.

A LMP é considerada uma das três leis mais avançadas no mundo para o enfrentamento da violência contra a mulher. Permanecer no obscurantismo é uma escolha por invisibilizar a violência, no mesmo caminho de cometimento da violência institucional no atendimento às mulheres. Se o intuito é o rompimento da reprodução de discursos e práticas violentas na sociedade que se considere, em primeira instância, esta fissura entre os/as profissionais.

Comumente, ao salientarem a sua vivência de pessoa em privação de liberdade, os HAV relatam que inicialmente não é exposto que a sua prisão é por conta de uma mulher, o que é motivo de vergonha. Porém, é algo que com o tempo torna-se de ciência entre os apenados e então se principia o discurso de incitação à vingança como forma de punição. É nossa intenção lançar luz sobre o **“Discurso de vingança entre os homens em privação de liberdade”** a partir de falas como: *“Se ela me deixou preso, ela também pode ficar”* e *“a comida de lá nem cachorro quer (...), tive que ficar pelado na frente de pessoas que nunca vi na vida. E a gente aprende coisa errada lá, não vou colocar isso em prática porque não faz parte da minha conduta. E tem cara lá que fala que quando sair vai matar a mulher”*.

Aqui, salta-nos a percepção de que a violência é algo externo aos agressores, pertencente ao mundo, mas, caso aconteça com eles há a chancela de explicitar seus desejos de vingança. Madureira et. al⁽⁶⁷⁾ nos lembra que esta postura é largamente difundida como uma representação social de homens agressores denunciados pela Lei Maria da Penha. De forma habitual, os HAV também expõem em seu **“Relato da prisão”** denúncias, envolvendo humilhações e violações de direitos. Evidentemente tais posicionamentos denotam graves acusações, mas também é necessário situá-los como possibilidade de foco e revolta dado pelo homem e, porque não, motivador de atitudes vingativas - *“a humilhação que passei vai para o resto da minha vida, eu fui algemado em frente a minha filha. Fiquei pelado no chão um horário, eu não podia falar nada, ninguém quis me ouvir”*

4.4.3. Categoria 3: Processo de subjetivação de homens e mulheres.

Para Zanello⁽³³⁾, existem caminhos privilegiados de subjetivação para homens e mulheres em nossa cultura. Em seus estudos a autora tem utilizado o conceito de “dispositivo

amoroso” e “dispositivo materno” enquanto categoria analítica para se pensar o processo de subjetivação de mulheres, concedendo aos homens a análise a partir do “dispositivo da eficácia”. E é nesta categoria que dialogamos com tais conceitos.

As mulheres se subjetivam em nossa cultura na relação consigo mesmas mediadas pelo olhar de um homem que as escolha para então serem validadas como mulheres, é a lógica basilar do funcionamento do “**Dispositivo Amoroso**”. É de fato imaginar que as mulheres estão posicionadas na “prateleira do amor” à espera do reconhecimento e avaliação do outro - o homem. E “ser escolhida” é o apogeu, sua vitória. ⁽³³⁾ - *“A Sra. Va. apresentava-se perdida com a relação que a envolve seu marido e uma outra mulher. O que a deixa apreensiva e temerosa, gostaria que o marido tomasse uma decisão de manter o casamento ou de se separar”*

Até o fim do século XIX, ser “bonita ou feia” estava diretamente relacionado a uma característica física. Com o advento e conseqüente avanço do capitalismo, ser feia deixou de ser um problema físico para ser um problema moral e ético a partir da ideia amplamente difundida de que só é feia “quem quer”, pois a beleza é acessível, havendo diversos caminhos para adquiri-la. Mas o ponto é que a beleza passa a ser um distintivo nesta prateleira, com o ideal de beleza marcado em nossa cultura como a mulher loira, jovem, magra e branca, fato que irá, invariavelmente, determinar o lugar de destaque - ou não - desta mulher na prateleira.

Para garantir a permanência desta lógica, o homem coloca-se no “**Lugar de Avaliador**”, feito de grande sucesso ao longo da formação societária e um grande contribuinte para naturalização de discursos violentos: “*V. fala que não tinha o conhecimento que chamar a mulher de gorda seria um tipo de violência*”. À medida que entendemos o exercício prático da metáfora, emerge a crítica a toda essa lógica de funcionamento por vezes atualizada por meio do sarcasmo e relativização por parte do homem. “*Não posso chamar a mulher, nem de feia, que ela me coloca na cadeia.*”

Como sinaliza Bourdieu⁽⁷⁾ (p.96):

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (*esse*) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis.

Caso haja a desconfiança que na prática não é este o tom vivenciado pelos homens, expomos a contextualização dada pelo participante sobre: *“Sr. L. relatou que continua confuso com relação a seus sentimentos, e que sabe que tem que decidir mas que não queria magoar sua esposa, e nem viver uma relação escondida”*.

Veja bem, o dilema se instaura e a máxima pressão que o homem sofre é pelo processo de escolha, não cabendo qualquer vestígio de autocrítica. Se o homem pode escolher é porque ele pode ser colocado em experiências que não se resumem ao seu relacionamento. Aliás, sobre isso, já se aponta que no Brasil a monogamia é determinante para as mulheres, para eles, existe a “poligamia consentida”.⁽³³⁾ À mulher, enquanto espera, resta o acionamento de uma estratégia aprendida: rivalizar com “a outra”.

Este processo que, outorga ao homem o papel de avaliador das ocupantes da prateleira, ao passo que o isenta de qualquer possibilidade de também ser avaliado, não vem desacompanhado da rivalidade entre as mulheres. Afinal, há um valor relacional em ser escolhida, pois este processo é assegurado pela comparação com outras mulheres igualmente disponíveis nesta prateleira simbólica. Para ser passível de escolha há de alcançar o lugar de destaque e/ou retirar tal lugar das outras. Neste contexto, quem lucra com tal rivalidade? Os homens. *“A ‘disputa’ entre elas não é por ele, mas pelo reconhecimento (‘ser escolhida’) que dele pode advir. As mulheres se subjetivam, assim, em uma carência a ser”*⁽³³⁾(p.90)

O cuidado pode ser interpelado a todos os seres humanos, mas a sociedade, o Estado e as instituições dão conta da perpetuação da subordinação feminina através da associação da sua capacidade de procriar à função social da maternagem, e é nesta lógica que se abrigará a concepção do “**dispositivo materno**”. O fato de não ser mãe não retira a mulher do dispositivo materno.⁽³³⁾ As mulheres como um todo seguem sendo conduzidas ao papel de cuidadoras natas. Tal feito se revela em falas como: *“(...)alguém tem que trabalhar e o outro cuidar dos filhos que no caso seria a mulher por já possuir um instinto materno”* ou quando a própria equipe registra que *“(...)eles tendem a comparar a esposa com suas mães entrando o conceito patriarcalista e machista de que a mulher é dócil e cuidadora e que eles não devem abrir mão de algo em suas vidas deixando essa responsabilidade muita das vezes para as mulheres.”*

Pela perspectiva de gênero, homens e mulheres são socializados a fim de que performem modelos e papéis sociais orientados por uma visão falocêntrica e patriarcal, com uma valorização dos aspectos masculinos e conseqüente inferiorização dos aspectos femininos. Essa cultura que oprime e deslegitima o gênero feminino produz a violência doméstica e familiar contra a mulher. Menções nos relatórios ratificam o que se entende enquanto “**Lugar**

Do Homem (Privilégio) X Lugar Da Mulher” sob a ótica socialmente construída do que é “ser homem” e “ser mulher”- *“T. relatou que o casal deve ser mais flexível para que o relacionamento dê certo. Relatou que no seu caso as brigas entre o casal se davam por discordâncias referentes à vida a dois. Ex: a comida, a forma como era preparada, o cardápio”* ou quando um dos participantes *“diz que o homem não está preparado para a sociedade moderna onde as mulheres ocupam os mesmos espaços que os homens, ele dá como exemplo seu último relacionamento onde ele queria ser o dono da casa, mas sua companheira era tão independente quanto ele o que o incomodava.”* O incômodo evidenciado quando a equipe registra que *“quando se leu as frases arrume a cama e lave o banheiro, dois participantes se mostraram resistentes a um pedido desses feito por suas companheiras, pois cresceram com suas mães dando tudo em suas mãos não admitiriam ter que mudar por conta de outra pessoa”*.

No jogo dos papéis fixados pela sociedade, há a orquestração do patriarcado como sustentador da dominação masculina. Por mais que se queira consentir (se quer?) que o “lugar da mulher é onde ela quiser”, as ideologias patriarcais fazem ressoar a complementaridade constante: “desde que ela não deixe as obrigações domésticas”. A mulher permanece sendo vista como única responsável pelas atividades domésticas, tanto é, que quando um dos homens quer compartilhar a sua mudança de comportamento ele informa que *“(…)ele já ajudava a mulher nos trabalhos domésticos.”*

Note, trata-se de uma ajuda, afinal o protagonismo desta dinâmica é *naturalmente* feminino, por isso mesmo, para uma mesma atuação observamos discursos distintos: “não faz mais do que sua obrigação”, “ela tem o dom”; ao passo que o homem é elogiado “que homem!” (expressão empregada para conferir super valoração). Ou se atua com os homens a partir da leitura do patriarcado e a sua manutenção hierárquica da sociedade, ou se pactua com a continuidade de perpetuação dos âmbitos invisíveis e não remunerados *naturalmente* criados para serem destinados às mulheres.

Aliás, propício momento para concordar com a tese de Lerner⁽⁶⁹⁾ *“o status e os papéis das mulheres se tornam mais limitados conforme o aparato do Estado se torna mais complexo”* (p.102). Ora, é preciso que haja um refinamento do aparato mantenedor do patriarcado. Estamos falando de funcionamento estruturante e, justamente por isso, que sua alteração não circula à mera ajuda conferida na arrumação da casa- este nem é o famoso “mas é o início de algo”.

Concomitantemente temos o aceite generalizado do comportamento violento no **“Processo de socialização masculina”**, é algo inclusive desejável na construção das masculinidades, onde as emoções e sentimentos têm de ser reprimidos. Como vimos, esta dinâmica vai pautar não só os relacionamentos com, mas principalmente com o gênero oposto, a partir da agressividade - observado quando *“Sr.I. identificou-se com trechos da história, relembrando sua infância, relatando os posicionamentos machistas do pai e seu sentimento de não ser amado por ele.”* Quando ocorre de se repensar a atitude violenta é a partir do exercício da agressividade com outra figura masculina, todavia, em casa parece ser um ambiente viável para a manifestação do seu comportamento violento: *“Não tem como brigar na rua, porque não sei se o homem vai está armado.”*, conforme traz o participante.

Mas a verdade é que no âmbito doméstico nos fica mais evidente a dominação exercida pela figura masculina, estabelecendo o seu poder sobre todos/as os/as ocupantes. É importante ter isso em mente porque, como diz Saffioti⁽²⁾ *“o processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico”* (p. 72). São essas relações que deixam de apresentar sujeitos ativos para denunciarem um envolvimento entre sujeito e objeto. Temos então a lógica mando-obediência naturalizada entre posições construídas pela própria sociedade e ecoadas nas diferentes esferas, mas, seguramente, há um satisfatório processo de naturalização da violência disciplinar no âmbito conjugal. É no contrato conjugal que os homens parecem buscar sentido para a consideração dos seus atos violentos como sendo corretivos diante do não exercício devido do feminino, a partir do julgamento das atitudes da mulher à aproximação ou distanciamento do ideal de performance feminina. Os atos violentos são vividos em nome de uma “lei” e poder que encarnam, observando um caráter linear que passa pela conversa para a forma mais intensa de “agressão disciplinar”.

Não se pretende aqui afastar a reciprocidade das agressões nos conflitos entre homens e mulheres, mas há de se ter a responsabilidade de se destacar que o exercício da violência física, entendida como disciplinar ou como evocadora do poder, mostra-se como atributo do macho, cujos feminicídios figuram como escalada final do ciclo de violência naturalizado. Não é à toa que a expressão popular “ela sabe” (porque está apanhando) valoriza a correção disciplinar masculina ao passo que assegura o aceite dos atos performativos culturalmente assegurados dos homens e das mulheres e construídos ao longo de toda a história ocidental.

Expor situações como essa não significa dizer que as mulheres sofrem passivamente as violências cometidas contra elas. Quando a reação beira o uso de violência, esta é reativa. Mulheres violentas existem, porém em uma proporção muito específica e ínfima se comparadas

ao público masculino. As mulheres são socializadas para manter um comportamento dócil e apaziguador que invariavelmente a coloca em situação de submissão aos homens que, ao contrário, são estimulados a exercerem condutas agressivas, socialmente aceitas como sinônimo de força e coragem.

É exatamente por esta via que se percebe com nitidez o desenrolar da categoria analítica “dispositivo da eficácia” entendendo serem os homens principalmente subjetivados na virilidade sexual e laborativa. A ideia da virilidade laborativa é que você vale o tanto que você produz e a chancela do sucesso é o status e o dinheiro. O valor do trabalho cresce em tal dimensão capaz de assumir um valor moral - o homem é aquilo que produz. Ademais, a ideia de produtividade permeia o universo masculino tanto quanto a necessidade exibicionista, sempre medidas pela quantidade, na perspectiva de quanto mais, mais macho.^(33, 43)

4.4.4. Categoria 4: A Lealdade entre os Homens.

O exercício espetacular das ações agressivas segue um roteiro performático que legitima uma forma de apresentação masculina que desafia e enfrenta a ordem, com a garantia da utilização do fundamento exibicionista para a “gangue dos machos”¹⁶, numa procura evidente por validação e aceite dos demais. Esta característica exibicionista parece ser um requisito indispensável da subjetivação masculina, num estilo de exterioridade e aparência, no qual suas conquistas necessitam de um compartilhamento e validação na gangue. É a irmandade, lealdade entre os homens que garante a perenidade desta performance.

Nesta perspectiva, consideramos a “**Modelagem da masculinidade pelo grupo**” como essa construção do próprio comportamento dos homens diante de seus pares, com sua modificação ou adequação a fim de se performar enquanto “homem de verdade”. Garantindo, por assim dizer, proteção à sua masculinidade. Esta pactuação é percebida em registros da própria equipe como “(...) *Vale ressaltar que, algumas explicações eram em tom de brincadeira e de forma muito machista.*” e que a atitude se estendia também como forma de

¹⁶ Expressão criada pela autora para representar o coletivo de homens comumente formado em diálogo com a performance masculina, podendo haver ou não o caráter de intimidade entre os integrantes. A palavra “gangue” de fato se aproxima de seu real significado como ajuntamento de pessoas com interesses comuns, no caso e resumidamente, a manutenção do lugar de privilégio dos próprios homens, somando-se ainda ao fato deste coletivo se comportar de maneira agressiva, indo ao encontro da legalidade desta no processo de socialização masculina. Há aqui uma inspiração no processo de subjetivação masculina na metáfora “casa dos homens” de Welzer-Lang.

boicote ao trabalho executado como quando *“foi observado que, durante o encontro houve muita conversa paralela.”*

Nossa lupa de observação dialoga com a metáfora utilizada por Wezer-Lang⁽¹⁹⁾ para tratar sobre o processo de socialização dos homens. Competições entre os meninos, brincadeiras de conotação e excitações sexuais numa pornografia compartilhada, todo um contexto que garantirá a iniciação nos jogos de erotismo dos pequenos homens. O fato é que, nesta Casa, a cada idade e etapa de construção do masculino será vivida e experimentada em grupos de pares a partir da homossociabilidade. É para se pensar numa grande Casa com diferentes cômodos e andares. Neste ambiente seriam os mais velhos os responsáveis por garantirem a correção e exata modelagem para o acesso à virilidade dos iniciados, para que de fato ocorra a mobilidade destes homens nos diferentes cômodos da Casa a partir da ideia de progressão no aprendizado e socialização masculina

É necessário o aceite do “saber ser homem” dos antigos que são os agentes de transmissão dos valores. Este rito de passagem cimentará a necessidade de distinção e oposição máxima ao mundo das mulheres. Ser homem é ser diferente do outro e este outro é a mulher. Essa Casa dará conta de apresentar todo o capital de atitudes necessário para tornar-se homem e por isso mesmo o pequeno homem não pode questionar, nem mesmo a método de aprendizagem que abriga e legitima a aceitação do sofrimento¹⁷.

As relações homens/homens e homens/mulheres se configuram a partir de dois paradigmas: a superioridade masculina como algo natural, sua dominação do sexismo; e a heterossexualidade como algo natural, “normal”, conseqüentemente marginalizando no campo do “diferente” as outras sexualidades. Os homens dominam as mulheres no coletivo e individualmente. Esta máxima já escancara o lugar privilegiado concedido aos homens, atribuindo-lhes privilégios materiais, culturais e simbólicos. ^(19, 33)

Invariavelmente a assimetria criada pela dominação masculina abrigará a impossibilidade de percepção empática do conjunto do social que se divide simbolicamente nas atribuições e funções nobres conferidas ao masculino e às mulheres as tarefas invisibilizadas e de pouco valor. A regulação e manutenção desta divisão sexuada se dá pelas violências, múltiplas e extremamente capazes de conferir poderes aos homens às custas das mulheres. É também às custas delas que se estabelece o paradigma da dominação masculina e a natural divisão hierárquica a ser reproduzida. E os homens que porventura não aderirem à

¹⁷ Welzer-Lang exemplificará esta aprendizagem que se faz a partir do sofrimento destacando os sofrimentos psíquicos advindos da comparação com o outro; sofrimento físico frente à obrigatoriedade de se endurecer os corpos para os jogos competitivos e a formação e modelagem dos músculos numa espécie de “jogo sadomasoquista com a dor”.

perpetuação deste paradigma, a dominação masculina dará conta da produção da homofobia ou a desacreditação destes da categoria “homem de verdade”, quando estranhamente negarem o usufruir da posição privilegiada. É por isso que o “desconforto” é colocado ao mesmo tempo que se localiza a explicação de que se não constituir a fixação do “lugar da mulher” e “lugar do homem” devidamente, haverá como consequência a confusão de papéis. Nas palavras do participante, invariavelmente vai se conduzir ao menino o desejo de se tornar uma mulher:

Fluiu uma discussão relacionada a forma como a criança é criada - se brinquedos historicamente do sexo oposto influencia ou não em sua orientação sexual, como seria se um deles tivessem um filho (a) homossexual? Muitos ficaram receosos sem saber o que falar, um deles chegou a dizer que “Bom não é, mas não se pode fazer nada”, disseram que apesar de não concordarem com a escolha do filho, o respeitam e nem por isso deixam de ser seus genitores. Ficaram meio confusos ao refletirem sobre a influencia na orientação sexual de uma criança, porém um deles indagou que se um menino é criada com hábitos femininos, ele pode querer ser como uma menina quando adulto.

O processo de real pertencimento ao universo masculino implica ao mesmo tempo a sua própria submissão ao modelo tanto quanto a obtenção de privilégios desse. Agora, não podemos relativizar o que se apresenta aqui. Esse vínculo, a noção de coletivo criada, a solidariedade e fraternidade entre os pares constituem a “**Broderagem**”, irmandade entre os homens. A exclusão das mulheres é o elemento fundamentalmente confluyente desta fraternidade. “(...) *algo interessante é que eles se identificam com a história dos outros, concordam entre si e se sentem vítimas*”, registrado pelas facilitadoras, assim como quando um participante levou um amigo para acompanhar o encontro e “*manteve em boa parte do encontro postura de resistência, colocava-se na condição de vítima de violência psicológica por parte de sua companheira. O homem que o acompanhava ora reforçava discursos de vitimização, ora contribuía com o debate*”. Este é o cenário: mesmo não se tratando de um “participante oficial” o homem não precisa de chancela alguma para se identificar e partir em defesa dos seus pares, afinal, em qualquer instância, ele “lutou” para ser um deles, ascendendo em todas as exigências para ser considerado “um homem de verdade”.

Num trabalho grupal com os homens que proponha um processo de desconstrução, a ciência de que tais movimentos estão em pleno funcionamento é condição irrevogável para a sua eficácia. Homens protegem homens - eles são “brothers”, e os homens só podem ser avaliados pelos próprios homens, esses movimentos estruturam e impulsionam, tanto a troca no coletivo, quanto as resistências do mesmo. Tanto é que, a experiência grupal, por si só, não dá conta de enfrentar estruturas dominantes se não for pelo prisma de entendimento dos efeitos

da relação de gênero e seus papéis de lucro e exclusão. Por essa via, o grupo pode ser ocupado por grande resistência que encontra guarida entre os pares, a ponto do homem “ (...) *Que nada mudou e agradece o esforço da equipe*”.

Porém, na mesma intensidade que se conclama o olhar atento para este jogo, há de se considerar o quão estratégico é ocupa-lo e ampliar o repertório crítico e de transformação com os próprios homens, num aproveitamento do fluxo socialmente estabelecido. É um processo de garantia dos efeitos positivos quando bem executado, adentrando no ambiente masculino e provocando a parceria dos próprios homens, para se chegar numa atuação de desconstrução no seu cotidiano. Quem sabe encontrar efeitos práticos como o exposto pelo “*Sr. I. que se colocou à disposição para compartilhar sua experiência com outros homens, no sentido da prevenção de situações de violência*”, e o “*Sr.W. relatou que diariamente tem a oportunidade de conversar com homens jovens que frequentam sua barbearia, sobre conflitos familiares e que conhecer a rede de serviços foi importante pois poderá orientá-los sobre como agir e onde recorrer em diferentes situações*”. Com isso, nos aproximamos da última categoria de análise.

4.4.5. Categoria 5: Considerações sobre a atividade grupal.

Neste bloco de destaques escrutinamos a percepção dos participantes do EFH e da própria equipe facilitadora sobre a atividade grupal. De certo, a forma como o projeto é apresentado pela equipe impacta sobremaneira a assimilação dos HAV, todavia, é perceptível que os homens se aproximam da atividade com o entendimento de ser mais um mecanismo punitivo. No processo de modificação de tal lógica, é comum a conversão do espaço enquanto um receptor de denúncias sobre as violações de direitos que foram alvos durante a responsabilização: “*A equipe apresentou que o grupo é um espaço para que o homem fale e reflita sobre suas experiências no que diz respeito a violência doméstica bem como uma possibilidade de reivindicação de direitos. Pode-se notar através de relatos, uma movimentação por parte dos integrantes em pleitear uma denúncia na Corregedoria diante das violações dos direitos ocorridos durante o período de encarceramento*”

O que também pareceu muito peculiar nos registros do EFH foi a exigência dos homens que a atividade também fosse realizada com as mulheres, muito pela via de “terapia de casal”. Já trouxemos aqui que tal colocação tanto flerta com o mecanismo de desresponsabilização do ato violento ao se atribuir o comportamento como reflexo da dinâmica familiar, tanto quanto projeta uma responsabilização da figura feminina em “provocar” possíveis reações violentas, quando essas são consideradas existentes. Logo, trata-se de um

problema da família: “*J. diz que seria bom em algum momento que o casal se reunisse*” ou quando Sr T. questiona “*se há a possibilidade do grupo de unir novamente a família, identificar onde o casal errou*”.

Interessante também notar que, no geral, tudo que se é relacionado ao ambiente familiar se atrela à responsabilidade da mulher enquanto mantenedora da dinâmica, numa sólida desresponsabilização do homem, aliás, melhor para a confirmação da sua virilidade que ele se afaste deste *setting*. É uma movimentação tão naturalizada que mesmo em face à focalização das práticas violentas exercidas pelo agressor o que se tem é a convocação da mulher para este espaço, ora enquanto a responsável natural pela estrutura familiar e/ou relacionamento, ora enquanto provocadora de um desajuste a ponto de só caber ao homem uma reação violenta para se restaurar a ordem. Veja bem, não estamos com isso descaracterizando a perspectiva relacional da violência de gênero, mas sim, ratificando o jogo de manutenção da hierarquização de poder e discursos sobre a interpretação de contextos violentos que podem muito bem serem os verdadeiros motivadores deste pedido de convocação da figura feminina.

Aliás, não nos enganemos que esta movimentação não esteja em profundo acordo com o ciclo de violência naturalizado no relacionamento. Diante desta “disposição” masculina em rever as práticas, o convite para se colocar no que se parece um resgate da família, pode sim soar para esta mulher como uma promessa de que “tudo vai mudar e vai mudar comigo”. Isso porque, os dispositivos, enquanto mecanismos de formação da subjetividade feminina, são todos acionados. A promessa de um amor romântico capaz de alterar a personalidade do sujeito se apresenta como uma recompensa a essa mulher, ou, como a instância religiosa finca suas práticas, um milagre.

Por isso mesmo, há de se garantir um reforço no cuidado da pactuação do serviço diante essa exigência, os motivos que de fato mobilizam o atendimento a essa mulher, mais ainda, a omissão da equipe facilitadora diante a reivindicação, quando não se investiga, com os próprios homens, a força motora do pedido. Até porque, é muito provável que estejamos diante de mais um mecanismo de resistência dos homens em se perceberem enquanto agressores. Como já citamos, é frequente a percepção da ação violenta como uma resposta necessária à mulher. Também é aqui que adicionamos a observância do aumento da reiteração da violência se o agressor percebe uma mudança de comportamento da mulher passando a considerar como uma “afronta”.⁽¹¹⁾

Moraes e Ribeiro⁽¹¹⁾, em seu estudo sobre os significados que os HAV atribuem às agressões perpetradas contra as mulheres, demonstraram a recorrência significativa com a qual

os homens atrelam as agressões proferidas contra a mulher ao comportamento inadequado das mesmas. A atitude violenta encontra aqui numa metodologia corretiva, justificada pela perturbação da ordem tradicional – e universal - dos papéis de gênero, segundo os próprios agressores.

Posturas assim continuam sendo identificadas até mesmo no último encontro realizado com os homens, logo, após toda execução da turma, evidentemente revelando uma **“Não compreensão da atividade grupal como parte do processo de responsabilização”** quando Sr. J., por exemplo, dá a *“sugestão para a equipe convidar as mulheres para participarem do grupo e que assim poderia fortalecer o relacionamento, uma semana os homens e outra semana as mulheres”*. Notem que em sua sugestão até a periodicidade está posta, com a mesma frequência para ambos, demonstrando a resistência em ser colocado como único responsável pelo quadro violento. No máximo, pode-se dividir a carga. Quiçá, até encontrar argumentos legitimados socialmente para justificar o ato violento a partir de algum deslize da mulher em exercer adequadamente o seu papel.

Por vezes, mesmo no final da atividade grupal, os homens permanecem certos da sua não responsabilização com o ato violento e, por isso mesmo, se sentem constrangidos por ocuparem o espaço: *“V. se sente constrangido em estar nessa situação e ter que participar do grupo”*. Uma postura como essa pode abrigar um indicativo da possibilidade dos homens configurarem o serviço grupal como um meio de encontro com demais realidades “iguais as suas” e, por isso mesmo, utilizar enquanto reforçadores de suas percepções e/ou enquanto mais um espaço que tem que garantir a sua versão dos fatos, e, refletir sobre ela seria ceder o seu relato empregado até o momento.

Por aí, podemos colocar algumas confusões sobre o projeto, quando este se apresenta enquanto um local propício para se fazer amizades: *“O. gostou (do grupo) porque fez novas amizades”*. É a partir desta vivência que os homens podem justificar a aprovação da atividade grupal, afirmando-o enquanto um ambiente seguro para exposição. Evidentemente que a percepção da amizade pode ser traduzida enquanto formação de identidade deste coletivo, o que é extremamente salutar para o desenvolvimento de uma atividade grupal, algo a ser buscado pelo serviço, inclusive. Retirando o foco deste caso em tela - que muito nos pareceu se tratar de um HAV que se utilizou da atividade como palco para suas justificativas- a formação de vínculo é extremamente estratégica para a sensibilização e ruptura de reproduções violentas. Na verdade, o nosso alerta é que o não entendimento do homem sobre o espaço oferecido não tem que ser elemento de distração da equipe, dada a linha tênue colocada entre

se estabelecer um espaço de desconstrução ou mais um espaço de reforço das atitudes dos homens.

Todavia, os registros permitem perceber na interpretação do grupo certo movimento subversivo, realizado, quando os participantes o validam como um ambiente de ocupação de sentidos: “gosto do espaço, assim posso falar” e “...falar aquilo que estava guardado...”. Por esta ótica é possível perceber que o atendimento ao HAV extrapola uma ação punitiva, sendo encarado como um relevante passo na busca de relações de gênero mais equitativas, diante da possibilidade de desnaturalizar determinadas atribuições de gênero hegemônicas. É possível desenvolver uma criticidade em torno da construção social de tais atributos, ressignificando as relações e retirando a mulher do lugar de “merecedora da violência”. Assim sendo, uma intervenção na direção da responsabilização tem que implicar o HAV a assumir seu papel no fim das agressões naturalizadas, executando novas formas de se portar na dinâmica familiar. Tal perspectiva pode encontrar guarida na atividade grupal, como nas falas e registro da equipe: *“Eu não sabia nada sobre Lei Maria da Penha e nunca tinha parado para pensar sobre as temáticas abordadas no Grupo. Nosso relacionamento melhorou muito. Agora temos conseguido dialogar melhor e evitar brigas desnecessárias.”*

Ainda em tempo, considerando ser o espaço grupal um ambiente propício para perceber típicos elementos de socialização dos homens nas trocas com seus pares, uma das maiores contribuições que a atividade pode ofertar é justamente a promoção do diálogo entre os componentes. A lógica subversiva está justamente neste ponto, a entrega de um espaço acolhedor, assegurando o compartilhamento entre os homens, sob a supervisão atenta da reprodução de mecanismos que fixam a violência enquanto única resposta possível. A partir daí mudanças são facilitadas por meio das experiências compartilhadas entre os homens que viveram situações semelhantes. O sentido e a pactuação são assim criados. Se assim é, dentro do vasto leque de atuação para o enfrentamento da violência contra a mulher, ficamos com a postura preventiva inerente à atividade reflexiva do grupo: *“não vou dizer que foi bom ter acontecido isso, mas que o nosso relacionamento de casal melhorou muito, [...] a gente tem conversado mais, [...] isso que aconteceu serviu de alerta, para dar valor a algumas coisas [...] Os encontros foram bastante proveitosos.”*

E se é pra criar liga com o “mundo do machos”, que funcione o grupo reflexivo enquanto a “manutenção preventiva de um carro”, e, considerando que só no Estado de São Paulo, em 8 meses, 84,5% dos acidentes de trânsito com vítimas fatais foram causados por

homens¹⁸, fincamos uma certeza- que este carro seja conduzido “como uma mulher”.

Eles informaram que gostam muito do grupo reflexivo e um deles pontuou que se houvesse um espaço de reflexão como esse antes, provavelmente ele não teria tido a situação de violência com a ex-companheira. Ele comparou o grupo reflexivo com a “manutenção preventiva” do carro, porque é algo que deve ser feito antes do problema acontecer, mas as pessoas só fazem depois. Ele acha que os homens deveriam ter acesso a esses conteúdos e discussões antes que cometessem agressões, pois esse tipo de espaço poderia prevenir situações de violência.

PARTE V

CONCLUSÃO

Inegavelmente, os grupos com os HAV se configuram como espaços estratégicos para a troca de experiência e para a produção de novos significados a partir da interação, que possibilita a exposição de um intenso sistema de valores, uma complexa teia de significados tecida por ideologias sexistas e de eliminação do outro. Todo nosso percurso foi regido a partir da compreensão de que o ato violento é passível de responsabilização, todavia, o processo que desencadeou o ato carece de intervenções que visem a desnaturalização da atitude violenta com o homem agressor ou suposto agressor.

Na mesma medida, pactuamos com estudos^(19, 29, 33) que organizam o processo de socialização masculina feita com, para e por meio de outros homens. Eles atravessam as mesmas provas, são avaliados pelos seus pares, tendo como liga a cumplicidade permanente. São signos universais que partem da premissa de proteção dos “brothers”, ainda que não concorde com o que está sendo empregado. Dá-se o silêncio ou a defesa irrevogável. O emprego da misoginia é condição *sine qua non* para a estada neste ambiente e a busca pela aceitabilidade perpassa a própria existência masculina.

Por essa via, podemos creditar o estabelecimento da relação de poder dos homens sobre as mulheres também pela disseminação de ser o homem o herdeiro tanto do seu meio sociocultural, quanto biológico, ao ser considerado o melhor, o mais inteligente, mais racional, conseqüentemente, superior. A relação de domínio está estabelecida com a garantia de continuidade da depreciação de características femininas, como bem já foi sinalizado, ao passo

¹⁸ Dados do InfoSiga SP de 2020, veiculados em <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/estudo-aponta-que- apenas-63-dos-acidentes-de-transito-em-sp-sao-atribuidos-as-mulheres/>

em que se segue o acordo estabelecido entre o grupo dos homens em seu processo de socialização.

Se o processo de pacificação da lógica violenta passa estrategicamente pela desenraização do caráter positivado da cultura de violência que estrutura a sociedade contemporânea, entendemos o convite de Machado⁽³²⁾ de se (re)pensar e reinventar as concepções vigentes de masculinidade e as relações simbólicas entre os gêneros. A ideia é pensar nos discursos sobre o feminino e masculino de longa duração e seu caráter seletivo diante dos diferentes atributos dos gêneros, colocando a masculinidade centrada em sujeitos que naturalmente participam de situações violentas.

É aí que localizamos a fundamentalidade da ação grupal com os homens. Porque se toda essa mobilização é determinante e se apresenta de forma muito mais concisa em qualquer ajuntamento masculino, por que não encarar a prática grupal com homens autores de violência enquanto local de funcionamento da lógica presente na “casa dos homens”? E justamente por isso, infiltrando-se nele como estratégia de alteração do que está posto.

Quando Veloso e Natividade⁽⁵⁶⁾ colocam os autores de violência enquanto sujeitos sociais ambientados à dinâmicas interacionais pautadas pela desigualdade, conseguimos alocar, de forma satisfatória, os espaços grupais como operadores de reconstrução dessas formas de interação a partir da experiência de cada sujeito, com projetos que asseguram, de forma crítica e contextualizada, a utilização de outros sistemas que não sejam os já conhecidos pelos homens.

Nossa lupa de análise foi o percurso de compreensão se os trabalhos grupais funcionam enquanto ferramenta eficaz de desconstrução de atitudes machistas e violentas ou se eles se aproximam de um espaço favorável para a atuação performática de homens, não estando disponíveis para o reconhecimento do lugar de privilégio que ocupam em nossa sociedade.

E tanto pela via do exaustivo diagnóstico realizado, quanto no enfoque a uma ação específica do sudeste brasileiro, nossos esforços pairam num cenário ratificador de estudos que se debruçaram por apontar a realidade dos trabalhos grupais com os HAV^(17, 56). Foram confirmados os hiatos como a ausência de política pública nacional que acolha e impulse as organizações locais; a falta de uma formação continuada junto à equipe de facilitação; necessidade de ampliação dos espaços de interlocução entre o campo acadêmico e a prática; pouco ou nenhum aporte financeiro destinado ao trabalho; e, principalmente, a fragilidade na avaliação e monitoramento da atividade que, como Veloso aponta⁽⁵⁶⁾, é exatamente o que assegura a eficácia do projeto. Por isso mesmo cabe o alerta para a demanda trazida pela Lei

Maria da Penha e a sua tradução nas práticas, a partir do risco de se conferir dinâmicas de atuação desconexas da violência que se pretende enfrentar. Isto porque, há possibilidade de se contar com projetos que reproduzem violências naturalizadas no sentido de acolher e subsidiar a dominação masculina, como já sinalizado por Veloso e Natividade ⁽⁵⁶⁾.

Em todo caso, esta prática já desafia diferentes esferas. Há uma rede de atores envolvidos com a pauta que hoje indicam lacunas científicas sobre as normativas legais e as políticas públicas. Muito provavelmente este cenário reforça a percepção dos serviços de não se sentirem suficientemente autorizados para criarem ações e, quando criadas, estas são consideradas frágeis e não são reconhecidas como estratégias de alteração do quadro da violência.

Podemos sinalizar certa soberba acadêmica, política e institucional quando tais ações são avaliadas com a finalidade de enquadrar o projeto no que se entende como ferramenta adequada de mobilização de estruturas violentas, legitimando práticas apesar de todas as ausências declaradas e expostas nesta pesquisa. Com isso, temos um discurso fortemente estruturado sobre os projetos a partir do que não conseguem fazer, muito comum em contextos que desconsideram as saídas encontradas na cotidianidade dos atendimentos. A bem da verdade, a prática concreta é capaz de fornecer subsídios qualificados para a elaboração de manuais orientadores dos grupos, mas o cenário de aportes ausentes ou fragilizados tende a distrair as/os profissionais desta percepção. Grupos com HAV existem em quantidade pelo país e alcançam resultados. Este “chão da vida” precisa de validação e ser convocado para a construção de políticas, e é exatamente isso que o diagnóstico realizado nesta pesquisa visa garantir.

A horizontalização desta construção já se faz possível. Diferentes áreas já aderem à abordagem grupal. Há um aumento significativo deste atendimento entre as polícias e a organização institucional das ações de tribunais de justiça, que até então produziam intervenções isoladas, confirmam a pontuação. Equipes psicossociais se orientam com propostas reflexivas junto aos HAV, configurando um cenário que ultrapassa qualquer noção de centros reeducadores. Não cabe mais a entrega de uma normativa que uniformize a diversidade dos projetos descartando a potência transformadora e crítica do que já vem sendo realizado.

Os grupos têm sido estruturados pela via dos incômodos com o que está posto e a reivindicação uníssona de alteração do quadro de abandono institucional. Apesar da somatória de dificuldades, há de se destacar que intervenções sérias estão sendo realizadas e a perenidade

dessas ações fica a cargo de profissionais engajados/as que fincam suas práticas a partir de uma leitura articulada de aparatos legais e sua aplicabilidade no cotidiano dos serviços.

Agora, mesmo num retrato de faltas, perceber a proliferação das atividades grupais em todo o país é se colocar diante de um cenário de resistência e aperfeiçoamento da intervenção na própria prática. Hoje, os grupos funcionam como espaço de verbalização de homens que tem como parceria o silêncio da cumplicidade ao seu par como ensinamento social. Parece-nos que quanto mais proximal se concentra a análise- saindo de um olhar macro, de um panorama nacional e se encontrando na percepção de ações locais- exatamente como fizemos nesta pesquisa, mais nítida fica a experiência do que tem perpetuado a execução desses projetos: o próprio encontro com os homens.

Por isso mesmo, resta agora produzirmos outras formas de empenho para a perpetuidade da atividade que não seja somente os retornos isolados dos homens. Há de se garantir estruturas institucionais para os projetos a fim de se deslocar, como única responsável pelo trabalho a equipe que o executa, localizando o compromisso em esferas institucionais. Não mais satisfaz o tratamento dos grupos enquanto um “plus” na lógica do enfrentamento da violência contra a mulher, visto que hoje o cenário oscila em assegurar o olhar amplificado da atividade grupal, que seria o de encarar sua estratégia de mobilização das estruturas societárias para a construção de relações de gênero mais justas e equitativas.

Em todo caso, invariavelmente, colocar-se neste percurso macro, de alcance societário, passa por uma abordagem da situação privilegiada e o lucro que este homem tem em performar numa sociedade machista e patriarcal, levando-se em conta o funcionamento da cumplicidade entre os próprios homens para a perpetuação deste lugar de extremo favorecimento.

Mesmo que os grupos caminhem com práticas orientadas por tais intenções, ainda nos deparamos com intervenções restritas à extinção do comportamento violento daquele participante, uma perspectiva individualista que nos parece ser fruto das dificuldades e obstáculos encontrados pelos projetos brasileiros para sua consolidação. A resistência a isso vem da formação reflexiva dos grupos, num cenário de convite a se executar um trabalho a partir da fala do homem, solidificando ações mais próximas ao cotidiano das relações.

O caminho está posto. E pelo crescimento considerável de grupos em todo o território brasileiro, há fertilidade para a instrumentalização e estruturação adequada dos trabalhos em nível nacional. Recomendamos um olhar atento para os desdobramentos da paralisação em massa das atividades grupais durante a pandemia apontada pelo nosso diagnóstico, ainda mais quando resgatamos a constatação de um cenário de pouco aporte institucional, o que levanta

nosso questionamento sobre quais garantias serão ofertadas para que as ações retornem às suas execuções. Inclusive, por causa da pandemia, nota-se a adaptação da atividade grupal a uma abordagem virtual de atendimento. Assim permanecendo, há de se verificar com cautela este desdobramento no acesso dos participantes, na facilitação de meios para o serviço se especializar e garantir o atendimento *online* e, principalmente, os possíveis impactos desta modalidade na formação identitária do grupo. Pode sim a virtualidade do atendimento se apresentar tanto quanto um disseminador do trabalho como um obstáculo para a adesão do sujeito.

Destacamos a coerência dos temas abordados junto aos HAV nos grupos, a ponto de permitir a afirmação que há uma espécie de cardápio formativo executado no país. A similaridade das abordagens temáticas pode então facilitar a organização de um aporte teórico formativo para as equipes, instrumentalizando-as e atualizando-as a respeito de estudos que possam subsidiar o planejamento das reuniões grupais, além da estruturação de manuais técnicos que sinalizem dinâmicas, recursos audiovisuais já disponíveis e instrumentos disparadores de discussão junto aos homens. É sabido que há materiais deste porte mas ainda com uma circulação pouco abrangente. A convocação aqui é para se unificar tais empenhos para a socialização junto às centenas de grupos. Recomendamos a disseminação das informações num caráter estratégico, onde se alcance todos os grupos com a criação e utilização de dispositivos simples, como por exemplo, uma “lista de transmissão” informativa para os grupos identificados. Entendemos que a elaboração de formas possíveis e ágeis de comunicação entre tais serviços é um meio de validação, fortalecimento e perenidade da ação, que não mais se entenderia a partir de uma prática isolada.

A desconstrução da lógica estritamente punitivista já foi iniciada, e podemos afirmar que os trabalhos grupais com os homens autores de violência contra a mulher incidem na violência de gênero. Resta então provocar a modificação da situação dessas atividades no Brasil, tirando-as da vulnerabilidade de serem descontínuas e afastadas entre si. Que sua toada não mais seja “...*bambeia, cambaleia, é dura na queda. Custa a cair em si...*”¹⁹ Para que a resistência inerente às ações grupais não seja mais a de continuarem existindo, mas sim, a resistência que lhes cabem: o enfrentamento à estrutura naturalizada de dominação das mulheres.

Retomo uma orientação: esta é uma pesquisa fruto de um mestrado profissional. Evidenciar a rotina profissional nos concede uma licença na escrita, e assim farei neste último

¹⁹ “Dura na queda”, canção de Chico Buarque de Holanda.

apontamento. Iniciei esta pesquisa com uma metáfora do meu cotidiano sobre “sentir-se pesquisadora”. Já entendo que o “fazer pesquisa” parte de uma escolha diária, cabe a mim pautar meu percurso com o olhar crítico sem abandonar a ousadia de manter os meus “pés no chão” numa perspectiva de construção “utópica”. Aparentemente é este o ritmo que movimenta o principiar de cada ação grupal por nós visitada. Há uma aposta onírica no desafio de tornar algo possível sem a estrutura devida. E, se uma das reflexões que atravessaram esta pesquisa foi a percepção que muito se tem feito, sem o reconhecimento devido, e que isso tem atingido a maneira como os serviços percebem a sua própria identidade, não serei eu a abandonar a valoração do meu “chão da vida”. Eu canalizei as minhas experiências anteriores para me revelar pesquisadora.

Que o perfil desta dissertação, que se estrutura a partir do empírico, sirva de convocação, estímulo e acolhimento para que demais “atores da rotina” se apropriem do próprio discurso e se infiltrem nas lacunas do acadêmico e da reivindicação política. Estou entregando um percurso investigativo e (me) afirmando que isso é fazer pesquisa. Dificilmente alguém discordará que a pesquisa se estrutura a partir de um incômodo com o que está posto. Há um problema instaurado e eu preciso nomeá-lo adequadamente, afinar o senso crítico, propor e/ou buscar alteração do que se percebe. Se você concordou com esta definição simplória de uma pesquisa, acrescento, estou expondo, na verdade, o ritmo do solo dos serviços. Há pesquisadoras e pesquisadores em seu cotidiano.

Nesta “andança” pessoal pelo acadêmico me estruturei na postura de permanecer unida a esses/as pesquisadoras/es da *práxis*, profissionais inconformadas/os, que transformam a sua inquietude em mecanismos de enfrentamento aos “problemas de pesquisa” da cotidianidade das relações. E, muito provavelmente, é este ritmo que pode nos livrar do cinismo acadêmico quando nos valem unicamente de uma teorização distante da sua aplicabilidade. É necessário nos mantermos na integridade do chão dos nossos atendimentos e rotinas. De permanecermos no plural, porque o nosso saber não é construído a partir de um universo particular. É na criticidade do cotidiano que vamos regular a nossa lupa analítica da relação entre as micro e macroesferas. Vamos sustentar o fio invisível que estrutura o diálogo entre o pensar e o agir. Pelo desmonte das estruturas que nos regem, sigamos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Unidas OdN. In depth study on all forms of violence against women. 2006 [Available from: <https://www.un.org/womenwatch/daw/vaw/SGstudyvaw.htm>].
2. Saffioti HI. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos pagu. 2001(16):115-36.
3. Safiotti HIB. O poder do macho. 11 ed. São Paulo: Moderna; 1987. p. 134.
4. Toneli MJF, Beiras A, Ried J. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. Revista de Ciências Humanas. 2017;51(1):174-93.
5. Saffioti HIB. Gênero, patriarcado, violência. Gênero, patriarcado, violência2004.
6. Gomes NP, Diniz NMF, Souza AJd, Araujo, Coelho TMdF. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. 2007.
7. Bourdieu P. A dominação masculina. A condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Best Bolso; 2014. p. 172.
8. Brasil. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Ministério da Saúde Brasília; 2004.
9. Aplicada IdPE. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. 2013.
10. Lei 9099, de 26 de setembro de 1995
Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências., (1995).
11. Moraes AF, Ribeiro L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro). 2012(11):37-58.
12. de Padula Novaes RC, Freitas GAP, Beiras A. A produção científica brasileira sobre homens autores de violência—reflexões a partir de uma revisão crítica de literatura. Barbarói. 2018;1(51):154-76.
13. Lei 11340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências., (2006).
14. Projeto de Lei 4559 de 2004. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências., (2004).
15. Lima DC, Büchele F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Physis: Revista de Saúde Coletiva. 2011;21:721-43.
16. Beiras A, Moraes M, Alencar-Rodrigues Rd, Cantera LM. Políticas e leis sobre violência de gênero-reflexões críticas. Psicologia & Sociedade. 2012;24(1):36-45.
17. NOOS I. Relatório mapeamento de serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. Brasil: Instituto NOOS e Instituto Promundo. 2014.

18. Daniel Barral VZ. Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade. *REVISTA DE PSICOLOGIA POLÍTICA*; 2021. p. 17.
19. Welzer-Lang D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*. 2001;9(2):460-82.
20. Saúde Omd. Violência contra Mulher - Folha informativa 2013 [Available from: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820].
21. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos, (2015).
22. Número Ge. Mapa da Violência de Gênero. 2019.
23. Pedrosa M, Zanello V. (In) visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. 2016.
24. Rabelo AO. Contribuições dos estudos de gênero às investigações que enfocam a masculinidade. *Ex aequo*. 2010(21):161-76.
25. Butler J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade *Civilização Brasileira*; 2003. p. 288.
26. Scott J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*. 1995;20(2).
27. Wassmansdorf ML. Feminismos de/pós coloniais sob rasura: as perspectivas de gênero e patriarcado de María Lugones, Rita Segato e Julieta Paredes/De/post colonial feminisms under erasure: the perspectives of genre and patriarchy of María Lugones, Rita Segato and Julieta Paredes. *Captura Críptica: direito, política, atualidade*. 2016;5(1):157-73.
28. Hall S. Quem precisa da identidade? : *Vozes*; 2008.
29. Kimmel MS. Masculinidade como homofobia Medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero 2016.
30. Segato RL. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*. 2012(18).
31. Kilomba G. *Memórias da Plantação: episódios de racismo*. Rio de Janeiro: Cobogó; 2019. p. 248.
32. Machado LZ. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. *Masculinidades*. 2001;1:1-32.
33. Zanello V. Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris; 2018. p. 301.
34. Iberoamericanos OdE. *Las brechas de género en la producción científica iberoamericana*. Buenos Aires 2018.
35. Brasil O. Tempo De cuidar. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. p. 21.
36. Estatística IBdGe. Diferença do rendimento do trabalho de mulheres e homens nos grupos ocupacionais. 2019.
37. -IBGE IBDGEE. Outras formas de trabalho. In: PNAD PNpAdDC-, editor. 2019. p. 16.
38. -IBGE IBDGEE. Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. p. 13.
39. Melo HPd, Morandi L. Mensurar o trabalho não pago no Brasil: uma proposta metodológica. *Economia e Sociedade*. 2021;30:187-210.

40. Desenvolvimento PdNUpo. PERSPECTIVESTACKLING SOCIAL NORMSA game changer for gender inequalities. HUMAN DEVELOPMENT PERSPECTIVESTACKLING. New York, USA2020. p. 36.
41. -IBGE IBDGEE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2020. p. 49.
42. Lauretis Td. A tecnologia do Gênero. 1987.
43. Coria C. O sexo oculto do dinheiro: formas de dependência feminina. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos. 1996.
44. Beiras A, Bronz A, de Figueiredo Schneider P. Grupos reflexivos de gênero para homens no ambiente virtual-primeiras adaptações, desafios metodológicos e potencialidades. Nova Perspectiva Sistêmica. 2020;29(68):61-75.
45. Zanello V, Gomes T. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. Caderno Espaço Feminino. 2010;23(1/2):265-80.
46. Connell RW, Messerschmidt JW, Fernandes FBM. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos feministas. 2013:241-82.
47. Nolasco S. O apagão da masculinidade. Trabalho e Sociedade. 2001;2:9-16.
48. Tolman RM, Edleson JL. Intervention for men who batter: A review of research. Understanding partner violence: Prevalence, causes, consequences, and solutions. 1995;11:262-73.
49. UNESP UEP. Tipos de revisão de literatura. Botucatu2015.
50. Mendes KDS, Silveira RCdCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto & Contexto-Enfermagem. 2008;17(4):758-64.
51. Neunzig VL. A pesquisa escolar como elemento integrador dos recursos de biblioteca, Internet e sala de aula para a construção do conhecimento. 2004.
52. Branski RM. Localização de informações na internet: características e formas de funcionamento dos mecanismos de busca. Transinformação. 2000;12(1):11-9.
53. Adriano Beiras DF, Hugill MeMdSG. Lista do mapeamento nacional das iniciativas, programas ou grupos para homens autores de violência contra mulheres. 2021.
54. Adriano Beiras DFWM, Salette Silva Sommariva e Michelle de Souza Gomes Hugill. Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra mulheres no Brasil: Mapeamento, análise e recomendações 2021. p. 227.
55. Organization WH. Intervening with perpetrators of intimate partner violence: A global perspective. 2003.
56. Veloso F, NATIVIDADE C. Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. LOPES, PV; LEITE, F Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião. 2013:45-64.
57. Bonino L, Montero A. Criterios de calidad para intervenciones con varones que ejercen violencia en la pareja. Cuadernos para el Debate del Grupo. 2006;25.
58. Paraná TdJdEd. Guia prático para formação e condução dos grupos para autores de violência doméstica. 2020.
59. Paraná TdJdEd. Guia teórico para formação e condução dos grupos para autores de violência doméstica. In: Bruna Gregorio DF, Daniele Sabbag, Maisa Schneider, Maria Raquel Muniz, editor. 2020. p. 67.
60. Brasil OM. Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe.
61. Vieira PR, Garcia LP, Maciel ELN. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? Revista Brasileira de Epidemiologia. 2020;23.

62. Sousa IN, Santos FCd, Antonietti CC. Fatores desencadeantes da violência contra a mulher na pandemia COVID-19: Revisão integrativa. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*. 2021;10(1):51-60.
63. Marques ES, Moraes CLd, Hasselmann MH, Deslandes SF, Reichenheim ME. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cadernos de Saúde Pública*. 2020;36.
64. Brasil. Norma técnica de uniformização dos Centros Especializados de Atendimento às Mulheres em situação de violência. Brasília2006. p. 1-45.
65. Poupart J, Deslauriers J-P, Groulx L-H, Laperrière A, Mayer R, Pires ÁP. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; 2014.
66. Zanello V. Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de WhatsApp masculinos no Brasil. *Gênero em perspectiva Curitiba: CRV*. 2020:79-102.
67. Madureira AB, Mantovani MdF, Silva ÂTMd, Souza PBd, Ferraz MIR, Raimondo ML. Representações sociais de homens agressores denunciados acerca da violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Enfermagem*. 2020;73.
68. de Souza SD. Violência de gênero e religião: alguns questionamentos que podem orientar a discussão sobre a elaboração de políticas públicas. *Mandrágora*. 2007;13(13):15-21.
69. Lener G. A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix; 2019. p. 375.

7. ANEXO

ANEXO - QUESTIONÁRIO APLICADO

Bloco 1: Identificação da atividade grupal:
E-mail
Responsável pelo preenchimento deste questionário
Estado onde ação é executada:
Li e concordo com os termos de consentimento livre e esclarecimentos de uso desta pesquisa, expostos no link disponibilizado no Convite acima ()Sim ()Não
Qual o nome da iniciativa grupal ?
Qual o nome da(s) instituição(ões) responsável(is)?

Bloco 2: Reconhecimento da atividade grupal:
1. Quando começou a ser realizado o trabalho grupal (ano)?
2. Qual o quantitativo de pessoas já atendidas pela iniciativa grupal?
3. A atividade grupal deste projeto é realizada em diferentes localidades? Se sim, quantas iniciativas são executadas no total?
4. Qual o objetivo da atividade grupal?
5. Tipo de instituição que realiza a atividade (Marque uma OU mais opções): () ONG () Governamental () Organização Social - OS () Outros: _____
6. Há trabalho em rede com demais instituições? () Sim () Não
7. Há contato com movimentos sociais? () Sim () Não
8. Tipo de atendimento ofertado: () Apenas grupal () Apenas individual () Individual e grupal
9. Além do atendimento aos homens, a instituição presta atendimento a outro(s) grupo(s)? (Ex: mulheres, familiares, crianças, etc.) () Sim () Não

Bloco 3: Funcionamento da atividade grupal

12. Sobre a continuidade da atividade grupal:

- Atividade encontra-se em execução no momento, apesar da pandemia, mas já passou por interrupção em outro momento (uma ou mais interrupções).
 Atividade encontra-se interrompida, por causa da pandemia.
 Atividade encontra-se interrompida, por causa da pandemia, mas também já passou por outra interrupção (uma ou mais interrupções)
 Atividade nunca passou por interrupção.

13. Em caso afirmativo, quais motivos justificam a interrupção (além da pandemia)?

14. Há destinação de recurso específico para realização da atividade grupal?

- Sim Não

15. Os/as facilitadores/a são remunerados especificamente para executar o projeto?

- Sim Não

16. Ainda sobre os/as facilitadores/as: Equipe formada somente por homens Equipe formada somente por mulheres Equipe formada por homens e mulheres Outros: ____

17. Sobre a organização dos encontros grupais com os homens: Há reunião de planejamento? Sim Não

18. Com a atividade grupal já iniciada, é possível realizar alterações em sua metodologia? (Exemplo: inclusão ou exclusão de temas, etc) Sim Não

19. Como os homens são inseridos na atividade? (Marque uma OU mais opções) Participação voluntária
 Participação obrigatória

20. Em ambos os casos, por quem os homens são encaminhados?

Bloco 4: Sobre a metodologia do grupo

21. A(s) dinâmica(s) realizada(s) nos encontros grupais: variam de acordo com o tema
 utiliza-se a mesma dinâmica independente do tema (Ex: sempre expositiva: palestra)

22. Os encontros grupais são realizados: Uma vez por semana Mais de uma vez por semana A cada 15 dias Uma vez por mês Outros _____

23. Qual a base teórica da atividade? (Marque uma OU mais opções): Estudos de gênero Feminismos Estudos de masculinidades Direitos humanos Teoria psicanalítica Teoria comportamental Justiça restaurativa Sociodrama Perspectiva psicoeducativa Estudos religiosos Outros: ____

24. Estruturação do grupo: Grupo aberto - Possibilidade de novos integrantes em qualquer encontro grupal.
 Grupo fechado - Não inserção de novos integrantes depois do primeiro encontro grupal. Grupo misto - Grupo aberto até determinado encontro e depois fechado. Outros: _____

25. Realização do grupo: De forma contínua (Funcionamento sucessivo e/ou concomitantemente de Turmas) De forma periódica (Há intervalo de tempo entre a execução de uma Turma e outra) Outros: _____

26. Sobre o atendimento Grupal: Quantos encontros são realizados em média? 1 a 2 encontros 2 a 4 encontros 4 a 6 encontros 6 a 8 encontros 8 a 10 encontros Mais de 10 encontros

27. Qual a média de participantes por encontro grupal? Até 4 participantes De 5 a 8 participantes De 9 a 15 participantes De 16 a 25 participantes Mais que 26 participantes.

28. Destaque os temas abordados nos encontros com os homens: (Marque uma OU mais opções) Lei Maria da Penha Comunicação não violenta Mediação de Conflitos Gênero Violência Paternidade/cuidados com o/a(s) filho/a(s) Responsabilização (aspecto legal, cultural e social) Temas religiosos Outros: _____

29. Sobre capacitação/formação da equipe: São realizadas periodicamente. Realizadas somente no início do projeto. Não há realização de capacitação/formação.

Bloco 5: Avaliação da atividade grupal

30. É possível verificar a ocorrência de reincidência dos homens no cometimento de agressão à mulher? ()
Sim () Não

31. Caso seja possível, quais recursos são utilizados para identificar o cometimento, ou não, da reiteração do comportamento violento por parte do agressor? (Marque uma OU mais opções): () Atendimento à mulher () Relato do homem () Busca por registros de Boletim de ocorrência () Acompanhamento do processo judicial () Outros:_____

32. Ainda em caso afirmativo, favor apresentar o resultado apurado sobre a reiteração das atitudes violentas.

33. Há algum mecanismo de avaliação da atividade grupal? () Sim () Não

34. Quais são as principais dificuldades percebidas até o presente momento? (Marque uma OU mais opções)
() Falta de continuidade da iniciativa () Ausência (ou pouco) aporte financeiro () Dificuldade de adesão dos homens () Fragilidade na disponibilização de facilitadores/as () Dificuldade de compreensão da atividade grupal por demais instituições da rede () Ausência de instrumentos normativos sobre serviços de responsabilização e reeducação dos agressores () Pouca literatura acadêmica sobre o trabalho com agressores () Ausência (ou pouco) processo formativo dos/as facilitadores/as () Estrutura física de realização dos encontros () Falta de apoio do poder público () Ausência de política pública sobre o atendimento aos homens () Alto índice de evasão () Não há registro de dificuldades () Outros:_____

35. Quais principais resultados do projeto a destacar:

36. Enquanto profissional, compartilhe conosco as suas percepções sobre o trabalho realizado:

37. Registre aqui demais informações relevantes que gostaria de compartilhar com a pesquisa: